

4794

**R
E
V
I
S
T
A**

**DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO**

1997

OMO CXLV

NO LXIX

DIRETORIA

REVISTA
DO

4794

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MATO GROSSO**

Presidente

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

Orador Oficial

Curador



TOMO CXLV

ANO LXIX

**EDIÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO
CUIABÁ**

1997

DIRETORIA

Presidente de Honra Perpétuo - **LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE**

Presidente:	Paulo Pitaluga Costa e Silva
1º Vice-Presidente:	Elizabeth Madureira Siqueira
2º Vice Presidente:	Benedito Pedro Dorileo
1º Secretário:	Nilza de Queiroz Freire
2º Secretário:	Edvaldo Assis
1º Tesoureiro:	Moacyr de Freitas
2º Tesoureiro:	
Orador Oficial:	Lenine de Campos Póvoas
Curador do Museu e Arquivo:	Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Fical

Membros:	Adauto Dias Alencar
	Dunga Rodrigues
	João Alberto Novis Gomes Monteiro

Séde Própria: **CASA BARÃO DE MELGAÇO**
Rua Barão de Melgaço nº 3.869
Cuiabá - Mato Grosso
CEP 78005-500 - Telefax (065) 624-6782

Reconhecida de Utilidade Publica pela Lei Estadual nº 815 de 8 de outubro de 1930

ÍNDICE

PARTE I

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA USINA DE ITAICY

- 01 - A Ata de Fundação da Usina de Itaicy..... 11
- 02 - Discurso do Governo Dante de Oliveira por ocasião
da Solenidade de Comemoração do Centenário
da Usina de Itaicy - *Dante Martins de Oliveira*..... 13
- 03 - Discurso do Presidente da FIEMT na Solenidade
de Comemoração do Centenário
da Usina de Itaicy - *Carlos Antonio Borges Garcia*..... 15
- 04 - O verdade sobre Totó Paes - *Alfredo da Mota Menezes*..... 19
- 05 - A Usina de Itaicy: Crise econômica e derrota
de Antonio Paes de Barros - *Zephyr Frank*..... 23
- 06 - O inventário de Totó Paes..... 29

PARTE II

ARTIGOS

- 01 - Cinquentenário da Constituição
de Mato Grosso de 1947 - *Luis-Philippe Pereira Leite*..... 35
- 02 - Aspectos da política externa brasileira - *Antonio de Arruda*..... 39
- 03 - Desenvolvimento populacional
em Mato Grosso - *Lourembergue Alves*..... 47
- 04 - Pascoal Moreira Cabral Leme - *Paulo Pitaluga Costa e Silva*..... 59
- 05 - Analogia sobre a flor de Maracujá - *Nilza Queiroz Freire*..... 75
- 06 - A Rusga em Mato Grosso:
Falas Silenciadas - *Elizabeth Madureira Siqueira*..... 79
- 07 - A escrita de Maria do Carmo do Mello Rego
no século XIX - *Yasmin Nadaf* 101
- 08 - Capela de São Gonçalo do Porto - *Moacyr Freitas*..... 107
- 09 - 25 anos de implantação da UFMT - *Benedito Pedro Dorileo* 117
- 10 - Reconstituição histórica do Festival
de Chapada - *Benedito Pinheiro de Campos*..... 123

ATA DO COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA
DO ELETRO-PALETO E SUCRO-PALETO (ITAICY) - COMISSÃO DE
ITAN - INSTITUTO DE PESQUISA DO ELETRO-PALETO E SUCRO-PALETO
ANTERIORMENTE CONSTITUÍDO

PARTE I

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA USINA DO ITAICY

ATA DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO DO ENGENHO CENTRAL USINA DO ITAICY DE PROPRIEDADE DO TENENTE CORONEL ANTONIO PAES DE BARROS *

Aos onze dias do mês de junho do ano de mil oitocentos e noventa e seis, oitavo da República e septuagésimo quinto da Independência, nesta paróquia de Santo Antonio do Rio Abaixo, município da Capital, em a Usina do Itaicy, de propriedade do Tenente Coronel Antonio Paes de Barros, pelas onze horas da manhã, presentes no lugar destinado ao edifício acima referido, o mesmo Tenente Coronel Antonio Paes de Barros e os cidadãos D. Juan Palumbo, arquiteto, Pedro José Machado, maquinista, Aparício Silvino Peixoto, marceneiro, tenente Francisco Pinto de Oliveira, agricultor, Manoel Valentim do Nascimento, professor de música, Pedro Trouy, guarda-livros, Américo Trouy, João Pedro de Arruda Maciel, Antonio Ângelo Nunes, encarregados, e Celestino de Almeida Barros, segundo maquinista, e mais pessoas, aí foi pelo referido proprietário, com as formalidades do estilo, lançada a pedra angular do edifício em que deverá funcionar o engenho central a vapor de fabricação de açúcar e aguardente - denominada Usina do Itaicy.

Em seguida, para perpetuar e solenizar este fato importante e auspicioso, fez o mesmo Tenente Coronel Barros lavrar a Ata presente que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo mesmo e todas as mais pessoas presentes. Eu Jerônimo Joaquim Nunes, servi de escrivão "ad hoc", a fiz, escrevi e subscrevi.

Antonio Paes de Barros - João Palumbo - Pedro Trouy - Pedro José Machado - Manoel Valentim do Nascimento - Francisco Pinto de Oliveira - Aparício Silvino Peixoto - Américo Moraes Trouy

* Do Livro de Atas da Usina do Itaicy encontrado no Arquivo Público de Mato Grosso

DISCURSO DO GOVERNADOR DANTE DE OLIVEIRA POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA USINA DO ITAICY

Dante de Oliveira

Rejubilome com a oportunidade de participar, como Governador, das solenidades de comemoração do centenário de inauguração da Usina Itaicý, em Santo Antonio do Rio Abaixo, hoje de Leverger, com exposição de documentos e fotografias daquele estabelecimento industrial, com exposição de documentos e fotografias daquele estabelecimento industrial, numa promoção oportuna do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

Com efeito, hoje, em que vivemos fase adiantada de desenvolvimento tecnológico no país e no estado, conhecendo de perto as dificuldades encontradas pelo próprio governo para implantar uma política industrial, é hoje, passados cem anos, que podemos emprestar o devido valor à Usina Itaicý, fruto do arrojo, do pioneirismo, da extraordinária visão empresarial do grande mato-grossense Antonio Paes de Barros, o nosso paradigmático Totó Paes, que com essa realização ciclópica marcou de fato o início do moderno processo de industrialização em Mato Grosso.

Para aquilatarmos o que significou Itaicý, basta dizer que, à época, pela sua dimensão e recursos técnicos incorporados, representava um dos grandes empreendimentos industriais no país, em que pese a excessiva defasagem em todos os setores de produção entre o Mato Grosso de então e os maiores centros econômicos do país.

Itaicý, assim, foi um sonho grande transformado em portentosa realidade pela coragem e desassombro de Totó Paes - uma realidade que, de tão prestigiosa, chegou a assustar, a embevecer, a alarmar. E a tal ponto Itaicý era grande, moderna e futurista que bem poderia, com as necessárias adaptações, estar funcionando com excepcional rendimento econômico até

nossos dias, não ocorresse sérios problemas estruturais e crises políticas.

Mas Itaicý não morreu, isso é o mais importante. Sobrevive entre nós e sobreviverá entre os pósteros como símbolo maior da industrialização em nosso Estado, motivo por que, como Governador, sinto-me honrado de estar presente nesta solenidade, frisando que o meu Governo sempre procurou valorizar e prestigiar todas as iniciativas destinadas ao resgate e à preservação da memória mato-grossense.

Prova dessa assertiva é a assinatura do decreto de criação do Sistema Estadual de Arquivos, sob orientação e coordenação do Arquivo Público de Mato Grosso, que preservará para a história toda a documentação político-administrativa relevante. Cõscios sempre estivemos de que um estado sem memória sempre será hesitante para escolher os caminhos do futuro, que história é lição, aprendizado, experiência transmitida a pavimentar com maior rapidez os caminhos do amanhã.

E é para isso que estamos aqui como administrador público, ou seja, não só para emprestar prestígio oficial à solenidade, mas para aprendermos nós também, agora responsáveis pelas medidas governamentais dinamizadoras do processo de industrialização no estado, para aprendermos as lições de arrojo e confiança no futuro que nos foram legadas pelo grande empreendedor particular Totó Paes - o homem que inventou a industrialização em Mato Grosso.

Aqui, os nossos aplausos ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e à Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso. E ficam registrados, o nosso preito de eterno agradecimento e a nossa homenagem a Totó Paes.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA FIEMT NA SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA USINA ITAICY EM 28 DE AGOSTO DE 1997

Carlos Antonio Borges Garcia

Honrada com a presença de todos os senhores, a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso sente-se gratificada em sediar uma solenidade desta natureza, em que se homenageia, antes de mais nada, o pioneirismo de uma cidadão conhecido como Totó Paes, um homem determinado, um bravo, responsável pela edificação de um dos mais representativos marcos no processo de industrialização de Mato Grosso, a Usina Itaicy.

Nascida em um momento em que o Estado inaugurava sua participação nos mercados nacional e internacional, através da navegação pelo rio Paraguai, e atendendo uma necessidade que se fazia sentir, de dar aproveitamento às matérias primas locais, como a cana de açúcar, a Usina Itaicy foi concebida dentro dos mais modernos padrões da época e estrategicamente localizada às margens do rio Cuiabá.

Sinônimo da ousadia de Totó Paes, a usina propiciou, nada de sua inauguração, um belo espetáculo: pela primeira vez os mato-grossenses viram o brilho das lâmpadas elétricas, quando Cuiabá, a capital do estado, somente viria a receber luz elétrica quase trinta anos mais tarde.

Cem anos se passaram desde então.

Tamanha projeção lhe permite vislumbrar boas perspectivas no mercado internacional, destacando-se como foco de interesse de outros países.

O segmento é também alvo de estudos que buscam dar aproveitamento aos resíduos, ressaltando-se a utilização do bagaço da cana como alimentação animal, bem como sua transformação em energia, prática que já vem sendo utilizada por algumas usinas e neste caso favorecendo um estado que tem na questão energética um de seus mais fortes gargalos.

Mais recentemente a FIEMT vem mantendo contatos com empre-

sas do país e do exterior, visando a instalação em nosso estado de fábricas de papel e chapas para indústria moveleira e de construção, a partir do bagaço da cana. Amanhã mesmo estarei indo para Cuba, em missão oficial da Confederação Nacional da Indústria, e um dos compromissos agendados naquele país será uma visita ao Instituto Cubano de Pesquisas de Derivados da Cana de Açúcar, que detém essa tecnologia.

Imbuída dos melhores propósitos no sentido de corresponder com os anseios da classe industrial que representa, bem como comungar os benefícios do crescimento industrial com toda a comunidade de Mato Grosso, a FIEMT está atenta, buscando dar guarida a todos que, como Totó Paes, vislumbraram as tantas oportunidades que este estado oferece.

Mato Grosso vive hoje uma nova realidade. Sinal dos novos tempos. Da tecnologia. Da globalização.

É muito tênue, porém, a linha que nos separa do passado.

De forte vocação agro-industrial, Mato Grosso ainda busca consolidar seu processo de industrialização, agregando valores às suas matérias primas.

É certo que nosso parque industrial evoluiu. Temos inúmeros exemplos de empreendimentos bem sucedidos, frutos de empreendedores aqui nascidos e de outros tantos que aqui aportaram, vindos dos mais diferentes recantos do país.

Mas ainda há um longo caminho a percorrer, em direção ao fortalecimento da indústria local.

Prática comum no século passado e elemento canalizador do desenvolvimento de nossa região, a navegação do rio Paraguai é hoje uma luta de todos nós, que desejamos consolidar a hidrovia Paraguai - Paraná.

O setor alcooleiro que impulsionou a economia nos tempos de Itaicy, depois de sofrer um descompasso movido pela acirrada competição entre produtores do nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro, ressurgiu com força, nas duas últimas décadas, tornando-se, atualmente, um dos maiores referenciais da economia mato-grossense.

Alcançando uma produção de 9,5 milhões de toneladas de cana, 514 milhões de litros de álcool e 366 mil toneladas de açúcar, o setor emprega 20 mil pessoas e responde por até 85% do ICMS dos municípios onde estão instaladas as usinas.

Agora mesmo, estamos organizando um simpósio sobre irrigação e

agroindústria, que acontecerá em setembro, e que se propõe a iniciar uma ampla discussão em torno da utilização da água, visando ampliar as opções de investimento em nosso estado, produzindo resultados positivos para toda a sociedade.

Certamente que, se Totó Paes estivesse entre nós, estaríamos mais reforçados. Ele, com certeza, estaria na linha de frente, pronto para agir. Ousadia e determinação não lhe faltavam para tal.

Muito obrigado.

A VERDADE SOBRE TOTÓ PAES

Alfredo da Motta Menezes

Totó foi escolhido governador de Mato Grosso em 1903. Em 1906 foi assassinado em pleno mandato. Assassinado como resultado de uma forte disputa política local, que incluía bandos armados, tiroteio e todos os ingredientes próprios daquele momento em uma disputa pelo poder.

Totó Paes era o dono da usina Itaicy, que ficava abaixo de Santo Antonio do Leverger, às margens do rio Cuiabá. Suas construções podem ser vistas ainda hoje. Era a melhor de todas naquela época. A principal produção era o açúcar para exportação. Paes era um coronel político e líder empresarial, portanto. Numa luta entre oligarquias local resolveram assassiná-lo. Disputas entre lados sempre houve mas, até aquele momento, os vencedores não mandavam matar lideranças do lado vencido. A morte de Totó Paes, nas circunstâncias em que ocorreu, é que chama a atenção.

Está em Cuiabá um norte-americano, Zephyr Frank, fazendo pesquisas para sua tese de doutorado pela Universidade de Illinois. O seu estudo sobre Mato Grosso vai de 1880 a 1937, incluindo portanto, o período das escaramuças políticas em que se deu o assassinato de Totó Paes. Ele, Zephyr, depois de pesquisar no Arquivo Público, tem argumentos próprios sobre os prováveis motivos que levaram à morte do governador da época. Conversamos algumas vezes sobre isso. Seu ponto de vista é interessante e pode levar luzes novas sobre aquele acontecimento até agora não muito bem esclarecido. Além dos aspectos conhecidos da política local e nacional daquela época, ele acrescenta alguns outros.

Em dado momento Totó Paes foi acusado na Justiça pelo chamado massacre da baía do Garcez. Segundo se comentava - e se comenta ainda hoje - os seguidores de Paes haviam matado muitos adversários políticos de lutas anteriores e os atirado numa baía. É um fato muito discutido, porém até agora parece que não provado. Mas naquele momento levantou-se uma celeuma danada. Quem fez a acusação foi Antonio de Paula Corrêa, que era promotor público.

Zephyr construiu uma equação. É preciso segui-la. O acusador pertencia ao ramo de uma das famílias mais poderosas da época, os Corrêa da Costa, ligados a usineiros e que eram também chefes de outra facção política. Totó Paes era uma espécie de inimigo no campo político e no econômico.

Por que no econômico? A usina Itaicy era a mais moderna de todas. Seu maquinário para a produção de açúcar veio da Alemanha; na fazenda de Paes havia uma pequena ferrovia como meio de transporte e energia própria (antes de Cuiabá); os filhos dos trabalhadores tinham escola; corria uma moeda local; seu porto para embarque e desembarque era o mais equipado. Enfim, criou meios para produzir melhor e por preço menor. Isso pode ter amedrontado certos usineiros da região.

Continuemos com o ponto de vista do Zephyr. Quem financiou grande parte da construção da usina Itaicy foi a firma bancária de Almeida e Companhia. Esse ramo familiar era parente do vice-governador Leite Pedro Osório. Se Totó Paes fosse afastado do poder quem assumiria, portanto, seria alguém ligado aos banqueiros e eles não tinham nenhum ojeriza em relacionar-se com outros ramos familiares daquele momento e que não gostavam da presença de Paes no governo. O grupo Almeida, com a morte de Totó Paes, ficará com a usina Itaicy. Interessante, não?

Os comandantes da “revolução” contra o governador foram Generoso Ponce e Pedro Celestino Corrêa da Costa. Para os Corrêa da Costa o inimigo maior, tanto na área política como econômica, chamava-se Totó Paes. Generoso Ponce, que estava meio exilado em Corumbá desde a chegada de Paes ao governo, era fortemente contra o governador por motivos políticos próprios da época, mas também, acredita Zephyr, por outros que não se pode desprezar.

A família de Generoso Ponce é que vendia ao estado os papéis, os formulários e outros apetrechos da área que o governo necessitava. O que espantou o pesquisador é que os papéis vendidos trazem o nome de Ponce impresso neles. Os fatos sugerem que Totó Paes cortou essas compras. Attingiu uma fonte de rendas de alguns e acabou criando uma aresta política também por esse lado.. Juntam-se vários interesses contra ele. É medianamente claro também que Totó Paes não soube costurar os lados políticos. Foi se isolando. Colocou contra si a maioria das famílias dominantes da época.

O ponto para consideração é que provavelmente foi morto porque

era um estorvo político e um mal ainda maior no lado econômico. Se ele fosse simplesmente apeado do poder, exilado por algum tempo, para mais tarde voltar às suas atividades de usineiro, talvez não fosse interessante aos outros do ramo. O caminho melhor talvez fosse sumir com ele. E o fizeram.

O ritmo de produção de açúcar continuou nos moldes quase antieconômicos da época. A competição de Totó Paes foi eliminada à bala. Condenaram também à morte a produção açucareira local. Essa não agüentará o tranco competitivo de outros lugares.

O desaparecimento de Totó Paes foi bom para parte da elite local. Os Corrêa da Costa e os Ponce dominaram a política daqui por décadas. A maioria dos historiadores da região, inclusive um da família Corrêa da Costa, fizeram o resto ao contar só a história dos vencedores. A família de Totó Paes não teve mais expressão política e econômica no estado. Eliminaram esse ramo com o assassinato de 1906. Um revisionismo histórico parece que está começando.

A USINA DO ITAICY: CRISE ECONÔMICA E A DERROTA DE ANTONIO PAES DE BARROS

Zephyr Lake Frank*

O Presidente do Estado de Mato Grosso mais polêmico tem sido, sem dúvida, Antonio Paes de Barros. O único presidente morto numa rebelião, ele foi, também o primeiro grande industrial mato-grossense. Este artigo, então, vai focalizar as ligações entre o poder econômico e o político na República Velha. Especificamente vou mostrar com uma crise econômica teve papel preponderante, se não suficiente, na derrota e morte de Totó Paes. Incapaz de pagar as dívidas ou empregar a sua fortuna particular na luta contra os seus inimigos, Totó Paes ficou extremamente vulnerável ao ataque. Ironicamente a usina Itaicy tornou-se uma fonte de dificuldades em vez de ser a base econômica do poder político do então presidente.

A Usina do Itaicy foi, no final do século XIX, a mais avançada instalação industrial no estado de Mato Grosso. Só para termos uma idéia na escala do empreendimento, vamos avaliar o capital investido na construção e funcionamento da usina. Somente a montagem da usina custou 150 contos (R\$ 450.000,00 reais em valores de hoje). Mas a parte mais cara foi, sem dúvida, as máquinas - bens de capital importadas da Alemanha e da Inglaterra, que custaram 800 contos (R\$ 2.000.000,00), as quais eqüivaliam, no total, mais de 300 cavalos-vapor. Além desses custos, o edifício foi avaliado no valor de 500 contos (R\$ 1.100.000,00). No fim das contas, o preço da usina não saiu por menos de três ou quatro milhões de reais em valores de hoje.

Em termos comparativos, basta lembrar que a poderosa empresa Mate Laranjeira detinha, em 1907, um capital de 4.000 contos, e um potencial mecânico produtivo inferior a 100 cavalos-vapor. No mesmo ano, a Mate Laranjeira era a 42ª. maior companhia industrial do Brasil. Nessa altura, a usina Itaicy, se a produção não tivesse sido interrompida depois de 1906, estaria entre as 100 maiores empresas industriais do país, pelo crité-

rio do recenseamento de 1907⁽¹⁾. Somente duas usinas de açúcar nesse recenseamento, tiveram maior capacidade produtiva em termos mecânicos, e ambas localizavam-se me Pernambuco.

Além disso, a usina Itaicy evidentemente representava uma ameaça aos outros usineiros da região. No *Catálogo dos Artigos enviados pelo Estado de Matto Grosso para a Exposição de S. Luiz*, a produção da usina Itaicy foi avaliada em 400.000 quilos de açúcar de primeira classe; 200.000 quilos de açúcar de segunda classe e 200.000 litros de aguardente.

Lembrando que a população do estado em 1900 era de somente 118.000 habitantes, parece que a usina de Totó Paes era capaz de fornecer cinco quilos por habitantes. Claro que o mercado do açúcar da usina era mais concentrado na região da capital. Então, o efeito da produção em grande escala cairia principalmente nos municípios de Cuiabá e Santo Antonio, sedes de consumo e de produção. Os outros usineiros não agüentariam a concorrência da indústria em grande escala. Nessa ótica poderíamos supor que a revolta contra Totó Paes fosse mais do que uma simples briga entre oligarquias. Pelo contrário, sob esta perspectiva, o ocorrido foi uma luta entre a vanguarda do capital e modernização, e os interesses tradicionais.

Mas será que a usina estava assim tão rentável? Nessa hipótese, a trama contra Totó Paes pode ter havido alguma coisa referente com a crise de lucros na usina, e talvez, até mesmo dificuldades em pagar o empréstimo com os financiadores - inclusive com a casa comercial Almeida e Companhia de Cuiabá. Por ocasião da morte de Totó Paes, a usina tornou-se propriedade desta companhia. Ora isto pode ter sido coincidência. Mas quem sabe, talvez tivesse sido o motivo pelo qual o presidente do Estado, Totó Paes, fora morto e não simplesmente afastado do poder.

Afinal, evidentemente, precisamos saber se a usina era realmente rentável. Não dispomos de dados da usina durante o período de vida de Totó Paes, e nem depois de sua morte. Seja como for, sabemos o valor do capital investido, a taxa de juros vigente à época, a capacidade máxima de produção da usina, e os preços praticados, tais sejam, o dos insumos (trabalho e capital) e o da produção (açúcar e aguardente). Daí, no ano de 1904 a usina (dados fornecidos pelo então proprietário) mostrou o seguinte quadro:

Renda	Despesa
280.000 - 1ª. classe	150.000 salário
100.000 - 2ª. classe	65.000 consumo de capital
<u>160.000 - aguardente</u>	<u>64.000 juros (8%)</u>
540.000 - total	279.000 total

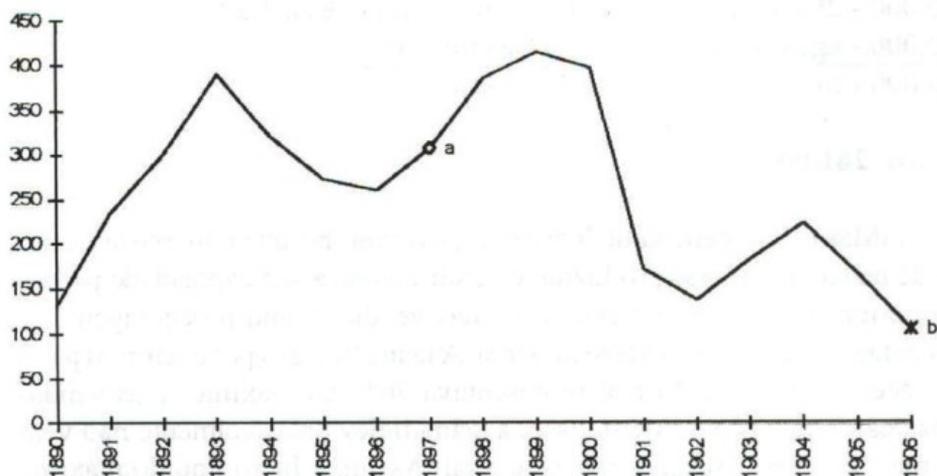
Lucros: **261.000**⁽²⁾

Mas este potencial de lucro é improvável, porque não existe exemplo de usina que tivesse produzido e vendido toda a sua capacidade produção no mesmo ano. Realmente as usinas vendiam uma porcentagem da porcentagem de sua capacidade máxima. A usina Ressaca por exemplo (perto de Cáceres), a produção real representava 70% do máximo, e as vendas 85% desta produção⁽³⁾. Além disso, a usina Itaicý provavelmente não vendia mais do que 70% da capacidade total. Assim, o lucro líquido máximo da usina poderia ser estimado em torno de 100 contos por ano. Mas uma queda no preço do açúcar seria fatal, e o mercado internacional não poderia ser a saída para a venda da produção.

Os dados sobre o ano de 1904 são baseados no preço do açúcar no mercado local de Mato Grosso, ou seja, em torno de 700 mil réis por tonelada. O preço de exportação para o exterior no mesmo ano, era de 225 mil réis por tonelada. Se a usina vendesse todo o seu açúcar nesse preço, ficaria com um *deficit* de 46 contos.

O preço local, então, era fundamental para a rentabilidade da usina. Falta-nos dados específicos, mas podemos estimar a variação local do preço do açúcar pelo preço internacional. No gráfico abaixo, confira a relação entre o preço e as datas mais importantes de nossa história⁽⁴⁾.

Açúcar: preço de exportação



A relação entre o preço do açúcar e a trajetória econômica e política de Totó Paes é surpreendente. Entre os anos 1890 e 1893 o preço triplicou⁽⁵⁾. Supomos que Totó Paes começou a pensar a construir a usina nessa época, contraindo empréstimos durante os anos doencilhamento. Em 1897 a usina começou a operar. Está claro que o aumento verificado no preço do açúcar de 1897 a 1900, possa ser explicado pela instalação da própria usina, que deve ter forçado esse aumento. Seja como for, os primeiros três anos da usina foram os anos dourados de Totó Paes - o preço do açúcar subiu e o seu proprietário entrou com ânimo na vida política do estado.

Entretanto, o tempo de lucros e poder foi curto demais. Depois de 1900 a usina tornou-se deficitária, com exceção do ano de 1904. Além disso, pode-se entender como o poder econômico e político do presidente Totó Paes caiu rapidamente entre 1904 e 1906, ano em que foi vergonhosamente assassinado. Sem condições de pagar as dívidas da usina, muito menos de arregimentar uma tropa fiel, dada a grande dificuldade financeira, Totó Paes foi derrotado, perdendo o mandato, a vida e suas propriedades.

Evidentemente a usina Itaicy representou um exemplo de industrialização prematura e abortada. O mercado interno de Mato Grosso ainda era pequeno, e o mercado externo, com preços instáveis, tinha tendência a cair.

Quase 50 anos depois da morte de Totó Paes, o proprietário da usina

Ressaca lamentava que em Mato Grosso ainda faltava uma indústria de açúcar de grande porte e eficiência⁽⁶⁾. O que ele esqueceu-se de dizer foi o fato de ter sido a usina Itaicy, já abandonada nos anos 50, o primeiro e único exemplo de usina em Mato Grosso, com as características apontadas.

(*) Zephyr Lake Frank, da Universidade de Illinois - EUA e da Fundação Fullbrighi - EUA

⁽¹⁾ Cabe lembrar que o recenseamento de 1907 subestimou o número de instalações industriais e a sua quantidade de trabalhadores. Na estimativa de Warren Dean, o número de estabelecimentos deveria ser triplicado, e o número de trabalhadores, dobrado. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. I, Rio de Janeiro, Difel, 1989, p. 259

⁽²⁾ As figuras são do *Catálogo dos artigos enviados*, APMT. As vendas representam 400 toneladas de açúcar de primeira classe, 200 de segunda e 200.000 litros de aguardente. O consumo do capital é calculado em 5% por ano, com uma base declarada de 1.300 contos. O pagamento de juros é calculado em 8% por ano num empréstimo de 800 contos (suponhamos que Totó Paes investiu 150 contos e contraiu 800 em dívidas).

⁽³⁾ Dados do ano de 1907, Usina Ressaca, *Livro Conta Corrente 1907*, APMT. Naquele ano a usina produziu 107.000 quilos de açúcar e vendeu 91.000 ao preço de 550 mil réis por tonelada.

⁽⁴⁾ Para dados sobre preços de exportação veja o *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1939/40, p. 1.378

⁽⁵⁾ O aumento em termos de libras esterlinas foi somente 50%

⁽⁶⁾ Relatório do proprietário da usina Ressaca, José Villanova Torres, apresentado ao Presidente da República Eurico Dutra, s. d. [1949]. "*Agonia de uma Indústria*", Usina Ressaca, APMT, *documentos avulsos*. Nesse relatório, o proprietário da usina Ressaca escreveu que Mato Grosso precisava de usinas com capacidade de processar 200 toneladas de cana por dia, embora as usinas existentes nem chagassem a 70. A usina Itaicy, ainda no século XIX, processava 150 toneladas por dia.

O INVENTÁRIO DE TOTÓ PAES*

Morto a 6 de julho de 1906, Antonio Paes de Barros deixou viúva D. Úrsula Ângela de Oliveira Barros e órfã sua três filha, Alice, Ana Clara e Aída, sendo as duas últimas menores de idade.

O testamento deixado por ele encontra-se atualmente (1980) no Arquivo do Estado de Mato Grosso. Foi o mesmo escriturado no escritório do tabelião Antonio Fernandes de Souza, situado, na época, na praça Bispo Dom Carlos, no dia 7 de agosto de 1906, um mês após a sua morte.

Por se revestir o citado documento, de relevante importância, transcreveremos os principais dados nele contidos.

TERMO DE ABERTURA:

- Órgão expedidor: Juízo de Órfãos da Comarca de Cuiabá
- Inventariante: Úrsula Ângela de Oliveira Barros
- Data: 7 de agosto de 1906
- Local: Cuiabá

ADVOGADOS E PROCURADORES

- Dr. João Beltrão de Andrade Lima e Capitão Francisco Antunes Muniz

DADOS DO DOCUMENTO:

- Natureza: Inventário
- n. páginas: 719
- estado de conservação: danificado

HERDEIROS:

- Viúva Dona Úrsula Ângela de Oliveira Barros
- Três filhas Alice de Barros Ribeiro, Ana Clara Paes de Barros, Aída Paes de Barros

OBSERVAÇÃO:

- Coube a cada herdeiro a quantia de cinco contos e tantos de réis

PROPRIEDADES INVENTARIADAS:

- 01- Sesmaria Itaicy, com Usina de açúcar e álcool, com:
 - A - Grandes casas de moradia
 - B - Grandes depósitos para açúcar e aguardente
 - C - Máquina de serrar à vapor, de pilar arroz, de fazer fubá de milho, olaria e dois fornos para queimar telhas e tijolos, forno para queimar cal, situada à margem direita do rio Cuiabá
- 02- Cinco partes de terra na Sesmaria Melgaço em Santo Antonio do Rio Abaixo
- 03- Uma parte de terras na posse denominada Promissão, distrito de Melgaço
- 04- Uma parte nas terras denominadas Pedro Alves, Barreirinho ou Quilombinho, distrito de Melgaço
- 05- Uma posse de terras Água Limpa, distrito de Melgaço
- 06- Uma parte de terras sita à margem direita do rio Pirahym, denominada da São José, distrito de Livramento
- 07- Uma parte das terras denominada Bahia dos Cavalos
- 08- Uma parte das terras do Pirahym de baixo, denominada Formosa, distrito de Livramento
- 09- Uma parte da Sesmaria Coqueirinho, distrito de Livramento
- 10- Outra parte da Sesmaria Coqueirinho, distrito de Livramento
- 11- Uma parte nas terras de Sant'Anna, em Santo Antonio do Rio Abaixo
- 12- Duas partes nas terras denominadas Ilhas do Pirahym, em Livramento
- 13- Uma posse medida e demarcada (5.760 hectares) denominada Largo do Corixo, no Rio Abaixo
- 14- A quarta parte na sesmaria Maravilha (Hipotecada ao Cel Severo José da Costa)
- 15- Uma posse de terras denominada Pocinho, no Rio Abaixo
- 16- Metade da posse Figueira (13.364 hectares) em Santo Antonio do Rio Abaixo
- 17- Metade da posse denominada Curral das Vacas com 9.637 hectares no Rio Abaixo
- 18- Metade da posse Ribeirão Grande, com 21.517 hectares no Rio Abaixo
- 19- Casa residencial na Praça Ipiranga em Cuiabá

Contam no inventário, além das propriedades acima arroladas, outras posses de terras e casas de moradia

Antonio Paes de Barros deixou muitos credores dentre os quais destaca-se o Cel João Batista de Almeida, o qual através de petição assim requereu:

Cuiabá, 21 de fevereiro de 1908

O Sr. João Batista de Almeida Filho requer o pagamento remanescente da dívida por hipoteca do estabelecimento do Itaicy de \$ 489.272.921 réis, com a dívida acrescida de juros desde 1897.

Não existe um termo de encerramento no citado inventário, comprovando as palavras de Antonio Fernandes de Souza: ... *visto que a Usina e os bens adjacentes passaram às mãos dos credores por falta de assistência jurídica...*

Após a morte de Antonio Paes de Barros, a viúva viu recusada a proposta que dirigira, em carta, aos credores, no sentido de se reiniciar os trabalhos da Usina, com a finalidade de saldar os compromissos. Diante de tal recusa, seguiu a viúva com as duas filhas menores para o Rio de Janeiro, onde passou uma existência de extrema pobreza, visto que, a Usina e os bens adjacentes, passaram às mãos dos credores.

Anos mais tarde, alguns amigos do falecido, ex-Presidente do Estado e Industrial, Cel Antonio Paes de Barros, mandaram exumar seus restos mortais, enterrados nas imediações da Fábrica de Pólvora do Coxipó e encerrados em uma urna, foram os mesmo trasladados para o Rio de Janeiro e sepultados em cemitério da ex-Capital da República.

* In: *BIOGRAFIA n.01 - Antonio Paes de Barros (Totó Paes)*. Cuiabá: Centro de Letras e Ciências Humanas - Departamento de História, 1980, p.13/5 (mimeogr.)

Observação: o referido trabalho, produzido em 1980 por alunos de história da UFMT, não traz qualquer nome que permita identificar a sua autoria.

CONSTITUIÇÃO

PARTE II

ARTIGOS

CINQUENTENÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DE MATO GROSSO DE 1947

Luis-Philippe Pereira Leite

Terminada a 2ª Grande Guerra Mundial “1.939-1945”, os militares brasileiros que participaram nos campos de batalha de Força Expedicionária Brasileira, esforçaram-se, de modo particular, para lograr a redemocratização do Brasil, culminando com a deposição do Presidente Getúlio Vargas e a entrega do poder Executivo ao Ministro José Linhares, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, com o propósito de presidir as Eleições Presidenciais, já marcadas para 02 de dezembro de 1945.

Naquele mesmo mês de outubro, já determinara aos governadores e interventores dos Estados, que outorgassem a respectiva Constituição.

Em Cuiabá, o Interventor Júlio Muller nomeou o Dr. Estevão Alves Correa, ex-Presidente do Estado e médico, o professor e ex-Constituinte Estadual, Filogônio de Paula Corrêa, e os jovens cultores do Direito, Antonio de Arruda, Frederico Vaz de Figueiredo e Luis-Philippe Pereira Leite, para elaborarem a Carta Constitucional do Estado, a ser outorgada num espaço de tempo muito curto. A outorga verificou-se na manhã de 29 de outubro de 1945 e teve vida efêmera, porque na mesma tarde-noite, aconteceu aquela deposição.

O povo brasileiro foi às urnas na data fixada e o Marechal Eurico Gaspar Dutra, disputando com o Brigadeiro Eduardo Gomes, foi sagrado nas urnas para um mandato de cinco anos, tendo sido empossado em 31 de janeiro de 1946, juntamente com os Senadores e Deputados Federais eleitos.

A Assembléia Constituinte Brasileira, passou imediatamente a elaborar a nova Constituição do Brasil, que foi promulgada em 18 de setembro de 1946.

Em decorrência, as eleições estaduais para Governador e Deputados Estaduais, foi fixada para 19 de janeiro de 1947 e a Assembléia Estadual foi instalada em 27 de março de 1947, e a Constituição de Mato Grosso era promulgada na manhã de 11 de julho de 1947.

A Constituinte Matogrossense de 1947, integrada por um pugilo de

jovens inexperientes da política, na qual eram estreantes pelas próprias contingências da discreção reinante.

Diplomados em cursos universitários, militantes da indústria, do comércio, integrantes da vida social, deram satisfatória participação do seu trabalho.

Decorridos 50 anos do acontecimento histórico, vale recordar e registrar o reduzido grupo dos seus participantes:

Luis Alexandre de Oliveira, Bacharel em Direito, Auditor da Justiça Militar, vive a plenitude dos seus 92 anos. Em dado momento da História do Parlamento Matogrossense, quando se votava a mudança da sede do governo para Campo Grande, ausentou-se do plenário e permitiu que a decisão acontecesse pelo voto de Minerva do Presidente da Assembléia, Deputado Virgílio Alves Corrêa e a capital permaneceu em Cuiabá. Fundou e dirigiu por muitos anos o conceituado Ginásio Oswaldo Cruz, em Campo Grande. **Valdir dos Santos Pereira**, Notário Público, aposentado, nascido em 29 de novembro de 1910, hábil político, secretário da Constituinte, que deu à Assembléia de Mato Grosso toda a estrutura que ostenta em nossos dias. Ainda recentemente, nas eleições de 03 de outubro, contribuiu ativa e eficientemente para a eleição de um veto a vereador pela Câmara Municipal de Campo Grande-MS.

Sebastião de Oliveira, nascido em 20 de março de 1915, advogado dos mais conceituados do Foro da Capital, integrou o Conselho da OAB. Exerceu o cargo de Procurador Geral do Conselho de Contas do Estado, cargo no qual se aposentou. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, é autor de excelentes obras jurídicas, inclusive do livro “Da Razão à Fé”. Professor da UFMT.

José Manoel Fontanillas Fragelli, nascido em 31 de dezembro de 1915. Foi líder da minoria. Desde o primeiro momento aspirava a criação de uma comissão de inquérito para verificar da aplicação de verba de quinze contos que Getúlio Vargas dera ao Governo de Mato Grosso para a construção de edifícios públicos em Cuiabá. Acontece que a idéia, aos poucos foi arrefecida, a ponto de o ex-Interventor Júlio Muller, na manhã da promulgação, estar entre os presentes com a petição pronta para que aquela prestação de contas se fizesse. Naquela oportunidade, todos estávamos convencidos que o honrado Interventor, não somente bem aplicara a verba, mas fizera milagre para com tão pouco dinheiro fazer tanto. Como Oficial de Gabinete da

Secretaria Geral do Estado, tive ocasião de verificar o elenco de custo de cada obra, formulado o tão operoso Secretário do Estado João Ponce de Arruda e executor das ditas obras. Fragelli deixou marcantes traços no Parlamento Matogrossense pela sua inteligência, pelo seu descortínio, pela sua dedicação ao trabalho. Homem honrado, quando Governador de Mato Grosso, deu o nome de Júlio Muller ao Edifício do antigo Grande Hotel de Mato Grosso, que ele transformara em Banco do Estado de Mato Grosso, gesto que dignifica os honrados homens de nossa vida pública. Fragelli, no Parlamento brasileiro, foi a mesma figura dignificante da vida pública. Depois de excelente desempenho no governo do Estado, foi eleito Senador da República. Certo dia, enviei-lhe convite para as comemorações do centenário de D. Aquino Corrêa, com pequeno cartão de visita e dizeres: “Lourdes e Fragelli: esta é a nossa comemoração”.

Na porta da Catedral, conversando com o saudoso Deodato Gomes Monteiro, momentos antes da missa, alguém se aproxima de mim. Não o reconheci, a princípio, o que só aconteceu após as suas palavras: “Quando recebi o convite falei com a mulher: Não podemos faltar”. Ali estava o grande Matogrossense que na véspera fora eleito Presidente do Senado Federal da República. Era o grande Presidente que, num decisivo momento da vida brasileira, não tergiversou em dar posse ao Senador Sarney, em virtude do falecimento do Presidente eleito Tancredo Neves, combinando a interpretação jurídica mais autêntica com a sua invejável habilidade política.

Luis-Philippe Pereira Leite, nascido em 12 de dezembro de 1916, cultor de Direito, exerceu o cargo de Procurador Fiscal, de Procurador Geral do Estado e Procurador Regional Eleitoral, Notário Público, membro da Academia Matogrossense de Letras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que presidiu durante 20 anos. Autor de mais de duas dezenas de trabalhos históricos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2º Tenente da Reserva.

Penn de Moraes Gomes, nasceu em 22 de fevereiro de 1918, advogado, Procurador do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Italívio Coelho, nascido em 1º de março de 1918, advogado, Senador da República.

José Cerveira, nascido em 01 de fevereiro de 1921, advogado nos Foros de Dourados-MS, reeleito Deputado Estadual, presidiu posteriormente os destinos da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Lenine de Campos Póvoas, nasceu em 04 de julho de 1921, advogado, professor, vice-governador do Estado de Mato Grosso, Membro do Conselho de Contas de Mato Grosso, Membro da Academia Matogrossense de Letras, inclusive presidido seus destinos e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Tem várias obras publicadas nos setores da Literatura, da Geografia e da História. Professor da UFMT.

Salvino Mendes Fontoura, nasceu em 12 de julho de 1921. Militou pouco tempo na política e ao que eu saiba somente quando do seu primeiro mandato. Recolheu-se à vida privada vivendo na sua Fazenda D^a Doca, na BR 163 - Km 661 - Coxim-MS.

A todos os companheiros daquela jornada histórica, que resistem a ação do tempo, e aos demais que integramos a vida parlamentar de Mato Grosso, as minhas saudações, as minhas homenagens, as minhas orações, o meu agradecimento, a minha admiração, o meu respeito e a minha saudade.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

“Com todas as suas dificuldades e problemas, sobretudo no campo social, onde a situação tende visivelmente a agravar-se, o Brasil cresceu e cresce, tornando-se, cada vez mais, um fator importante no contexto mundial”. Mário Gibson Barbosa - Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida.

Antônio de Arruda

A análise do tema proposto exige inicialmente a conceituação das duas correntes principais que dominam a cena internacional e a inserção nelas de nosso País: Idealismo e Realismo. São posições dicotômicas que dificilmente se conciliam no que se refere à formulação política de cada Estado.

IDEALISMO - O idealismo se filia à chamada Filosofia do Ser que teve como cultores máximos, na Antigüidade, Platão e Aristóteles. Platão criou engenhosa estrutura de idéias ou formas - as universais como foram depois denominadas - e, juntamente com Aristóteles, orientou a Filosofia ocidental durante séculos. Essa corrente inspirou o Idealismo para o qual as idéias contêm a substância da Ética, do Direito, da Arte e dos demais setores da vida social. Em síntese, trata-se de princípios supremos que deverão nortear as atividades humanas.

REALISMO - O Realismo contrapõe-se ao Idealismo e sustenta que as idéias, longe de orientarem a sociedade, são por esta orientadas, segundo as contingências que se apresentam ao homem. De acordo com a corrente realista, as ações humanas em geral não obedecem a princípios superiores, como supõem os idealistas, tais como os da Ética, mas se subordinam aos ditames da realidade. Ortega y Gasset resumiu essa tendência, quando afirmou: eu sou eu e minhas circunstâncias.

Essas duas correntes dicotômicas vêm orientando o pensamento político para rumos diversos. A doutrina idealista insiste em definir a Po-

lítica com fruto da Moral e da razão, única forma que leva à convivência pacífica e perfeita dos povos. Já, sob a luz do Realismo, a Política é aética, pois obedece a uma realidade e inevitável, que é o poder, encarnado na figura do “Ogro Filantrópico”, segundo a caracterização de Octávio Paz, ou seja, o Estado.

No campo internacional, a Escola Idealista advoga uma ordem internacional justa, com ênfase nos objetivos de cooperação entre os Estados e na acomodação dos seus interesses. Para esse fim, essa Escola procura apoiar-se na criação e funcionamento de organismos internacionais sob a égide do Direito e da Moral. A Escola Idealista começou a corporificar-se logo após a Primeira Guerra Mundial, sendo seu representante mais famoso Woodrow Wilson, que utilizou seu prestígio de Presidente dos Estados Unidos e de antigo Professor e Reitor da Universidade de Princeton, para tentar funcionar a Liga das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes, de 1919. O idealismo não vingou na época, em face da indiferença e até da oposição dos grandes países europeus, o que levou ao insucesso da Liga. Mas os idéias ali germinados, transferidos mais tarde para a Organização das Nações Unidas, continuam progredindo.

A Escola Realista enfatiza, como no campo interno, a noção de poder e, em sua feição mais radical, parte do pressuposto de que a realidade internacional é anárquica, pelo que a cada Estado cabe prover sua própria segurança. Nesse sentido, as relações internacionais estariam sujeitas a rivalidades e confrontos entre os Estados. Do entrechoque de interesses se chegaria ao equilíbrio, através daquela “mão invisível” de que, no plano econômico, falava Ricardo. Para essa corrente, o poder assume um conceito igualmente realista e privilegia a coercibilidade: traduz-se na coerção, na imposição de uma vontade sobre outra. A substância do poder, sustenta G. Schwarzenberger, consiste na faculdade de exercer pressão coatora, independente de sua racionalidade.

MAQUIAVEL E O REALISMO - Coube a Maquiavel a construção do mais acabado modelo de realismo político, que ele consubstanciou em “O Príncipe”. Maquiavel pretendeu elaborar uma estratégia política visando a libertar sua pátria da longa dominação estrangeira. Para isso, julgou necessário unificar os Estados-Nações, em que a Itália se fragmentava, em uma monarquia governada por um príncipe fortalecido no poder, de modo a impor a soberania do Estado assim criado e expulsar o inimigo externo.

Maquiavel enfeixou então em seu livro as idéias correntes na época que resumiam o comportamento do homem da Renascença, especialmente

da Renascença Italiana. Era este, segundo descreveu Lorde Macaulay, um homem ambivalente, generoso, amante das artes e das letras, e ao mesmo tempo cruel, traidor, hipócrita e destituído de escrúpulos. Desejando aplicar os atributos negativos comuns em seu tempo em prejuízo dos inimigos, Maquiavel não foi feliz. Sua reputação ficou maculada para sempre e seu nome se transformou, em várias línguas, no símbolo do cinismo, da má fé e do oportunismo. Por outro lado, sua estratégia se tornou inócua, já que, não tendo havido a reunificação pretendida, os inimigos permaneceram impunes na Itália, durante os três séculos posteriores.

No entanto, as máximas contidas em "O Príncipe" foram superadas pelo tempo, mas ficou o método criado por Maquiavel na formulação política, que o eleva à condição de um dos maiores pensadores modernos e, segundo alguns, o verdadeiro criador da ciência política.

Maquiavel abandonou o método tradicional para a construção política, que consistia em estabelecer princípios gerais e abstratos que se supunham inerentes à natureza humana e à sociedade. Já Maquiavel partiu da realidade evidenciada pela história e pela observação direta dos fatos, que conduziam à elaboração dos princípios.

ESCOLA ECLÉTICA - Há também uma terceira Escola-Eclética - que, sem engajar-se de modo exclusivo ao idealismo ou ao realismo, adota princípios de um ou de outro, de acordo com as circunstâncias do momento e sem esquecer os interesses do país. Uma corrente desta Escola, que vem ganhando evidência a partir do final dos anos 60, é a que passou a preocupar-se com problemas que dizem respeito a toda a humanidade e que reclamam esforços conjugados de todos os povos. Estão nesse caso temas referentes à explosão demográfica e à ecologia, sendo que esta última ensejou a criação de partidos políticos que têm atraído muitos adeptos, em alguns países.

EQUILÍBRIO EUROPEU - O Estado moderno conseguiu estruturar-se, no Ocidente, através do chamado Equilíbrio Europeu, estabelecido nos séculos XVII e XVIII, no Velho Continente, cujas raízes se estenderam até o final da Segunda Grande Guerra. Fruto do mais refinado realismo político, o Equilíbrio Europeu pressupunha a soberania dos Estados e delegava a cada um a responsabilidade pela sua defesa. O equilíbrio de poder excluía, de um lado, a idéia de um governo mundial ou supranacional e, de outro, a supremacia de um sobre os demais. Criou-se

então um sistema de pesos e contrapesos em torno de alianças ao sabor das contingências e dos interesses dos atores em jogo. E função do fortalecimento do poder, surgiu o colonialismo especialmente em relação à África, com que as potências procuravam melhorar sua posição no confronto com a dos rivais.

IGUALDADE JURÍDICA DOS ESTADOS - No Equilíbrio Europeu, buscava-se a igualdade entre os Estados, mas uma igualdade de fato, baseada na força. Por que não se criar então uma igualdade de direito, uma igualdade jurídica, como pressuposto do Estado, além da soberania e da integridade territorial? Nesse sentido concentrou-se o esforço da Escola Idealista que, no caso, teve Ruy Barbosa como um dos seus precursores. Realmente, foi a notável atuação de Ruy na Conferência da Paz de 1907, em Haia, que fez com que se inscrevesse pela primeira vez, no concerto das nações, o princípio da igualdade jurídica, reafirmada, em 1945, na Carta das Nações Unidas.

A POSIÇÃO BRASILEIRA - Ao longo do tempo, os Estados vêm-se filiando a uma das teorias mencionadas, conforme as respectivas estruturas estratégicas e as conveniências do momento.

Quanto ao Brasil, vislumbra-se uma tendência idealista, em suas relações internacionais. O exemplo mais frisante desse comportamento está na assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1908. Invadido o território brasileiro pelos paraguaios, nosso Ministro plenipotenciário, Francisco Otaviano, foi a Buenos Aires e propôs aliança a Bartolomeu Mitre, Presidente da Argentina, que a recusou, preferindo manter-se neutro no conflito. Logo depois, quando tropas de Lopes invadiram a cidade argentina de Corrientes, Otaviano voltou a fazer a proposta, nas mesmas condições, inclusive a cláusula que concedia a Mitre o comando das forças aliadas. Nosso representante não prevaleceu da nova conjuntura que poderia ser mais vantajosa para o Brasil e assinou o Tratado, que nosso Governo ratificou.

Segundo Joaquim Nabuco, em “Um Estadista do Império”, esse Tratado, nascido sob a premência imposta pelas circunstâncias e inspirado pela boa fé e lisura, permitiu a solução dos incidentes surgidos durante a longa e sangrenta guerra. O Tratado, de acordo ainda com Nabuco, constitui um generoso impulso das nações aliadas, o que importa dizer, da natureza humana, como um ato de confiança na civilização moderna.

Vitorioso, o Brasil não reivindicou nenhuma conquista territorial, perdoou mais tarde a dívida de guerra e devolveu ao Paraguai até os troféus conquistados nas batalhas.

Há, na tradição diplomática brasileira, alguns episódios semelhantes. Citaremos um deles, narrado pelo Embaixador Gibson Barboza, em seu livro “Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida”. Na gestão do Chanceler Raul Fernandes, em 1949, o Brasil pleiteava, juntamente com Costa Rica, uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A disputa era acirrada, quando no dia da votação, por ordem de Raul Fernandes e com surpresa geral, a delegação do Brasil retirou sua candidatura e pediu que fosse homologada a de Costa Rica.

Na véspera, o Ministro revelara sua decisão a Gibson Barboza, então seu oficial-de-gabinete. Este ponderou-lhe que com essa renúncia, num caso que estava servindo de teste para o prestígio do Brasil, ele seria crucificado por nossa imprensa.

- Não importa, respondeu o Chanceler. Ganharemos outras eleições. Ao contrário do Brasil, a Costa Rica nunca foi membro do Conselho de Segurança. É justa a sua pretensão. É um país digno e respeitável. Não devemos derrotá-lo com o peso de nossa importância no continente.

E ante a objeção de seu auxiliar de que nossa opinião pública não entenderia a nobreza do seu gesto, acrescentou:

- Não se preocupe. Quem tiver cabeça acima dos ombros e o coração no lugar me fará justiça.

Entretanto, Costa Rica, sensibilizada, não aceitou nossa desistência, e o Brasil foi eleito unanimemente.

Atualmente, o Brasil não ofereceria talvez exemplo de semelhante idealismo. Nos últimos tempos, nossa Política Externa costuma ser dirigida segundo as normas do “Pragmatismo Responsável” que pressupõe em cada nação um conjunto de tradições e ao mesmo tempo um complexo de interesses. A atitude pragmática exige flexibilidade nas relações internacionais e repudia dogmatismos. Em última análise, trata-se de aplicação da Teoria Eclética já citada: as decisões variam conforme as circunstâncias, em função dos interesses nacionais.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS - Desde o período colonial e sobretudo após a independência, várias princípios se foram estabelecendo, Brasil, e que nortearam nossa

política externa. Entre eles, destacaremos os enumerados a seguir.

UTI POSSIDETIS - Este princípio, inspirado no Direito Romano, de capital importância histórica na solução de nossas questões fronteiriças, foi aplicado pela primeira vez no Tratado de 1750, graças à clarividência de Alexandre de Gusmão. No preâmbulo desse Tratado, estabeleceu-se que “cada parte há de ficar com o que atualmente possui”. Ratificava-se assim a conquista das terras situadas a Oeste do Tracado das Tordesilhas, com o abandono das linhas imaginárias e a adoção dos limites naturais. Era o reconhecimento da penetração dos bandeirantes e que dava ao Brasil praticamente o seu perfil atual, com exclusão do Acre.

Era um princípio de grande importância para o Brasil, mas Gusmão conseguiu incluir no Tratado um outro, estatuinto que, embora houvesse guerra entre as duas Coroas, seus respectivos vassallos deveriam permanecer em paz, sem hostilidade entre si ou com os aliados. Cominou-se a pena de morte para os que promovessem qualquer invasão e proibiu-se o uso de portos e o trânsito pelo território da América Meridional por parte de qualquer inimigo de uma das nações, com penalidades para os infratores. Era a gênese do pan-americanismo, em que a paz só poderia consolidar as colônias contra os interesses das metrópoles: um jogo diplomático que até hoje causa admiração pela sua oportunidade e audácia.

O princípio do *uti-possidentis* dominou nossas relações diplomáticas durante o Império e nos primórdios da República, garantindo-nos o *statu-quo* das fronteiras, enquanto o pan-americanismo nos permitiu a paz com os países vizinhos.

SOLUÇÃO PACÍFICA DAS QUESTÕES INTERNACIONAIS

- É um princípio que o Brasil tem adotado e decorre de um preceito constitucional antigo proibindo as guerras de conquista. É nesse sentido que se orienta nossa Política Externa, o que tem transformado o Brasil em mediador nas questões em que às vezes se têm envolvido nossos vizinhos. É uma posição que consulta nossos interesses porque não nos convém a intervenção das superpotências nas contendas regionais. Com consequência desse princípio o Brasil aderiu ao arbitramento para a solução dos conflitos, acompanhando outros países do Continente, o que se deu na Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906.

Esse princípio é condizente com a vocação pacifista, ou seja, a tendência para a conciliação e a harmonia, um dos traços do caráter nacional

brasileiro que herdamos dos portugueses.

UNIVERSALISMO - O Brasil tem demonstrado, ao longo de sua História, indiscutível esforço para a boa convivência internacional, a partir dos países vizinhos, segundo a linha prioritária dos “círculos concêntricos” a que tem obedecido nossa diplomacia. Estamos convictos de que pertencemos ao mundo ocidental e, segundo alguns, também ao Terceiro Mundo porque temos com este características afins, dada a mesma personalidade cultural. Ao expandir nosso sistema interno, procuramos caminhar no sentido da mundialização do sistema internacional, tendo em vista os interesses da paz. Assim sendo, nossa Política Externa visa aceitar a diversidade, a respeitabilidade as diferenças de opiniões e tendências, sem o que não se alcançam laços sólidos entre os países, exigidos para a política de paz que desejamos.

FLEXIBILIDADE - Este princípio se baseia no fato de que, em Política Externa, não pode haver automatismo nem imutabilidade. A realidade internacional é dinâmica, compõe-se de fatores que alteram as relações de poder: são as esferas de influência, as áreas de manobra, as conveniências, os avanços e recuos. A formulação da Política Externa requer meitucioso exame, aferição dos elementos que a condicionam, enfim a compreensão exata da realidade que se impõe às decisões. Sem isso, a Política se torna logo superada e distante das aspirações nacionais, que ela deve refletir.

DESENVOLVIMENTO POPULACIONAL EM MATO GROSSO

Lourembergue Alves

INTRODUÇÃO

A chave para a compreensão da sociedade encontra-se num complexo terreno das ações e realizações do ser humano, nas suas relações materiais e em toda a sua produção cultural. Isso nos obriga $\frac{3}{4}$ enquanto historiador $\frac{3}{4}$ a buscar novos caminhos, trilhar o incerto, o indeterminado e desviar o olhar para toda a produção humana. Necessitamos igualmente quebrar os preconceitos. Nada pode ser ignorado. Tudo é importante, devendo ser investigado, estudado e divulgado.

Assim, as coisas idas e vividas da gente e da terra mato-grossenses são importantes para que possamos ter um conhecimento ampliado da própria sociedade brasileira.

Mato Grosso é importante ao Brasil pela sua posição geográfica, pelo que representa no cenário sócio-econômico brasileiro e pelo seu povo. É como diz o grande Luís Philippe Pereira Leite: “No passado e no presente o valor dos seus filhos é público e notório”. Daí a importância de se estudar o desenvolvimento populacional de Mato Grosso.

POVOAMENTO

O povoamento de Mato Grosso ocorreu-se a partir do século XVIII, com a extração do ouro. Esta atividade atraiu levas de estrangeiros e de brasileiros de outras regiões do Brasil para Cuiabá.

Muitos dos primeiros imigrantes deixaram para trás casa, mulheres e filhos em busca da riqueza fácil nos sertões mato-grossenses, “como se fora a terra da promessa” ⁽¹⁾.

O percurso não era nada fácil. As monções sujeitaram-se sempre ao perigo. Enfrentaram a violência das correntezas dos rios, perigosas cachoeiras e a força dos redemoinhos. Não foram poucas as que se perderam pelos caminhos fluviais. Inúmeros aventureiros sofreram com os ataques e emboscadas dos índios, pereceram de doenças e de fome ⁽²⁾.

Vale lembrar que a primeira via de acesso as minas de Cuiabá e região foi a fluvial. Partindo-se de Araritaguaba (atual Porto Feliz) a 160 quilômetros de São Paulo, enfrentavam 113 cachoeiras⁽³⁾. Navegando pelo Tietê, as monções chegavam no rio Paraná. Desciam por este rio até frontear o rio Pardo, pelo qual embocavam⁽⁴⁾. Entre o Paraná e as águas do Paraguai atravessavam o Varadouro de Camapuã, alcançando o Taquari, por intermédio do Coxim, depois o rio Cuiabá, chegando no Porto Geral “a meia légua das lavras do Sutil”⁽⁵⁾. Este percurso, que tinha duração de quatro meses⁽⁶⁾, foi utilizado até 1736, quando se abriu um caminho por terra, ligando as vilas goianas à Cuiabá.

Apesar das dificuldades do percurso de São Paulo a Cuiabá e do cerco que marcou as levas migratórias⁽⁷⁾, houve um crescimento significativo da população de Mato Grosso. Logo em 1719, o arraial da Forquilha já contava com mais de 800 habitantes. Este número subiu para 4000 em 1726⁽⁸⁾.

Vale dizer que esses dados populacionais da região são esparsos e poucos confiáveis. Isso porque ainda não se podia contar com uma técnica adequada na contagem dos habitantes. Mesmo com o aparecimento dos mapas da população, a partir de 1771, há margem de erro na avaliação total demográfica, em função das grandes distâncias em que se encontravam os arraiais e a dispersão de muitos aglomerados, fazendas e sítios⁽⁹⁾.

A única certeza que se pode ter nos dias atuais é que a exploração aurífera aumentava o número de habitantes. Admite-se, por exemplo, que em 1740, no auge da produção mineira, cerca de 40.000 pessoas viviam na região mato-grossense⁽¹⁰⁾. O esgotamento de suas minas, por outro lado, levou o declínio populacional⁽¹¹⁾. Assim, em 1800, a capitania contava com apenas 27.690 habitantes⁽¹²⁾.

Contudo, nessa ocasião já havia em Mato Grosso um povoamento de caráter permanente⁽¹³⁾.

Essa população aumentou consideravelmente em função da expansão de outras atividades econômicas, entre as quais destacaram-se: o extrativismo vegetal (poaia, erva-mate e borracha), pecuária e a produção de açúcar em engenhos.

Os engenhos foram instalados em Chapada de Santana, Vila Bela, Cuiabá, Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai, Diamantino, São Pedro d' El Rey, Vila Maria do Paraguai e em Santo Antônio do Rio Abaixo⁽¹⁴⁾.

Paralelamente a expansão dos engenhos, desenvolvia-se a lavoura de subsistência. Favorecendo-se, então, a ocupação de novas áreas da região.

Igualmente, o extrativismo vegetal deslocou inúmeras pessoas às áreas até então ainda não habitadas. A extração da poaia povoou a zona dos rios dos Bugres, Jauru, Sepotuba, Cabaçal e Paraguai. O extrativismo da erva-mate foi o responsável pelo início do povoamento da região sul (atual Mato Grosso do Sul). A seringueira foi a causa da exploração nas imediações dos rios Paraguai, Juruena, Arinos, Paranatinga e Alto Tapajós ⁽¹⁵⁾.

As fazendas de gado, que se localizaram inicialmente em Camapuã (entre os rios Taquari e Coxim), espalharam-se pelos rios Jauru e Aguapeí. Alcançaram Poconé, Livramento, Cáceres, Chapada dos Guimarães e a região do Pantanal. Segundo José Joaquim, havia uma significativa expansão de fazendas no município de Poconé e freguesias circunvizinhas, no baixo Paraguai, Miranda e Apa ⁽¹⁶⁾.

Em função disso, cresceu a população de Mato Grosso, conforme pode-se observar no quadro seguinte:

Ano	Cuiabá	Mato Grosso
1817	22.635	29.801
1828	23.938	35.353
1849	21.947	47.813
1855	32.128	53.000
1869	30.117	52.000
1872	35.987	60.417
1874	45.507	60.804

Fonte: Seckinger, Ron Leroy. "A Política em Mato Grosso - 1821 a 1851." The University of Flórida, PHD, 1970, História Moderna, p. 213.

Nota-se que, em 1872, Mato Grosso registrou uma população de 60.417 habitantes. Cuiabá respondia com mais de 50% desse total. Isso porque ela se constituía em polo econômico da região, desde o final do século XVIII. Naquele ano, a cidade contava: com trinta lojas de fazendas seco e molhado, mais de uma centena de vendas e tabernas e quarenta lojas do ofício de seleiros, carpinteiros, alfaiates e orives ⁽¹⁷⁾.

Pode-se elencar três fatores que tornaram Cuiabá o maior núcleo

mato-grossense: 1) sua posição geográfica dentro de Mato Grosso, 2) sua proximidade com as rotas de comércio do Centro-Sul, 3) absorvia a maior parte do excedente produzido pelas atividades econômicas.

Todavia, o surto de crescimento econômico de Cuiabá não se estendeu a todo Mato Grosso. Isso porque ainda eram mantidas as formas tradicionais e típicas de exploração do antigo sistema colonial. Essas formas impediam a superação da situação de decadência das atividades aurífera e diamantífera, da agricultura canavieira e da pecuária nas primeiras décadas do século XIX. O que provocou o empobrecimento de toda a região mato-grossense ⁽¹⁸⁾.

As dificuldades econômicas ameaçaram a sobrevivência de Mato Grosso, pois ocorreram um endividamento progressivo das casas comerciais e a carência de numerários para o pagamento do funcionalismo civil e militar ⁽¹⁹⁾.

Essa situação favoreceu a deposição do capitão-general Francisco Magessi ⁽²⁰⁾, em 1821, e a eclosão da Rusga ⁽²¹⁾, em 1834.

Quando eclodiu a Guerra do Paraguai (1865 - 1870), Mato Grosso ainda passava por uma situação econômico-financeira muito difícil. Agravando-se ainda mais com o início desse conflito. Este dificultou a importação e diminuiu a produção agrícola local, encarecendo os produtos de primeira necessidade, além da população submeter-se a epidemia da bexiga e a criação de gado continuar ressentindo-se da peste-cadeira ⁽²²⁾.

Contudo, o fim da guerra marcou o início de uma fase de ampla abertura da economia de Mato Grosso ⁽²³⁾. Isso em função da reabertura da navegação do rio Paraguai, permitindo que os comerciantes exportassem os produtos derivados da extração. Estes tinham muita aceitação nos mercados americanos e europeus. Além, é claro, de ter possibilitado a superação de uma fase de empobrecimento da região mato-grossense. Abriu-se uma brecha para os investimentos estrangeiros, tanto no setor de produção agropecuária como no comércio importador-exportador. "O porto de Corumbá tornou-se o mais importante entreposto comercial de Mato Grosso" ⁽²⁴⁾.

Essa nova fase econômica atraiu outras levas de migrantes. Admitem-se os seguintes números para a migração interna líquida para Mato Grosso : de 1872 a 1890, 5.896 pessoas; 1890 a 1900, 3.445; 1900 a 1920, 15.864 ⁽²⁵⁾. Somam-se a esses os estrangeiros que se estabeleceram na re-

gião, a saber: 1870, 1.669 pessoas; 1900, 12.205; 1920, 25.321 ⁽²⁶⁾.

Assim, a população mato-grossense aumentou significativamente:

Ano	Número de Habitantes
1879	65.321
1890	92.827
1900	118.025
1920	246.612

Fonte: Corrêa Filho, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, INL, 1969, p. 635.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1914), começou em Mato Grosso um novo período de intercâmbio com o Centro-Sul. A ligação do Estado com essa região não se dava mais unicamente via fluvial do rio Paraguai.

Entrava-se em cena a via férrea, mudando consideravelmente o panorama da terra sul-matogrossense. Através da sua linha, penetraria essa zona uma crescente leva de trabalhadores ⁽²⁷⁾ e, além disso, se processaria a movimentação do comércio importador-exportador. E isso, conseqüentemente, impulsionou e consolidou o desenvolvimento de novas áreas matogrossenses (que hoje formam o Estado de Mato Grosso do Sul). Cresceu, por exemplo, ainda mais o número de fazendas na região.

A pecuária, por seu turno, contribuiu para o crescimento dos núcleos urbanos. Destacam-se Campo Grande, Aquidauana e Miranda.

A intensificação da pecuária, também, prestou-se ao surgimento e crescimento da indústria de carne em Mato Grosso ⁽²⁸⁾.

A penetração dos trilhos da estrada de ferro no Estado transferiu o eixo econômico Cuiabá - Corumbá - rio Paraguai para o núcleo de Campo Grande ⁽²⁹⁾. Antes de alcançarem os mercados do Centro - Sul e outros, os produtos de exportação de Mato Grosso passavam por esta cidade. Por essa razão, foram construídas estradas de rodagem que ligam Campo Grande as outras localidades : Bela Vista (fronteira do Paraguai), Entre Rios, Porto 15 de Novembro. Anhandeu, Maracajú, Ponta Porã e Corumbá ligaram-se a Campo Grande através de ramais da ferrovia (além de estradas de rodagem).Porto Murtinho (fronteira do Paraguai) e Nioac mantinham-se

conectadas ao principal centro da economia regional através de Bela Vista. Uma estrada de rodagem, com 420 quilômetros, liga Campo Grande ao Pantanal ⁽³⁰⁾.

Novas correntes migratórias deslocaram-se para o sul-matogrossense. Elas procediam em sua maioria do Sul do país.

A população migrante buscava ou lotes de terras vendidas pelo governo estadual, ou empregos nas atividades econômicas da região : criação de gado, indústria de xarque, extração vegetal, indústrias de alimentos e de bebidas, cerâmica, indústria de madeira, Cia Mate Laranjeira, construção naval, etc.

Assim, cresceu a população de Mato Grosso, conforme pode se ver no quadro seguinte:

Ano	População	Porcentagem/Crescimento
1900	118.025	95,35
1930	320.418	171,48
1937	383.211	19,59
1940	432.265	12,00
1945	474.418	9,75
1950	522.044	10,04
1955	689.910	32,15
1960	910.262	31,94

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, vol. 32, 1971;
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

O grande fator desse crescimento foi o fluxo migratório procedente em sua maioria do sul do país. Este fluxo migratório dirigiu-se principalmente à região fronteira do Estado, aos pantanais mato-grossenses e à área cortada pela estrada de ferro.

Com o advento da chamada era das rodovias, a partir de 1950, a região norte do Estado recebeu grandes levas de migrantes. Cuiabá passou a contar com 56.204 habitantes. Campo Grande, considerado o maior núcleo populacional do antigo Estado de Mato grosso, possuía 57.033 pessoas.

Durante o período de 1950 a 1960, o efetivo populacional do Estado registrou um aumento, em números absolutos de 388.218 habitantes. No período de 1940 a 1960, houve um crescimento de 477.997 pessoas.

Esse crescimento populacional permitiu o desenvolvimento da produção agrícola ⁽³¹⁾.

Produtos	Unidade	Quantidade			
		1946	1947	1948	1949
Abacaxi	Fruto	601.058	2.033.420	-	-
Algodão	Arroba	13.467	8.467	21.133	25.667
Alho	Arroba	1.533	4.334	4.333	6.867
Amendoim	Kg	200.000	231.600	209.300	167.793
Arroz	60 Kg	692.816	769.100	817.116	1.068.166
Banana	Cacho	725.302	3.698.635	3.529.083	4.101.000
Batata	Ton.	6.703	13.471	10.343	13.308
Batata Inglesa	60 Kg.	2.316	3.266	5.555	4.067
Café	Arroba	180.000	150.733	210.733	166.600
Cana	Ton.	145.175	263.855	257.496	194.781
Cebola	Arroba	3.533	9200	9.333	9.627
Feijão	60 Kg.	174.383	203.683	215.233	271.133
Fumo	Arroba	2.000	3.600	3.134	4.867
Laranja	Cento	444.335	868.800	863.694	867.500
Mamona	Kg.	2.841	3.105	9.078	7.000
Mandioca	Ton.	158.068	190.151	179.971	184.109
Milho	60 Kg	588.965	770.166	534.183	665.983
Tomate	Kg.	46.394	49.783	38.814	77.625

Fonte: Relatório Anual de 1950 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - DEE. apresentado ao Governador Fernando Estatística. Corrêa da Costa e ao General Djalma Poli Coelho, Presidente da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Aumentou-se também o efetivo da pecuária em Mato grosso.

	Unidade	Quantidade			
		1947	1948	1949	1950
Bovino	Cabeça	3.007.243	3.157.602	3.410.211	3.683.028
Equino	Cabeça	225.618	236.897	246.364	256.216
Assino Muar	Cabeça	7.824	8.217	8.594	8.937
Suíno	Cabeça	524.598	629.518	693.069	762.376
Ovino	Cabeça	357.851	411.533	452.914	498.205
Caprino	Cabeça	62.882	72.312	81.042	89.146

Fonte: Relatório Anual de 1950 ob. Cit.

Por conta do crescimento, tanto populacional como da produção agropecuária, surgiu novos núcleos urbanos e cresceu as cidades antigas. Levas migratórias buscaram nossas terras férteis e baratas. Rondonópolis foi povoado, Cáceres recebeu muitas pessoas e o sul do Estado também recebeu inúmeras famílias de trabalhadores. As colônias de Bodoquena, Marechal Dutra no município de Ponta Porã e a do município de Dourados povoaram-se de imigrantes ⁽³²⁾.

O Estado constituiu-se por uma ocupação dispersa e pelas grandes distâncias entre os núcleos urbanos ⁽³³⁾. Além disso, sua população rural continuava sendo predominante, a saber: em 1945, a população rural constituía-se de 323.149 habitantes e a população urbana, 151.269 pessoas; em 1950, a zona rural possuía 344.214 pessoas e a zona urbana, 177.830; em 1955, a região rural contava com 435.561 almas e a região urbana, 254.349; em 1960, a área rural era habitada por 546.258 habitantes e a área urbana, 364.004 ⁽³⁴⁾.

Isso se deve particularmente pela política de ocupação plena de áreas aparentemente isoladas do Estado. Inicialmente, esta política foi empreendida pelo Governo Central (o Estado brasileiro colocava-se aí como centro das decisões e como órgão capaz de coordenar e controlar todas as esferas). Posteriormente, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, o Governo Estadual assumiu o controle da colonização das terras mato-grossenses. Assim, destinaram-se inúmeras glebas para a colonização, atraindo de outros Estados da federação, grande número de colonos ⁽³⁵⁾. A partir dos anos 70, a iniciativa privada também passou a investir na colonização da região ⁽³⁶⁾. Com a colonização, veio “o homem e com ele veio o trabalho e o desenvolvimento econômico da terra” ⁽³⁷⁾.

A produção regional não só cresceu como se diversificou. Na pauta da produção agrícola, no período de 1980 a 1988, destacaram-se: o milho, com um total de 3.781.534 toneladas; o arroz, com 7.824.372 toneladas; e a soja, com 11.250.454 toneladas ⁽³⁸⁾.

O número de cabeças de gado também cresceu: em 1985, Mato Grosso contava com 6.503.719 cabeças de gado. Este número subiu para 6.859.161, em 1986; para 7.407.377, em 1987; para 7.846.070, em 1988 ⁽³⁹⁾.

Paralelamente, surgiam novas cidades e desenvolviam os antigos núcleos urbanos. Com o desmembramento do Mato Grosso do Sul (1977),

Mato Grosso contava com 38 municípios. Em 1988, este número subiu para 84. Dois anos depois, o Estado passou a contar com 95 municípios ⁽⁴⁰⁾ e, em 1996, 126 municípios.

Da pressão exercida pela população, as cidades receberam melhoramentos: iluminação pública, telefonia urbana, bancos, armazéns e mercados, supermercados e pequenos estabelecimentos industriais. Em 1988, por exemplo, foram implantados os seguintes números de empresas no Estado, por atividade econômica: comércio, 41.923; indústrias, 7.916; agricultura e pecuária, 1.191; serviços, 15.155; outros, 795. Perfazendo, assim, um total de 66.980 empresas implantadas ⁽⁴¹⁾.

Nos anos 90, o número de empresas em Mato Grosso continua crescendo. Este crescimento se deve em função da necessidade do próprio Estado, que conta cada vez mais com um número maior de habitantes.

Ano	Número de Habitantes
1980	1.169.812
1986	1.717.147
1989	1.975.270

Fonte: Indicadores Econômicos e Sociais de Mato Grosso. Cuiabá, Fundação Cândido Rondon, 1990.

O incremento populacional verificado em Mato Grosso nas últimas décadas deveu-se, principalmente, ao intenso fluxo migratório proveniente de outras áreas do país. Entre os anos de 1960 a 1970, a taxa anual de crescimento foi de 6,3%; e entre 1970 a 1980, de 6,7%, com aumento de 0,36% em relação ao crescimento anterior; na década de 90, o Estado vem crescendo 1,9% ao ano. Assim, Mato Grosso passou a contar com 2.227.983 habitantes em 1996 ⁽⁴²⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível se pensar em Mato Grosso sem saber a importância do fluxo migratório, desde a vinda das primeiras levas migratórias do século XVIII, e sem entender o processo de colonização implantada no Estado. Tudo na região mato-grossense gira em torno do incremento populacional e das mudanças ocorridas na região, particularmente as verificadas nas úl-

timas décadas, a saber: o redivisionamento interno do Estado, a aceleração do processo de urbanização, o surgimento de pequenos estabelecimentos industriais e o aumento da produção agropecuária.

Ao longo destas páginas, procuramos evidenciar que o desenvolvimento das atividades econômicas do Estado está ligado e entrelaçado ao crescimento populacional. Aliás, é o aumento crescente da população da região que gera necessidades de consumo. Foi o conjunto de necessidades, traduzido em exigência, que obrigou o surgimento de melhoramentos nas cidades e de fábricas.

No entretanto, o Estado de Mato Grosso ainda ressentia-se da falta de estradas e de energia elétrica. Enquanto não equacioná-las, a indústria regional será sempre incipiente. E isso dificulta o seu maior progresso material e, conseqüentemente, não impede o aumento da gravidade dos problemas sociais registrados nas grandes cidades mato-grossenses.

NOTAS:

1. SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus Princípios até os presentes tempos. Cuiabá, UFMT, 1975. p.12.
2. Idem.
3. CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, INL, 1969, p. 231.
4. Idem, p. 203.
5. Ibidem, p. 204.
6. ARRUDA, Elmar Figueiredo de. Formação do Mercado Interno em Mato Grosso - século XVIII. Monografia de Mestrado, São Paulo, PUC, 1987, p. 54.
7. Idem, p. 55.
8. Ibidem, p. 29.
9. Ibidem, p. 27.
10. ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Mato Grosso - Trabalho Escravo e Trabalho Livre - 1850 a 1888. Brasília, Ministério da Fazenda, Departamento de Administração, Divisão de Documentação, 1984, p. 24.
11. Idem, p.28.

12. SECKINGER, Ronfley. A Política de Mato Grosso - 1821 a 1851. The University of Flórida, PHD, 1970, História Moderna, p. 203.
13. BORGES, Fernando T. de Miranda. Do Extrativismo à Pecuária: Algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso - 1870 a 1930. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEAC, 1991, p. 50.
14. ASSIS, Edvaldo de. Contribuição Para o Estudo do Negro em Mato Grosso. Cuiabá, Edições UFMT/PROED, 1988, p. 34.
15. BORGES, Fernando T. Miranda. Ob. Cit., pp. 63,77.
16. Relatório que o Vice-Presidente de Mato Grosso, José Joaquim Ramos Ferreira, devia apresentar à Assembléia Legislativa Provincial, em 15/09/1887.
17. LENHARO, Alcir. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. Cuiabá, UFMT/Imprensa Universitária/PROED, 1982, p. 74.
18. Idem, pp. 53,55.
19. Ibidem.
20. Ver CORRÊA, Valmir B. Mato Grosso - 1817 a 1840 - e o Papel da Violência no Processo de Formação e Desenvolvimento da Província. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1981, p. 125.
21. Ver SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá, UFMT, 1990, pp. 101 - 109; CORRÊA, Valmir B. Rebelião Cuiabana. São Paulo, In: Revista de História, nº 101, Ano XXVI, 1975.
22. Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Esquadra Barão de Melgaço, na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 20 de setembro de 1869, Cuiabá, Typ. De Souza Neves & Companhia.
23. CORRÊA, Lúcia Salsa. Corumbá: Um Núcleo Comercial na Fronteira de Mato Grosso - 1870 a 1920. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH - USP, 1980, p. 33.
24. CORRÊA, Valmir B. Coronéis e Bandidos em Mato Grosso - 1889 a 1943. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1981, pp. 44, 45.
25. BORGES, Fernando T. de Miranda. Ob. Cit., p. 51.
26. CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Ob. Cit., pp. 635, 637.
27. SODRÉ, Nelson W. Oeste - Ensaio sobre a grande Propriedade Pastoral. Rio de Janeiro, Livraria Olympio Editora, 1941, p. 113.

28. BORGES, Fernando T. de Miranda. Ob. Cit., p. 93.
29. CORRÊA, Valmir B. Coronéis e Bandidos em Mato Grosso - 1889 a 1943. Ob. Cit., p. 130.
30. BORGES, Fernando T. de Miranda. Ob. Cit., 123.
31. MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador Fernando Corrêa da Costa, em 13 de junho de 1953.
32. ALVES, Lourembergue. Dr. Arnaldo: O Último Cruzado da Colonização de Mato Grosso. Monografia premiada no Concurso de Monografias realizado pela Prefeitura de Campo Grande - MS/ Fundação "Júlio Campos", 1993, pp. 199, 200.
33. PÓVOAS, Lenine C. Perspectiva Demográfica e Econômica da "Grande Cuiabá". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1981, tomos CXV - CXVI, Ano LIII, p. 65.
34. ALVES, Lourembergue. Ob. Cit., p. 157.
35. Idem, pp. 196, 197.
36. OLIVEIRA, João Mariano de. A Esperança vem na Frente. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP/FFLCH, 1986, p. 126.
37. MENSAGEM enviada à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, 1949.
38. Revista Empresarial de Mato Grosso. Cuiabá, AIC - Comunicação, junho/88, Ano 1, nº 3, p. 34.
39. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
40. FUNDAÇÃO de Pesquisa "Cândido Rondon", 1989.
41. JUCEMAT - Junta Comercial do Estado de Mato grosso, 1988.
42. DEMOGRAFIA - IBGE. In: Diário de Cuiabá, 24 de janeiro de 1997, p. B1.

PASCOAL MOREIRA CABRAL LEME

Paulo Pitaluga Costa e Silva

INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido o fundador de Cuiabá, tal seja, personagem de real importância e destaque para nossa história regional, está ainda muito incompleta a biografia desse notável bandeirante sorocabano. De suas entradas pelos sertões, antes da fundação de Cuiabá, pouco se sabe. Mesmo após a descoberta das Minas do Cuiabá, os registros são de todo insuficientes para se delinear um perfil de suas atividades como guarda mor dessas minas. O arquivo cuiabano foi perdido, em especial, a documentação dos primeiros anos de vida dos três arraiais pioneiros. Essa documentação recebida foi extraviada, e a remetida, deve existir cópia na Torre do Tombo, em Portugal. O Arquivo Público de São Paulo, muito pouco tem dos 5 primeiros anos de Cuiabá. Por serem as lavras cuiabanas jurisdicionadas, nesses tempos pioneiros, à Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com sede em Vila do Carmo, hoje Mariana, talvez se possa encontrar a documentação primeira, no Arquivo Mineiro, em Belo Horizonte. Por isso só, depreende-se a dificuldade da pesquisa mais acurada dos primeiros anos das Minas do Cuiabá.

Filho do Coronel Pascoal Moreira Cabral e de Mariana Leme, esse intrépido bandeirante nasceu em Sorocaba em 1654, sendo descendente de ilustre família de paulistas, quase todos dedicados às lides do sertão e detentores de importantes cargos públicos na administração colonial portuguesa em São Paulo, Itu e Sorocaba. Seu pai, em 1680 explorou os morros de Araçoiaba e Ipanema, fazendo experiências com fundição de ferro. Em 1682, o mesmo obteve autorização régia para levantar um oficina de fabricação de ferro em Ipanema. Faleceu seu progenitor em Sorocaba em 1689, deixando 5 filhos.

Desde cedo Pascoal Moreira iniciou as suas penetrações pelos sertões preando índios. Em 1682, (certamente não foi a sua primeira entrada pelos sertões) já era cabo da bandeira de André Zunega, seu parente, que

penetrou no baixo Mato Grosso, na região do que fora a antiga vila espanhola de Santiago de Xerez, às margens do rio Mboteteí, depois Rio Mondego, hoje Rio Miranda. Face os perigos da região, lá instalaram um arraial cercado por paliçada e devidamente fortificado com duas pequenas peças de artilharia. Esse arraial entrincheirado servia de base para as operações da bandeira de Zunega contra os índios remanescentes das Missões do Itatim¹. Plantavam roças de subsistência e com suas 80 canoas, perambulavam pela região, sulcando vários rios, em especial o Paraguai, atrás de índios para escravizar. Retornou com a bandeira de Zunega para São Paulo em 1685.²

Nessa ocasião, batizou dois filhos naturais, Francisco e José, tidos em pleno sertão, com certeza, com alguma índia escrava.³

Durante essa expedição, estando na barra do Mbotetei com os seus homens, por ali passaram padres jesuítas espanhóis navegando em um bergantim. Pascoal Moreira ajudou-os oferecendo-lhes os mantimentos de que estavam necessitados. Provavelmente esses jesuítas subiram o rio Paraguai de Assunção, e certamente, ou se dirigiam para as Missões Chiquitos e Moxos, ou estavam fazendo algumas observações na sua antiga Província Jesuítica do Itatim.⁴

Pascoal Moreira Cabral casou-se em 1692, em Itu, com Isabel de Siqueira Cortes, natural de Parnaíba, filha de Manoel de Siqueira Cortes e de Ana Moreira de Alvarenga, com quem teve duas filhas e dois filhos, sendo um de igual nome. Um de seus filhos morreu em pleno sertão, conforme o próprio Pascoal Moreira nos conta em carta de 15 de julho de 1722 ao Rei Dom João V: “*Ao depois de perder um filho e quinze homens brancos e alguns escravos, que os mataram e comeram o gentio [...]*”.⁵

Provavelmente, em princípios do século XVIII, deva ter minerado pelas Minas Gerais, mais especialmente nas Minas do Sabarabuçu, tão famosas e produtivas à essa época. O próprio Barbosa de Sá nos conta: “*[...] experto na milícia dos sertões e exercício de minerar pelo ter já exercitado nas Minas Gerais [...]*”⁶

Em 1699 comandando sua própria bandeira esteve na região de Curitiba com vários outros bandeirantes, dentre os quais Salvador Jorge Velho, Simão Jorge Velho, Manoel Correia Lopes e, inclusive, o posteriormente famoso Miguel Sutil de Oliveira, incursionando em pesquisa de ouro e de pedras preciosas. Sutil pessoalmente efetuou a descoberta de minas

auríferas nessa região, a que se denominou Lavras de Santa Cruz. E nada a história registrou sobre os resultados práticos dessa penetração de Pascoal Moreira Cabral em terras curitibanas.⁷

Em 1716 armou uma nova bandeira em Sorocaba e partiu novamente para a região do Mbotetefi, onde passou por quase 2 anos fazendo incursões contra os índios da região do que fora um século antes a Missão Jesuítica do Itatim. Nesse local encontrou-se com a bandeira dos irmãos Antunes Maciel, Gabriel, João, Antonio e Felipe e com ela uniu seus esforços para melhor se manter na região que perambulava, além de precioso reforço em seu mister de prear índios. De Antonio Pires de Campos obteve informações sobre os índios Coxiponés, rio Cuiabá acima, que habitavam por todo o vale do Coxipó. Esse bandeirante desde o ano anterior estava explorando o Cuiabá acima, conseguindo escravizar um bom número de índios Coxiponés, que levava consigo para vendê-los em Sorocaba.

A sua bandeira, ao sair de Sorocaba pelo rio Tietê abaixo, era formada por 56 homens brancos, mais escravos negros e índios.

O encontro com Pires de Campos foi no local denominado Arraial Velho, já no rio Cuiabá. Com isso, presume-se, Pascoal Moreira Cabral já tinha deixado o sertão da Vacaria e estava subindo o rio Cuiabá.

Tendo já deixado os Antunes Maciel em local não determinado, ou no Arraial Velho, ou na Vacaria, em 1718 seguiu os passos indicados por Pires de Campos. Chegou à confluência dos rios Cuiabá e Coxipó onde encontrou a aldeia destruída, não aí achando os Coxiponés. Entrou pelo Coxipó Mirim, fazendo pouso logo acima da barra. Nesse local, batizado por Pires de Campos de São Gonçalo Velho, deixou alguns homens e seguiu rio acima até o rio dos Peixes, onde encontrou vestígios de índios, vez que os mesmos lá deixavam seus peixes para secar ao sol. Continuando Coxipó acima até o ribeirão Mutuca, “[...] *seguiu o Capitão rio acima até o lugar chamado hoje a Forquilha; aí achou o gentio [...]* “. Nesse local o combate com os índios foi violento. Virgílio Corrêa Filho, nos conta que: “*Em pouco estes (bandeirantes) verificaram que não enterreiravam os mesmos aborígenes incautos, que Pires de Campos subjugara. Protegidos por toscas trincheiras, de paus travados habilmente, rechaçaram os atacantes, que se convenceram não ser tão fácil, como lhes pareceu à primeira vista, a conquista do reduto inexpugnável.*”⁸

Neste combate entre os homens de Pascoal Moreira Cabral e os índi-

os Coxiponés, os bandeirantes perderam “ [...] oito homens brancos, fora negros [...], conforme nos dá conta a própria Ata de fundação de Cuiabá, lavrada pouco tempo após esse combate.

*“Na madrugada do segundo dia deram nos alojamentos do bravo gentio Aripoconé (sic) e nesta avançada ficaram as nossas armas sem o triunfo que esperavam, porque a força do gentio fez muito desigual o nosso partido, ficando dos nossos mortos e quatorze feridos e tão maltratados que foram conduzidos em rede para o novo arraial”*⁹

A bem da verdade esse encontro com os Coxiponés deva ter-se dado de meado para o fim de 1718. Nessa ocasião mandou emissário desconhecido chamar as bandeiras dos irmãos Antunes Maciel e a de Fernão Dias Falcão, que estavam pelo Arraial Velho, para vir ajudá-lo em seus apertos com os Coxiponés.

Tudo indica que, apesar da refrega e de seus mortos, Pascoal Moreira Cabral conseguiu capturar alguns índios. Barbosa de Sá nos explica: “ [...] aí achou o gentio em quem fez suas presas com bastante mostras de ouro em batoques e outros enfeites [...]”¹⁰

Logo após esse combate com os índios, em que quase fora totalmente aniquilado pelos Coxiponés, chegou o socorro que mandara buscar. Em fins de 1718, a bandeira dos irmãos Antunes Maciel e a de Fernão Dias Falcão, aportaram em São Gonçalo Velho. O próprio Pascoal Moreira Cabral, em certidão de 7 de abril de 1723 passada em favor de Fernando Dias Falcão, assim se manifestou: “*O Capitão Fernando Dias Falcão me chegou a este arraial, com 130 homens de guerra de socorro, na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramentas, sem termos nenhuma resistência, e com este socorro ficamos remediados de tudo e restaurou nossas próprias vidas, que estávamos sentenciados pelo gentio à morte, e logo fez o dito capitão mor as suas entradas no gentio bravo e ficaram as minas desinfetadas, como se vê, tudo com risco da sua vida [...]*”¹¹

Logo após ter chegado ao acampamento do Coxipó, o Capitão Fernando Dias Falcão, efetuou expedições punitivas contra os índios Coxiponés, avançando por esse rio acima, combatendo e expulsando os mesmos da região. A ação bélica desse intrépido bandeirante, proporcionou a sistemática ocupação do vale superior do Coxipó, pelos bandeirantes em busca de novas lavras auríferas, sem o perigo constante do gentio.

Em seguida ao histórico combate, juntamente com os companheiros, Pascoal Moreira Cabral desceu o rio Coxipó abaixo até o pouso primeiro, São Gonçalo Velho, onde deixara alguns homens. O preciso Barbosa de Sá em suas crônicas nos conta: “[...] *buscando os companheiros com eles desceu a fazer pouso ao lugar chamado Aldeia Velha, onde hoje se acha a Capela de São Gonçalo*”. Para sua surpresa, os homens que deixara, apresentaram-lhe uma quantidade fabulosa de ouro em pó e em grãos que haviam bateado no leito do Coxipó. Com as mãos, com bateias improvisadas, sem ferramentas, sem instrumentos de mineração adequados, conseguiram muito mais do que os poucos Coxiponés aprisionados.

Assim, Pascoal Moreira Cabral, instalou o seu arranchamento de São Gonçalo Velho, o primeiro dos arraiais cuiabanos, na confluência do rio Cuiabá com o Coxipó. Tendo fracassado na tentativa de escravização dos índios Coxiponés, e com a descoberta do ouro abundante nas margens desse córrego, instalou precariamente o seu arraial nas margens desse ribeirão, já em sua terceira ocupação. A primeira ocupação fora efetuada nesse mesmo local, nos idos de 1673, realizada pela bandeira de Manoel de Campos Bicudo; a segunda, em 1717/1718, pelo filho deste, Antonio Pires de Campos.

“Aí formaram o seu arraial, para tomar descanso, cantando vitória contra as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações, dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas, a quem reciprocamente ofereciam laudências de alegria [...]

Trataram logo de fabricar casas e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó [...]”¹²

Os seus homens, explorando a região do rio Cuiabá e Coxipó, a maioria dedicando-se ao ouro e outros à defesa e manutenção do arraial, acabaram dando com uma aldeia indígena, localizada na margem esquerda do rio Cuiabá. Mais pelo perigo que constituíam os índios tão perto, do que pela vontade de aprisioná-los, Pascoal Moreira Cabral determinou um ataque para destruição dessa aldeia. O fato consumou-se provavelmente em princípios de 1719, no local que posteriormente foi conhecido, ainda em meados do século XVIII, como porto do Borrvalho, a meio caminho entre o rio Coxipó e o Porto da cidade de Cuiabá. Barbosa de Sá nos menciona: “[...] *extinguindo uma aldeia de gentio que se achava no lugar hoje denominado Porto do Borrvalho [...]*”¹³

Como Capitão de sua bandeira, e notoriamente o chefe incontestado

dos homens que já estavam no arraial pioneiro, Pascoal Moreira enviou o capitão Antonio Antunes Maciel, para o Povoado, levando notícias do descobrimento das novas minas.

Com o aumento da produção do ouro, o plantio de roças nas margens do Cuiabá e Coxipó, o arraial tendia à consolidação, e assim, os sertanistas lá reunidos, participantes de três bandeiras distintas, resolveram elaborar e assinar uma ata, que posteriormente se denominou de Ata de Fundação de Cuiabá, em 8 de abril de 1719.¹⁴

Nos termos dessa Ata, os bandeirantes acharam por bem eleger Pascoal Moreira Cabral como o seu Guarda Mor:

“ No mesmo dia, mês e ano atrás nomeado, elegeu o povo em voz alta o Capitão Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mor regente, até ordem do senhor General [...]”.

Elegendo o bandeirante como o Guarda Mor do novo arraial, os bandeirantes, deram e confirmaram, pela Ata, um poder extremo ao Capitão Moreira Cabral:

“ [...] para guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar composições entre os mineiros e botar bandeiras tanto às minas como nos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito, lhe acatarão o respeito que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos, como amotinador e alevés, e expulsará que perderá e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dívidas [...]”¹⁵

Investido no seu cargo de guarda mor, passou a exercer a suas funções administrativas. Determinou uma série de explorações de novas lavras, por todo o vale do Coxipó acima. A 24 de julho de 1719, Pascoal Moreira determinou expedição para descobrir ouro no ribeirão São João. Achado o metal, nomeou guarda menor das referidas lavras a Manoel Garcia Velho. Nessa data, referente a essa descoberta, foi lavrada uma ata, que o cronista José Barbosa de Sá transcreveu em sua obra mencionada.

Em data de 6 de novembro de 1720, os bandeirantes reunidos resolveram nomear Fernando Dias Falcão como cabo maior do novo arraial *“ E também praticaram de conservar o seu guarda mor Pascoal Moreira Cabral de seus descobrimentos [...]”¹⁶*. Oficialmente a confirmação dessa nomeação só se deu a 26 de abril de 1723, por ato do Capitão General Rodrigo César de Meneses, sendo tal designação sido aprovada por ato de D. João V, de 28 de Julho de 1725.

No ano de 1720 começaram a chegar os primeiros colonizadores, em função da notícia divulgada em São Paulo pelo enviado Antonio Antunes Maciel.

“Divulgada a notícia pelos povoados foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora a terra da promessa ou o Paraíso [...]”.¹⁷

Em função da rápida extinção do ouro de aluvião da barra do Coxipó e a descoberta de novas lavras por esse córrego acima, em especial pelo sertanista Antonio de Almeida Lara, Pascoal Moreira Cabral determinou a mudança do arraial do local onde fora instalado, para o rio Coxipó em sua confluência com o córrego Mutuca. Nesse novo local, fundou-se o segundo arraial cuiabano, a Forquilha, em 1721. “[...] *mudaram-se todos para o Coxipó acima, lugar chamado hoje a Forquilha, aonde formaram arraial e levantaram Igreja com o título de Nossa Senhora da Penha de França [...]*”.¹⁸ Esse arraial subsistiu, tudo indica, pelo menos por 1 ano e meio.

Em outubro de 1722, Miguel Sutil de Oliveira, através de dois índios seus escravos, descobriu ouro nas margens do córrego da Prainha. Nestas novas minas, denominadas Lavras do Sutil, instalou-se o terceiro arraial cuiabano, hoje centro da cidade de Cuiabá.

“No dia seguinte, botaram-se (Sutil e seus 2 índios) para o arraial do Coxipó (Forquilha), fizeram público o descoberto ao que se seguiu despejarem-se para este sítio a que chamaram Lavras do Sutil aonde formaram arraial e desfrutando a lavra que foi a mancha mais copiosa que se tem achado em todo o Brasil [...]”.¹⁹

Assim, Pascoal Moreira Cabral, mudou pela terceira vez, e agora de maneira definitiva, o seu arraial cuiabano.

Em data de 26 de abril de 1723, Rodrigo César de Menezes, passou Provisão em favor de Pascoal Moreira Cabral, nomeando-o Guarda Mor das Minas do Cuiabá, confirmando assim, a eleição para esse cargo, feita pelos seus companheiros de sertão, ainda em 8 de abril de 1719: “[...] *Atendendo a que Pascoal Moreira Cabral tem feito entradas nos sertões à diligência de descobrir ouro, em que gastou alguns anos, com muita despesa de sua fazenda, morte de escravos e com grande risco da própria vida, pelo dilatado e agreste sertão, e multidão do gentio bárbaro, conse-*

*guindo com a sua diligência o descobrimento de ouro, que hoje se acha com grande estabelecimento no sertão do Cuiabá, e ter sido eleito pelo povo, que se achava naquelas minas, e ter sido confirmado pelo meu antecessor o Conde D. Pedro de Almeida, hei por bem fazer-lhe mercê do cargo de Guarda Mor das ditas minas [...]”*²⁰

No mesmo ano de 1723 recebeu Pascoal Moreira Cabral, do Capitão General Rodrigo César de Menezes, um Regimento “ [...] *para arrecadação dos quintos do ouro, dos dízimos dos frutos e dos direitos que se haviam de cobrar das fazendas e escravaturas que viessem do Povoado com outras instruções mais para o Governo Político.*”²¹

Esse Regimento, ao primeiro exame, poderia se confundir com um Regimento que levou Lourenço Leme para se estabelecer nas Minas do Cuiabá a arrecadação dos quintos por bateia, datado de 10 de junho de 1723. Todavia esse Regimento passado a Lourenço Leme não fala em 12 deputados e nem na formação de um Senado composto desses deputados, presidido pelo Guarda Mor Pascoal Moreira Cabral.

É Barbosa de Sá quem nos afirma: “*E que se elegeisse doze qualaterias (sic) com o título de deputados a que assistem dois em cada bairro com um escrivão e um meirinho e todos juntos formassem com o Guarda Mor um como o Senado, para que determinasse nos ocorrentes casos o que fosse para o bem comum, guiando-se pelas ditas instruções, cujo aranzel, por desnecessário e luxo o não copiei nesta minha história.*”²²

Realmente, Pascoal Moreira Cabral recebeu o Regimento do Guarda Mor, com instruções para novas arrecadações dos quintos reais, bem como para administração das minas, sendo presidente de um Senado informal, composto pelos 12 deputados, seus auxiliares na arrecadação. Isso ficou bem patente no Regimento que levou para as novas Minas do Cuiabá o Mestre de Campo João Leme da Silva, que em seu artigo 20º. nos diz : [...], *na forma do Regimento do Guarda Mor, o qual lhe mandei para se observar na forma que nele se declara [...]”*²³ Mas o original desse regimento passado em favor do Guarda Mór, perdeu-se nos séculos.

Continuando, José Barbosa assim se expressa ²⁴ : “*Não houve até este tempo mais justiça nesta povoação que o Guarda Mor Pascoal Moreira Cabral, que a administrava na forma do assinado que lhe fizeram os companheiros e atrás fica copiado*”²⁵; *repartia as lavras, acomodava as contendas que por elas se moviam; fazia pagar dívidas e julgava as conten-*

das de casos ocorrentes, tudo verbalmente sem forma do processo, com tanta prudência, acordo e agrado das partes, que todos lhe ficavam obrigados, tanto vencedores como vencidos.”

Após o recebimento do Regimento do Guarda Mor, em obediência ao mesmo, com a eleição dos doze deputados e a instituição do mencionado Senado, mudando o sistema de arrecadação, “[...] *com os deputados que logo se elegeram e com as novas instruções, houveram logo muitas novidades de condenações, vexações e queixas no povo, porque todos queriam governar, todos queriam ser Justiças, todos queriam ser Reis, todos queriam ser rocas (sic), o que até aquele tempo não houve*”²⁶.

Provavelmente a partir daí, começaram-se os exageros, as perseguições, os abusos por parte dos doze deputados, os fiscais da época, o que não se observou no tempo em Pascoal Moreira Cabral atuava sozinho. Certamente com extremo bom senso deveria exercer as suas funções de Guarda Mor.

Nesse ano de 1723, o guarda mor Pascoal Moreira Cabral remeteu para São Paulo, os primeiros quintos arrecadados nas minas cuiabanas, levadas pelo Padre André dos Santos Queiroz. “*Os primeiros quintos para El Rey que se apuravam, cobrou-os o guarda mor Pascoal Moreira Cabral desde que se começou a minerar até o ano de 1723, que era duas oitavas e meia por ano de toda a pessoa que trabalhava em qualquer ofício [...] e apurou quatro arrobas de ouro que enviou pelo padre André dos Santos para a Provedoria da cidade de São Paulo na monção que neste ano saiu [...]*”²⁷.

De 1719 até 1723, Pascoal Moreira Cabral e Fernando Dias Falcão, sozinhos comandaram os destinos das Minas do Cuiabá. O primeiro como Guarda Mor e o segundo como Cabo Maior realizavam a administração do arraial pelos poderes que lhes conferiram os bandeirantes pioneiros pela Ata de 1719 e pelo Termo de 1720. Porém a partir de 1723, com o crescimento das minas, o Capitão General de São Paulo passou a exercer um comando maior e iniciou um procedimento de institucionalização das mesmas, com a nomeação de várias pessoas para diversos cargos da administração colonial. Assim, em 1723 João Leme foi nomeado Provedor dos Quintos, Lourenço Leme como Regente das Minas e João Antunes Maciel como Superintendente das Terras Minerais do Cuiabá. Além é claro dos já mencionados 12 deputados-fiscais. Com a morte dos irmãos Leme, Fernando Dias Falcão foi nomeado também Superintendente.

Dessa forma, Pascoal Moreira teve o seu poder de fato reduzido drasticamente em face dessas nomeações, passando a exercer a sua mera função de guarda mor das minas, ou seja, fazer a repartição de alguma nova lavra descoberta, em datas, para os mineiros interessados. O poder legal nas minas cuiabanas passou a ser compartilhado e dividido com outras autoridades.

Mesmo antes dessa divisão legal de poder perpetrada por D. Rodrigo César de Menezes, sentindo as promessas vãs do referido Capitão General de São Paulo, Pascoal Moreira Cabral escreveu a D. João V, Rei de Portugal, dizendo: “ [...] *E como tenho descortinado este sertão nesta diligência [...] me acho destituído de cabedais e com família de mulher e duas filhas e um filho; pelo que peço a V.M. ponha os olhos neste seu leal vassalo como servido for e confirmar-me a ocupação de guarda mór destas minas de ouro do sertão do Cuiabá e Capitão Mór Regente por ser assim tão bem conveniente ao aumento de sua real fazenda [...]* ”.²⁸

Rodrigo César, hábil político, assim responde a Pascoal Moreira, dando-lhe esperanças que jamais foram cumpridas: “ *Eu parto sem falta para essas minas no princípio de junho e serei o portador dos papéis de V.M.cê que remeti a El Rey Nosso Senhor, como também mais de alguma mercê, pois não descuidei de por na Real presença os bons serviços e merecimentos de V.M.cê para por eles ser atendido: assim, espero que V.M.cê obre de sorte que se faça merecedor de mais, e eu tenha que agradecer-lhe: fico para servir a V.M.cê, a quem Deus guarde. São Paulo, 10 de julho de 1724 - Servidor de V.M.cê - Rodrigo César de Menezes* ”.²⁹

Por outro lado, o Capitão General escrevia ao Rei de Portugal informando contrariamente de suas promessas ao bandeirante:

“Sr:

Tudo quanto Pascoal Moreira Cabral Leme representou a V. Majestade sobre os descobrimentos que havia feito de ouro em o ribeiro chamado Coxipó e na conquista de alguns reinos do gentio, se não afasta da verdade, por cujo serviço me parece se faz digno de que V. Majestade lhe faça a mercê de conservá-lo por Governador (sic) daquelas minas, cuja ocupação se estila dar aos descobridores, e pelo que respeita ao posto de Capitão-Mór Regente se lhe não deve deferir, assim pela idade com que se acha, como pela pouca disposição e atividade que tem para semelhante incumbência. V. Majestade mandará o que for servido. Deus guarde a

Real pessoa de V. Majestade. São Paulo, 13 de agosto de 1724 - Rodrigo César de Menezes"³⁰

Certamente enganado pelas palavras sutis e envolventes do Capitão General, mesmo desprestigiado, mesmo dividindo o poder, Pascoal Moreira continuou a exercer com extremo zelo a sua função, quase sem atividade, de guarda mor das minas cuiabanas.

Em 15 de novembro de 1726, o Capitão General Rodrigo César de Menezes chegou a Cuiabá, trazendo consigo um séquito de funcionários e administradores. A 1º de janeiro de 1727, elevou o arraial à categoria de Vila, e com isso, institucionalizou de forma definitiva a administração cuiabana. Trouxe o Ouvidor Geral Antonio Alvares Lanhas Peixoto, e determinou a criação da Câmara de Cuiabá, a única a instalar-se já com o título honorífico de Senado da Câmara, com seus inúmeros cargos de vereadores, almotacéis, meirinhos, procuradores e juizes ordinários.

Pascoal Moreira Cabral, o fundador de Cuiabá, nem sequer foi chamado para assinar a Ata de 1º de janeiro. Seu nome não consta dentre aqueles que assinaram o referido documento.

Rodrigo César nomeou a Fernando Dias Falcão como Provedor da Real Fazenda, Antonio José de Melo como almoxarife da Provedoria, Jacinto Barbosa Lopes como Provedor dos Quintos e a Domingos Leme da Silva como Provedor dos Registros e Entradas. Assim, nunca cumpriu as promessas feitas ao guarda mor, de obsequiá-lo pelos seus serviços a El Rey, com uma cargo remunerado que lhe desse ensejo de sustentar com dignidade a sua família.

Sobre a preterição de Pascoal Moreira, assim se manifesta João Severiano da Fonseca: "*Homem nessas condições não mereceu de seus superiores continuar no posto que seu trabalho tinha criado e seus companheiros lhe conferido, mas foi motivo não ter angariado as simpatias de Rodrigo César, que entretanto ao nomear outros para sucederem-lhe no cargo, não se descuidou de escrever-lhe, embalando-o com promessas e bons ofícios [...] . O motivo principal dessa substituição foi a ganância e avidez do Capitão General [...]*".³¹

Já com idade avançada, em data não determinada, mas provavelmente logo após a chegada de Rodrigo César a Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral retirou-se para um sítio de sua propriedade localizado rio Cuiabá abaixo, no local denominado Arraial Velho. Nos primeiros anos da ocupação pio-

neira, esse local fora também denominado Casa de Telha ou Aterrado, e possuía um famoso bananal que abastecia as monções que iam e vinham de São Paulo para as Minas do Cuiabá. Esse bananal possivelmente deveria ter sido lá plantado pelos irmãos Leme na era de 1719 ou 1720. Esse sítio estava a dois dias de canoa da barra do rio Cuiabá em sua confluência com o rio Paraguai, e a quinze dias até a vila do Cuiabá, portanto, em pleno pantanal mato-grossense.

A 24 de junho de 1726, foi passado Regimento em favor de Antonio Pires de Campos, nomeando-o Provedor do Registro para a cobrança dos quintos das cargas de secos, molhados e escravos, passado em Cuiabá por Fernando Dias Falcão e João Antunes Maciel, estava assim disposto: “[...] *Logo que chegar ao Arraial Velho, ao sítio do Guarda Mor onde deve assistir o dito Provedor o Capitão Antonio Pires de Campos, mandará fixar um edital [...]*”.³²

E Pascoal Moreira, abandonado pelas autoridades, desprestigiado pelos amigos bandeirantes dos tempos pioneiros, permaneceu retirado da vila cuiabana até 1730.

A Provisão do Capitão General Caldeira Pimentel, de 19 de junho de 1730, menciona expressamente:

“Faço saber aos que esta Provisão virem que havendo consideração a se acharem as minas do Cuiabá sem Guarda Mor que prontamente faça repartição de terras aos mineiros, por estar ausente delas Pascoal Moreira Cabral, que pelos seus muitos anos e achaques, vive retirado das ditas minas, e ser necessário prover-se guarda mor, que haja de acudir com prontidão à repartição de terras [...]. Hei por bem fazer-lhe mercê (como por esta lhe faço) ao dito Antonio de Almeida Lara, de o prover no dito cargo de guarda mor das ditas minas do Cuiabá por tempo de um ano [...]”.³³

Por essa Provisão, claramente ficou patente que Pascoal Moreira Cabral já estava retirado das Minas do Cuiabá, vivendo, obviamente, em seu sítio do Arraial Velho, alquebrado pelos anos de sertão, doente, cheio de achaques, e por que não dizer, esclerosado e caduco.

Em data de 19 de dezembro de 1731, D. João V, Rei de Portugal, através seu Conselho Ultramarino, remeteu carta ao Capitão General de São Paulo, assim comunicando:

“Faço saber a vós, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, Governador

da Capitania de São Paulo, que os oficiais da Câmara da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá me representaram em carta de vinte e nove de junho do ano passado (1730) que, no mesmo ano falecera Pascoal Moreira Cabral Leme, guarda mor daquelas minas; [...]“³⁴

Assim, aos 76 anos de idade, faleceu Pascoal Moreira Cabral.

Barbosa de Sá nos diz em suas crônicas que o fundador de Cuiabá “*jaz sepultado na Igreja Matriz desta vila [...]*“. Todavia, se realmente Pascoal Moreira Cabral faleceu em seu sítio do Arraial Velho, como tudo indica, ele jamais poderia ter sido sepultado na Matriz de Cuiabá, visto serem 15 dias de viagem de canoa, rio Cuiabá acima até a vila. Sem técnicas de embalsamamento seria impossível transportar um corpo por tantos dias. Portanto, com os dados históricos que nos são oferecidos, morando em seu sítio, ao falecer, deva ter sido lá mesmo enterrado, e não como mencionou Barbosa de Sá, sepultado na Igreja Matriz de Cuiabá. Salvo se, antes de morrer, agravando-se a sua doença, fora transportado ainda em vida para Cuiabá, a fim de receber melhores cuidados. Mas os dados históricos levantados não levam a esse raciocínio. Portanto, tudo indica que Pascoal Moreira Cabral faleceu em 1730, em data anterior a 29 de junho, em seu sítio no Arraial Velho, e aí mesmo sepultado.

Depois de sua morte, seu filho esteve em Cuiabá, voltando a seguir para São Paulo, na certeza cuidando dos poucos bens deixados de herança pelo seu pai.

Barbosa de Sá, foi o único cronista, talvez contemporâneo de Pascoal Moreira Cabral, pois nunca se identificou exatamente a data de sua chegada a Cuiabá, que traçou o seu perfil, certamente delineado com a firmeza de quem conheceu pessoalmente o bandeirante notável, deixando para a história esse interessante registro:

“*Faleceu Pascoal Moreira Cabral, morte que todos em comum sentiram, era este homem natural da cidade de São Paulo (sic) das melhores e principais famílias, caro, sem letras, pouco polido e de agudo entendimento, sincero, sem maldade alguma, de extremada caridade com os próximos, a todos servia e remediava com o que tinha e no que podia, amigo de Deus pelo que mostrava em suas ações, experto na milícia dos sertões e exercício de minerar, pelo ter já exercitado nas Minas Gerais, e constante nos trabalhos [...]*“³⁵

NOTAS:

¹ - FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanista do Brasil* - São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954, p.213, verbete "Leme, Pascoal Moreira Cabral"

² - CORRÊA Filho, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969

³ - CORRÊA Filho, Virgílio - op. Cit.

⁴ - *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá e Província de Coxiponés*. Revista do Museu Paulista, São Paulo: v. I, 1922

⁵ - FRANCO, Francisco de Assis Carvalho - op. Cit., p. 213 e 214

⁶ - SÁ, José Barbosa de Sá. *Relação das povoações do Cuiabá e do Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975

⁷ - FRANCO, Francisco de Assis - op. Cit., p. 213

⁸ - CORRÊA Filho, Virgílio - op. Cit.

⁹ - TAUNAY, Afonso. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1949, V.10, p. 12, (Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso)

¹⁰ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

¹¹ - CORRÊA Filho, Virgílio - op. Cit., p.230, nota 5

¹² - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

¹³ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

¹⁴ - A propósito desse documento vide: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Ata de Fundação de Cuiabá - Uma análise crítica*. Cuiabá: Ed. IHGMT, 1995. Nessa obra se contesta a autenticidade dessa ata, efetuando-se uma exegese do referido documento. Tudo indica a Ata ter sido lavrada em data posterior a que menciona em seu bojo, em face de erros históricos que a mesma contém.

¹⁵ - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - op. Cit. Vide texto completo da Ata

¹⁶ - Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas Minas do Cuiabá, In: LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1905, 7ª. v., p. 434/435

¹⁷ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

¹⁸ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

¹⁹ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

²⁰ - LEITE, Luís - Philippe Pereira. *Forquilha - O Fundador - A Padroeira*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, s.d., p.23/24

²¹ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

²² - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

²³ - Regimento que levou para as novas Minas do Cuiabá o Mestre de Campo João Leme da Silva. In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes*. São Paulo: v. XII, 1895, art. 20º, p. 110

²⁴ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

²⁵ - Refere-se Barbosa de Sá, à Ata de Fundação de Cuiabá de 8 de abril de 1719, em que os bandeirantes reunidos elegeram Pascoal Moreira Cabral como seu Guarda Mor, dando-lhe poderes administrativos e judiciários.

²⁶ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

²⁷ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

²⁸ - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - op. Cit., p.70, Anexo III, Carta de Pascoal Moreira Cabral ao Rei de Portugal de 15 de julho de 1722.

²⁹ - FONSECA, João Severiano da. *Viagem do Redor do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Pinheiro e Cia, 1880, 2º. volume, p. 25

³⁰ - *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, v. XXXII, p.80 - Correspondência e Papéis Avulsos de Rodrigo César de Menezes

³¹ - FONSECA, João Severiano da - op. Cit., p. 24

³² - Traslado do Regimento que levou em 24 de junho de 1726 o Capitão Antonio Pires de Campos para a Casa do Registro (...). In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S.Paulo - Bandos e Portarias de Rodrigo César de Menezes*. São Paulo: v. XIII, 1895, p.139

³³ - In: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Notícias acerca do falecimento de Pascoal Moreira Cabral Leme. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro: n. 1, ano IX, 1978

³⁴ - O original desse documento encontra-se no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

³⁵ - SÁ, José Barbosa de - op. Cit.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Demonstração dos diversos caminhos de que se servem os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá e Província de Coxiponés. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: v. I, 1922
- 2-CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969
- 3- DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público de São Paulo, v. XII e XIII, 1895
- 4- FONSECA, João Severiano da. *Viagem do Redor do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro e Cia, 1880, 2 v.
- 5- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954
- 6- LEITE, Luís - Philippe Pereira. *Forquilha, o Fundador, a Padroeira*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, s.d.
- 7- LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1905, v.7
- 8- SÁ, José Barbosa de. *Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975
- 9- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Notícias acerca do falecimento de Pascoal Moreira Cabral Leme. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro: n.1, ano IX, 1978
- 10- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Ata de Fundação de Cuiabá - Uma análise crítica*. Cuiabá: IHGMT, 1995
- 11- TAUNAY, Afonso D'Escragnole. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1949, tomo X - (Os Primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso).

ANALOGIA SOBRE A FLOR DO MARACUJÁ

Nilza de Queiroz Freire

O termo analogia significa ponto de semelhança entre coisas diferentes; dentro dessa explicação, escreveremos sobre “Semana Santa” e a “Flor de Maracujá”.

Após a quaresma - os 40 dias que vão da quarta feira de cinzas ao domingo de Páscoa -, aguarda-se o “Domingo de Ramos” e, posteriormente, reverencia-se o martírio de Cristo, na comemorações que se seguem: quarta feira das Trevas, quinta feira Santa e sexta feira da Paixão.

A Natureza anuncia a Paixão, quando a quaresmeira abre suas flores roxas, coincidindo com a comemorações religiosas da Semana Santa.

Estando em São Paulo, um motorista de táxi nos chamou a atenção para essa ocorrência bilateral:

- De um lado, reverencia-se o sofrimento de Cristo;
- de outro lado, a quaresmeira anuncia o fato.

Mas, não é somente na terra da garoa que se observa a analogia acima citada... Em Mato Grosso poderemos observar a flor do maracujá, onde, os detalhes representam o sofrimento do Senhor ...; daí o apelido de “Flor da Paixão”, porque ao analisar sua composição, encontramos a representação do suplício de Cristo.

Estudando a história brasileira do século XVII, quando os jesuítas já se faziam presentes, a flor do maracujá - onde predomina o roxo - chamou a atenção desses membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola. Os frutos do maracujazeiro ficaram conhecidos, popularmente, como “fruta da Paixão”.

De modo geral, qualquer flor representa amor e harmonia; no início e no fim da vida - nascimento e morte -, ela estará sempre presente. A ciência definiu a flor como órgão de reprodução da planta; o poeta falou do colorido, da beleza, do perfume que exala e, na sua observação profunda, abriu o coração para dizer do seu destino e concluiu afirmando: *umas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte.*

A flor do maracujá, particularmente, é um capricho da natureza ... É um show de delicadeza e de combinação de cor ! Como quase todas as flores, perfuma o local e, cada uma, *não tem amanhã, vive somente um dia* ! Desabrocha-se no horário da 10:00 às 13:00 horas aproximadamente quando faz sol; com tempo chuvoso ou brusco, ela não se abre.

Com todo esse mistério, a flor do maracujá foi parar dentro da igreja, pelos europeus. Pode parecer estranho e, até mesmo, heresia ..., mas, se o leitor observar a citada espécie, concordará com os imigrantes da Europa que a apelidaram “flor da Paixão”.

Pelo lado da botânica, o maracujá é um nome indígena originado de “Mara - Cuiá”, ou comida preparada em cuia, pertencente a diversas plantas do gênero Passiflora, da família Passifloreacea, família esta famosa na literatura mundial por ter, suas misteriosas flores, inspirado poetas, pensadores a, nelas, serem simbolizada a paixão de Jesus Cristo; fica, portanto, explicado, em língua inglesa, o porquê do nome do maracujá: “passion fruit”.

A lenda sobre o maracujá - segundo muitos, nasceu da admiração mística dos primeiros viajantes espanhóis e italianos que aqui chegaram -, deu origem a inúmeras e diversas descrições simbólicas da sua flor, das quais, Bailey (1939) nos oferece uma das mais completas:

“... ”

A dez peças coloridas do involúcro floral representam os dez apóstolos presentes à crucificação, devendo lembrar-nos que Pedro e Judas lá não se encontravam.

Dentro da corola sobressai a vistosa coroa ou corona de filamentos ou franjas coloridas, a qual simboliza - para alguns - a coroa de espinhos e - para outros - a auréola divina.

Os estames, que são cinco, representam - para uns - as cinco chagas, enquanto outros, neles vêem simbolizados os martelos usados para pregar o 3 cravos.

Este últimos - os cravos -, são figurados pelos estilos com os estigmas capitatos.

As longas e espiraladas gavinhas representam os açoites.

As folhas digitadas simbolizam as mãos dos perseguidores de Cristo.

... ”

As comparações acima foram buscadas, inicialmente, junto à equipe do programa “Globo Rural”; esta nos encaminhou ao CEPLAC da cida-

de de Itabuna/Ba, de onde recebemos com toda a presteza, as informações que ora transmitimos.

E tem mais, com relação à citada flor: em sua volta, observam-se uns insetos voadores, conhecidos como “vespa de rodeio” que circulam na flor do maracujá, justamente procurando seu órgão de reprodução. Esses ensinamentos foram passados aos índios, pelos jesuítas, aproveitando a catequese.

Por oportuno, transcrevemos a poesia do frei Santa Rita Durão - viveu no século passado -, o qual, fazendo referência à flor do maracujá, assim se inspirou:

*“É na forma redonda, qual diadema,
De pontas, com espinhos, rodeada
A coluna no meio é um claro emblema
Das Chagas santas e da cruz sagrada;
Vêem-se os três cravos, e na parte extrema
Com arte a cruel lança figurada
A cor é branca, mas de um roxo exangue,*

A RUSGA EM MATO GROSSO as falas silenciadas

Elizabeth Madureira Siqueira

Após ter governado por 9 anos como Imperador do Brasil, **D. Pedro I**, a **7 de abril de 1831**, resolveu **abdicar**, o que significou deixar de ser o Imperador do Brasil, preferindo ser Rei em Portugal, com o título de Pedro IV. Em seu lugar, deveria assumir, pela hereditariedade, seu filho **Pedro de Alcântara**, mais tarde D. Pedro II, porém, o mesmo tinha apenas **5 anos de idade**. Para governo do Império do Brasil foi formada uma **Regência Trina** (composta de 3 membros), e mais tarde **Una** (composta de um só membro). Essas Regências governaram o Brasil de 1831 até 1840, momento em que assumiu oficialmente D. Pedro II. Foi nesses 9 anos que explodiram, em várias províncias do Brasil, **movimentos armados**. Vejamos a cronologia de alguns mais importantes movimentos:

Movimento	Ano	Província
Cabanada	1832	Pará
Rusga	1834	Mato Grosso
Farrroupilha	1835	Rio Grande do Sul
Cabanagem	1835	Pará
Sabinada	1837	Bahia
Balaiada	1838	Maranhão

Logo após a Independência, **dois Partidos Políticos** destacavam-se no cenário brasileiro: os **Caramurús** e os **Liberais**, estes últimos divididos em 2 facções: os **Liberais Moderados** e os **Liberais Exaltados**. Os Caramurús desejavam a volta de D. Pedro I, assim como a volta do Brasil à sua condição e Colônia. Os Liberais Moderados desejavam que o Brasil fosse regido pela Constituição de 1824 e ainda ambicionavam dominar politicamente as Províncias. Os Liberais Exaltados desejavam a proclamação da República e a expulsão de todos os estrangeiros e portugueses, chamados de **adotivos**, para fora do país. Assim, cada facção se organizou em Associações ou Sociedades, articulando lutas armadas para conseguirem seus objetivos.

Em **Mato Grosso**, os dois partidos ambicionavam a tomada do poder provincial. De um lado, os **Liberais**, articulados em junto à **Sociedade dos Zelosos da Independência** (abarcando tanto Moderados quanto Exaltados) e, de outro lado, os **Caramurús**, organizados junto à **Sociedade Filantrópica**, composta, majoritariamente, por muitos portugueses e estrangeiros ligados ao grande comércio exportador/importador.

Os Presidentes da província de Mato Grosso eram nomeados pela Regência, o que não permitia que elementos da própria Província, assumissem o governo. A facção dos Liberais Moderados desejava somente assumir a administração do governo de Mato Grosso, o que lhes possibilitava colocar em prática os ideais liberais. Poucos dias antes de eclodir a Rusga, um desses Liberais, **João Poupino Caldas**, foi nomeado, dentre os Conselheiros do Governo, **Presidente da Província**, por afastamento do titular, **Antônio Corrêa da Costa**. Esse fato satisfaz a ala dos Liberais Moderados, no entanto, a facção dos Radicais desejava **ir além**: expulsar da Província os portugueses e estrangeiros que já haviam sido beneficiados durante o longo período colonial e lutar pela alteração do sistema político do Brasil, de Império para República.

Os Liberais mato-grossenses organizaram, antes da posse de Poupino Caldas, um movimento para conseguir a realização de seus objetivos. Infelizmente, a posse de Poupino não foi suficiente para contentar todos os Liberais. A **ala radical** chefiou o movimento eclodido na noite do dia **30 de maio de 1834**, tendo à frente a **Guarda Nacional**. Reunidos no **Campo do Ourique** (hoje Praça Moreira Cabral - Assembléia Legislativa), os revoltosos tomaram o Quartel dos Guardas Municipais e partiram em diligências para atacar as casas e propriedades dos Caramurús. Foram dias de muito sangue e violência, pois nessas diligências muitos foram assassinados, suas propriedades invadidas e depredadas. O comando do movimento, organizado junto ao Quartel dos Guardas Municipais, dava ordens para trazer, como comprovação dos atos, a **orelha** dos perseguidos.

No momento em que eclodiu a **Rusga**, governava a Província de Mato Grosso **João Poupino Caldas**, comerciante, Liberal Moderado e membro da Sociedade dos Zelosos da Independência. Surpreso com a violência da movimentação, Poupino saiu às ruas acompanhado do Bispo, **D. José Antônio dos Reis**, solicitando aos revoltosos que parassem o movimento. Indignados com a atitude do governante, os revoltosos prossegui-

ram com as perseguições, mantendo, paralelamente ao governo oficial, outro, montado no Quartel, de onde eram emanadas ordens.

Sentindo sem forças para governar e tampouco para conter o movimento, pois as duas forças policiais - Guardas Nacionais e Guardas Municipais - se encontravam envolvidas na movimentação, João Poupino Caldas solicitou à Regência que enviasse, com urgência, um sucessor. Esta dupla governança perdurou de 30 de maio a novembro de 1834, quando chegou a Cuiabá, nomeado pela Regência, o novo Presidente da Província, **Antônio Pedro de Alencastro**.

Ao assumir o governo, tratou ele de desencadear o **processo repressivo** contra os revoltosos, mandando prender **5 elementos**, considerados os “**cabeças**” do movimento. Foram eles presos e enviados para o Rio de Janeiro, para serem julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça. Eram eles: **Pascoal Domingues de Miranda, Brás Pereira Mendes, José Jacinto de Carvalho, Bento Franco de Camargo e Caetano Xavier da Silva Pereira**, todos pertencentes à elite. Por outro lado, foram presos em Cuiabá vários outros elementos, julgados localmente. Para tanto, foi montado um processo criminal, onde mais de 20 testemunhas depuseram, ao final do qual foram os réus indiciados e condenados à prisão.

Aqueles elementos enviados para o Supremo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, acabaram não sendo ali julgados, uma vez que os magistrados desse Tribunal alegaram que o foro para semelhante julgamento não era o Rio de Janeiro, mas sim Cuiabá, local do ocorrido e onde melhor de teria reconstituídos os fatos verdadeiros. Lá na Corte, os condenados uniram-se aos elementos de peso político e chegaram a descaracterizar o movimento através de **Manifesto** anônimo, no qual colocavam Poupino Caldas como o responsável pelas desordens, invertendo assim a “fábula” construída até então. Após essa movimentação, os 5 prisioneiros retornaram, em 1837, para Cuiabá munidos de habeas-corpus, documento jurídico que garantia-lhes liberdade até o julgamento. Quando chegaram à Província de Mato Grosso, esses elementos iniciaram um **contra-movimento**, reorganizando-se politicamente, pois contavam com o apoio das forças políticas do Rio de Janeiro que trataram de insinuar, junto à Regência, a substituição do Presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro.

João Poupino Caldas que ficara ao lado do Presidente Alencastro, dando-lhe apoio político, no momento da troca de governo, sentindo-se

totalmente desamparado politicamente, resolveu também ir embora de Cuiabá. Poupino Caldas, quando se despedia dos amigos e parentes, foi covardemente assassinado, dias antes da data marcada para sua partida da cidade de Cuiabá. Esse assassinato revela a força política do grupo **Liberal** e a divisão existente no seio dele: **moderados e exaltados**. Na época, nenhum processo foi aberto para se apurar o crime, o que demonstra a reviravolta ocorrida na política.

Uma vez descrito sucintamente o episódio, vamos ao trabalho de descobrir como ele passou oficialmente para a História e as possibilidades do mesmo ser recontado levando-se em conta as “vozes silenciadas”.

Partindo da premissa de que o fato histórico é uma construção elaborada pelo historiador a partir do diálogo que este estabelece com as fontes, objetivamos com a presente comunicação oferecer - tendo por base o auto-sumário crime da Rusga - novas possibilidades de leitura desse movimento armado, a partir de um olhar contemporâneo.

Não nos apropriamos de novos documentos, considerando que o auto-sumário crime constituiu-se em fonte fartamente consultada pelos historiadores da primeira metade do nosso século. No entanto, a leitura que os mesmos fizeram desse documento possibilitou, apenas, uma única versão do movimento, aquela inauguradora da construção do fato histórico e, portanto, perpetuada, repetida e reforçada até o momento em que a produção universitária imprimiu, a partir de novos aportes teórico-metodológicos, diferentes interpretações. Assim, temos exemplarmente, no trabalho do Prof. Dr. Valmir Batista Corrêa¹, uma nova abordagem do movimento e sua inserção no processo de violência da Província de Mato Grosso. No entanto, o referido historiador não conseguiu ter acesso ao auto-sumário crime, pois o mesmo se encontrava “desaparecido”, daí nossa intenção de trazer a discussão este velho-novo documento.

Na primeira versão - aquela ligada à historiografia tradicional - os revoltosos foram derrotados e o fato histórico construído a partir das idéias e representações do grupo vencedor. Nesse modelo, os vencidos aparecem como desordeiros, delinqüentes e sanguinários, sendo que suas propostas políticas de luta, gestadas no interior da Sociedade dos Zelosos da Independência, ao menos foi trabalhada. A idéia que venceu foi a de que os revoltosos saíram às ruas com o intuito banal e inseqüente de assassinar brasileiros adotivos. Quando muito, admitiu-se que a Rusga foi um movimento arma-

do, extremamente violento, deflagrado a 30 de maio de 1834 e levado a cabo por um grupo de anarquistas que, desejando expulsar da província os “portugueses” e estrangeiros, terminaram por praticar atos arbitrários, cujos frutos foram responsáveis pela imagem negativa que veio a tomar o povo mato-grossense.

O primeiro a escrever sobre o movimento foi Joaquim Ferreira Moutinho, português, comerciante e residente em Cuiabá por 18 anos. Mesmo não tendo vivenciado o episódio, deixou ele registrada em sua interessantíssima obra, “*Notícia da Província de Mato Grosso*”, a versão inaugural da Rusga que, certamente, deu base para as interpretações posteriores. Segundo Moutinho, a Rusga não passou de um bárbaro assassinato de portugueses por brasileiros, tendo sido os rusguentos qualificados, igualmente, de sanguinários, delinqüentes e bárbaros, conceitos estes incorporados, mais tarde, pelo Visconde de Taunay. Discorrendo sobre o movimento, Moutinho nos esclarece que grande parte da documentação a ele relativa foi destruída intencionalmente pelos contemporâneos: “*Não tentaremos descrevê-la, apesar de sermos portugueses, queimamos documentos que diziam respeito aos negócios de 1834*”.² Neles, certamente, estava inscrita a versão dos revoltosos, ou seja o ideário que norteava o movimento, as propostas de luta, seus objetivos e estratégias, discutidas e amadurecidas junto à Sociedade dos Zelosos da Independência. Essa mesma versão foi, na primeira metade do nosso século, veiculada pelos historiadores regionais, como Virgílio Corrêa Filho, Philogônio de Paula Corrêa, José de Mesquita, e outros, que se reproduziram as construções feitas por Moutinho e, mais tarde, pelo Visconde de Taunay.³ Basearam-se eles na documentação que fora preservada, incluindo nessa última, o auto-sumário crime do movimento. Com o passar dos anos, essa fonte basilar, substanciosa e rica em informações, veio a se alojar num acervo privado, o que impossibilitou aos historiadores futuros terem acesso a esta importante peça documental. Em 1988, tivemos a felicidade de encontrá-lo no momento em que estávamos, em nome da UFMT, avaliando uma biblioteca privada e, com aquiescência da família, tivemos-lo em nossa posse por quase um ano, objetivando transcrevê-lo e indexá-lo e sobre ele trabalhar em nossa dissertação de Mestrado⁴. Contemporaneamente, esta preciosa fonte se encontra depositada no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, graças à doação, pela família Mendonça, dos arquivos que pertenceram a Estêvão e a Rubens de

Mendonça. Foi nessa exegese documental, que pudemos impingir um olhar mais crítico e ampliado sobre o documento, o que nos proporcionou uma noção clara da forma como ele foi “lido” pelos historiadores clássicos, vislumbrando quais as idéias e representações vencedoras e vencidas no momento da construção do fato histórico.

O auto-sumário crime é um documento manuscrito, com cerca de 200 folhas, adstrito ao Juízo de Paz do Primeiro Distrito de Cuiabá, cuja baliza cronológica abarca de novembro de 1834 a 1837, o qual tem início com uma acusação feita pelo Promotor Público baseada em dois importantes documentos: Representações populares assinadas por cidadãos que, segundo na terminologia da época, se consubstanciavam nos “amantes da ordem”. Logo após estas duas falas populares, o promotor justificou a prisão de 5 elementos considerados “cabeças” do movimento, assim como sugeriu que fossem inquiridas algumas testemunhas, através das quais pudessem ser elucidados os nomes dos demais culpados. A prisão dos cinco “cabeças” foi feita tendo por base apenas a acusação, sendo que o citado julgamento não ocorreria em Cuiabá, devendo os mesmos ser enviados para o Rio de Janeiro a fim de se submeterem ao julgamento do Supremo Tribunal de Justiça, o que não chegou a acontecer, pois aquele Tribunal considerou-se impróprio para tal tarefa, remetendo os prisioneiros de volta a Mato Grosso, onde deveriam ser julgados pela instância correta: o foro de Cuiabá. Os juizes do Supremo advertiram, na ocasião, que a prisão dos 5 “cabeças”, fora feita sem culpa formada, fruto, portanto, de um ato arbitrário.

Dessa forma, o documento parte de uma “fábula a qual foi incorporada tanto por Moutinho como pelos historiadores regionais, de meados do nosso século, uma vez que o tipo de história que construíram estava voltada para a sacralização das idéias mais recorrentes nos documentos, consideradas as únicas capazes de indicar os rumos da construção histórica. Assim, o enunciado fundamental do auto-sumário crime foi considerado inquestionável e seus pressupostos tomados como verdadeiros.

O documento parece ter sido vítima de uma metódica capaz de fazer fulgurar apenas as idéias e representações vencedoras, sendo que as vencidas, claramente explícitas no processo-crime, foram descartadas. Mesmo tentando apontar para essa única versão, o documento incorporou pistas que colocavam em xeque essa “verdade”, estampada nas falas das 26 testemunhas interrogadas e no corpo da documentação a ele adendada.

No entanto, mesmo acrescentando novos dados, ao nosso ver opostos e contraditórios ao que pretendia afirmar o processo, estes documentos não foram lidos, pela historiografia tradicional, como possibilidade de uma nova versão, mas tomados como incriminatórios e reforçadores das idéias hegemônicas. Dessa forma, todos os bilhetes, cartas, atas - veiculadores de idéias que apontavam para uma outra construção do fato - não foram considerados em seus conteúdos, mas apenas tomados como reforço à fábula. Na realidade, o fato histórico da Rusga estava sendo construído pelas idéias iniciais norteadoras da peça criminal e, por isso, todas as falas e versões, inscritas no processo, foram tomadas como elemento reforçador da versão que se estava objetivando construir. Por isso mesmo, foram desconsideradas e descartadas como possibilidade de leitura.

Será sobre estas pistas e lampejos fornecidos por essa documentação que nos debruçaremos hoje, objetivando vislumbrar os indicativos de uma nova versão que se opunha frontalmente àquela inicialmente veiculada pelo processo e responsável pela construção clássica do fato histórico da Rusga.

Interessante elucidar que todas as testemunhas interrogadas, não foram com o intuito de se encontrar os reais motivos que fizeram eclodir o movimento, mas sim, buscava-se reforçar a versão já construída previamente na abertura do processo, qual seja, a de que o movimento armado partiu da ação e deliberação dos 5 elementos já presos. Dessa forma, perguntava-se às testemunhas: quais os elementos que compunham o governo no quartel? quais as autoridades que se fizeram omissas? quais os elementos que estiveram coniventes com os 5 cabeças do movimento? E nunca sobre os reais motivos que desencadearam o movimento, ou se os 5 elementos eram realmente os "cabeças" da Rusga.

Buscamos, nesse exercício, fazer um movimento em duplo sentido: inicialmente, evidenciaremos os pressupostos sobre os quais o fato histórico foi construído e, secundariamente, faremos emergir as idéias e representação que foram silenciadas, potencializando, assim, novas possibilidades de reconstrução do fato histórico Rusga.

Para tanto, iniciamos com a versão oficial, aquela construída pelo Juízo de Paz do 1º Distrito de Cuiabá, e que ficou sendo a vencedora. Começamos com a Acusação, feita pelo Promotor Público à qual teve por base duas representações populares. Ouçamos o promotor:

"Exmo. Sr. Presidente da Província. Frente à Representação dos

Cidadãos, que acompanharam o respeitável ofício incluso de trinta e um de Outubro do corrente ativando a acusação dos crimes que as mesmas representações encerram em si, com acumulação de insultos a insultos, e atrocidades a atrocidades, que trouxeram, logo a paz de si, outros efeitos tão horrorosos, que só a desumanidade poderia inventar, cumpre-me fazer presente à Vossa Senhoria, que os fatos, que tiveram execução, avançou além dos limites dos poderes marcados pela Constituição do Império, aos Chefes do Governo Representativo, e assim o poder arbítrio levantado no Quartel, aonde as ordens eram expedidas nas palavras - Nós queremos = Nós mandamos = Nós governamos tudo = e era executado sem Lei, sem processo, sem Audiência das vítimas tiranizadas, e era um poder destruidor da Constituição do Império, e da forma de governo estabelecido, e um poder tumultuário, que entrou no Quartel para excitar desordens, obstando e impedindo o efeito das determinações legais. No meio dos tormentos procuraram os Cidadãos asserenar extraordinários sucessos, e alguns grandes males, dos quais esperam o grande bem, que necessariamente há de resultar. Foram os grandes males as mortes sanguinolentas, e funestos estragos da tenacidade dos inimigos da boa ordem. E é o grande bem, que assegura o restabelecimento da tranqüilidade pública as prisões, que o Povo em massa pôs em prática, à Ordem da Regência em Nome do Imperador o Sr. Dom Pedro Segundo, prendendo as pessoas indicadas(...)"

Antes de apresentar as duas Representações Populares, o Promotor finalizou sua denúncia solicitando peritos para efetivação dos corpos de delito Direto e Indireto. Encerrando o documento acusatório elencou ele os cinco responsáveis pelo movimento:

"Remeto a V. Exa. a parte oficial do Estado Maior do Quartel desta Cidade, sobre as prisões do Bacharel Pascoal Domingues de Miranda, Brás Pereira Mendes, José Jacinto de Carvalho, José Alves Ribeiro e Bento Franco de Camargo, feitas a ordem da Regência pelo Povo em massa(...)"

A primeira peça do processo, por conseguinte, anunciou uma afirmação: de que a prisão dos 5 "cabeças" fora feita a mando da Regência, ocultando que, para tal ato, sequer fora instituído processo judicial.

Para embasar suas palavras, o Promotor Público incorporou no Processo as duas Representações Populares, das quais retiramos alguns trechos significativos:

Representação 1:

“É desconhecido na história dos Povos Civilizados o vandalismo que cunhou o acontecimento que o Céu, e os habitantes desta Cidade chegaram a ver na noite do dia trinta de Maio do corrente, dia que devia ser riscado do número dos dias do ano: dia que encheu de mágoa o Coração dos Cidadãos amigos da ordem: dia em que todos os princípios subversivos, medidas tirânicas deram a Luz danadas intenções de homicídios, saques, roubos, cortamento de membros do Corpo, devastando uma porção de habitantes: dia em que os tiros de arcabuzes embalados, amiudadamente foram empregados com punhaladas de baionetas nas vítimas caídas nos ódios dos facciosos: dia em que ficou perturbada a ordem pública; o Governo legal sem forças, e sem medidas para tornar efetiva a segurança dos habitantes, impedindo de fazer respeitável a defesa do País, e de remover o pueril orgulho da fantástica superioridade de Governo, que dos facciosos levantaram no Quartel, aonde as ordens eram expedidas nestes termos = Nós queremos = Nós mandamos = Nós governamos tudo. Foi necessário reunir todos os esforços, todas as vontades dos Cidadãos em torno do legítimo poder e coadjuvá-lo no restabelecimento da ordem pública, e sua Autoridade legal. A população em massa tem corrido a salvar a Província da Anarquia que ameaça, e do deslustre, que um semelhante atentado, a progredir, chegaria a fazer a total ruína; enfim, a salvar a liberdade constitucional, que não cessa de ser gravemente ameaçada pelos chefes dessa tenebrosa facção que continuam a oprimir os habitantes com outras espécies de males, e horrores(...)”

A segunda Representação, além de reforçar a violência e a delinqüência dos envolvidos, deixava clara a filiação destes na Sociedade dos Zelosos da Independência e justificava sua extinção do corpo social, traçando um paralelo entre este e o corpo humano, vejamos:

“Foram instituídos os Exmos. Srs. Presidentes nas Províncias deste Império para o Povo oprimido achar neles proteção e defesa, contra os atentados, insultos dos malévolos, em cuja evidente certeza, não pode o horroroso acontecimento do dia trinta de Maio, e suas continuadas conseqüências deixar de constituir aquele indispensável objeto da Proteção, e Providência de V. Exa. para defender o povo de tantos males causados pelas pessoas declaradas na relação junta; são eles que tem excitado uma grande parte do Povo à rebelião, espalhando desconfianças, e fazendo atos

atacantes à forma do Governo representativo, e quase todos da Sociedade dos Zelosos da Independência, não podendo haver a pressão que mais insiste pela providência pois não pode haver Sociedade humana que não tenha o poder necessário para expelir de si aqueles Sócios, que ou infringem as Leis da mesma Sociedade, ou são opostos ao bem comum, porque assim como no Corpo humano se devem cortar os membros podres para não infeccionarem todo o indivíduo, e que as ovelhas morbosas se apartem das sãs, para que o mal não grasse em todo o Curral, da mesma sorte é necessário lançar fora desta Província aqueles membros, cabeças de toda a desordem; porque se fazem nocivos com as suas práticas, com seus exemplos, para que não oprimam mais os Povos, nem possam fazer cair os outros indivíduos nas suas pessoais perversidades.”

Após estes documentos iniciais, o processo prossegue com os Corpos de Delitos Direto e Indireto, seguido do depoimento de 26 testemunhas. A testemunha mais importante do processo foi João Poupino Caldas, inquirido como testemunha referida, logo no início do documento. Sua fala foi fundamental para indicar os rumos do processo, assim como o encaminhamento das perguntas feitas às demais testemunhas interrogadas. Em seu depoimento, Poupino Caldas reforça a “fábula” indicada no início do processo, colocando-se - como regente da Província, na categoria de Vice-Presidente - numa situação de coação, o que lhe teria impedido de tomar, por quase seis meses, atitudes mais sérias contra os insurretos, assim como essa alegação justificava o motivo de sua omissão. Ouçamos um trecho do seu depoimento:

*“Disse que o governo se achava **coato**, porque o Batalhão dos Nacionais tinha tomado o Quartel estando à testa deles o Sargento-mor Caetano Xavier, o Tenente Sebastião Rodrigues da Costa e o Ajudante Eusébio Luís de Brito, unida com a guarda Municipal, que era a única força que o Governo tinha, haviam perpetrado mortes, roubos, insultos, que logo que se tocou o rebate indo ele para Palácio em qualidade de Vice-Presidente, a ver se dava algumas Providências, apareceu o Doutor Pascoal Domingues de Miranda, sozinho, sem mostrar pavor algum, apesar da escuridão da noite, e imenso perigo, e logo deu a notícia da morte do Sargento-mor Joaquim Duarte Pinheiro, e de Bartolomeu Ramos, e saindo ele testemunha pelas ruas, a ver se amainava aquela desordem, e convidando-o para irem, não o quis fazer, donde veio a coligir ele testemunha, que ele tinha*

parte naquele negócio, e ficou ocupado a fazer proclamação, ele Pascoal, e os seus companheiros que eram os Conselheiros da Presidência Caetano Xavier da Silva Pereira, Caetano da Silva de Albuquerque, Bento Franco de Camargo, e José de Melo e Vasconcelos, e me obrigaram a assinar e mandar publicar aquela proclamação, e depois passando o Doutor Pascoal a residir no Quartel entre os soldados, e com eles comia, cigarreava, e ensinava não só para que desobedecesse o Governo, e acabasse os Caramurus apelidados por eles, e com todos os que residiam nesta, da província de Goiás, a que eles o chamava pitos, e sendo o mesmo Doutor Juiz de Direito, e por isso chefe de Polícia, principalmente em crise tão arriscada, não deu passo algum a coadjuvar o Governo continuando a residir no Quartel(...)"

As palavras declaradas por Poupino Caldas serviram não só para indicar os futuros rumos do processo, mas justificaram e embasaram a prisão arbitrária dos 5 “cabeças”. No decorrer de sua fala, Poupino Caldas mencionou um número considerável de pessoas que foram, posteriormente, chamadas a depor, assim como esclareceu que as atas do Conselho do Governo foram adulteradas pelo governo paralelo existente no Quartel. Essas atas, incorporadas ao processo, nos propicia vislumbrar a pouca divergência existentes entre o pensamento de Poupino e o dos 5 acusados.

A primeira testemunha a ser interrogada, indicada por Poupino Caldas, foi responsável pela menção do nome de Antônio Luís Patrício da Silva Manso, como mentor do movimento, referendando a idéia de que a Rusga nascera no interior da Sociedade dos Zelosos da Independência.

A testemunha seguinte, também indicada por Poupino Caldas, inaugurou o rol das **idéias que não ficaram** no fato histórico, quando **data** a intenção inicial de se fazer eclodir o movimento não em 30 de maio, mas sim muito antes, o que só não ocorreu devido a divergências políticas:

“(...)disputando sobre os acontecimentos da noite de 30 de maio nesta cidade, aí declarou aquele José Alves Ribeiro que o rompimento deveria ser feito antes desse dia porque tudo estava disposto a saber, Cartuchame se achava na casa de Antônio Luís Patrício da Silva Manso, e que cento e tantas pessoas aí se achavam reunidas para o rompimento e que o motivo de se não verificar nessa ocasião foi porque ele, José Alves Ribeiro, queria que aquele Manso saísse armado com eles, o que o Manso repugnava isso, para sair depois como Anjo da Paz, a pacificar as desor-

dens, no que não concordaram, sendo este o motivo que dilatou o rompimento para o dia 30 de Maio.” (3ª Testemunha, João José de Siqueira e Silva)

Esse depoimento nos leva a aventar a possibilidade de uma **encenação** previamente ensaiada entre os revoltosos armados e o poder constituído, numa demonstração clara de que ambos faziam parte de um único grupo, lutando pela mesma causa, porém utilizando-se de estratégias diferenciadas. Isso, igualmente, pode explicar a atitude de João Poupino Caldas que, na falta de Manso, saiu às ruas encenando o mesmo papel que aquele se negara fazer. Essa atitude de Poupino - aparentemente ambígua - fazia parte do show que incluía não só essa encenação mas, principalmente, a ilusória coação, manifesta pela condescendência deste para com o governo paralelo estabelecido no quartel, um álibi à impunidade.

Por outro lado, a quarta testemunha referida insistiu que a movimentação **não se restringia à perseguição dos estrangeiros**, mas também a **brasileiros** de outras Províncias, especialmente os Goianos, cognominados Pitos, idéia já lançada por Poupino em seu depoimento.

Assim, após cada depoimento, novos dados são incorporados, objetivando a implicação dos 5 culpados maiores, e indicando outros. Nessa ampliação, começa a aumentar o número das versões novas, como a de terem os revoltosos algumas propostas radicais, como **não aceitar Presidentes de Província vindos de fora**, só acolhendo nomes de mato-grossenses:

“(...)asseguravam a ele testemunha, que nada havia de acontecer, da Execução de seus Planos, e que quando o Excelentíssimo Presidente Antônio Pedro de Alencastro por quem se esperava nesta província não aprovasse tudo quanto fosse obrado por eles, que em tal caso lhe dariam muita pancada pelas ruas, e depois o haviam de despedir para fora”.

“(...)fizeram digressão do objeto da sua convocação e reunião, para tratar que se não devia consentir, na posse de Presidentes despachados pela Regência Permanente em Nome do Imperador, o Sr. Dom Pedro II, que não fossem natos do lugar.”

No depoimento dessa citada testemunha, foi ainda anexado um bilhete escrito por Brás Pereira Mendes, no qual o mesmo indicava a morte daqueles que considerava “**Caramuru**”:

“O Inácio morre infalivelmente, ainda que venha à Cidade muito

depois. Sobre o Rondon, o melhor partido é não se falar nisso, pois felizmente soube-se bem que o senhor Santana não deu couto ao Inácio, e é público que foi mandado de repente para a cura da picada de cobra: o que foi mau, porque foi motivo para escapar. (...) Eu, apesar dos exemplos de serem sempre batidos, e vencidos, já estava duvidando da fé, na qual estou firme agora, mas que **Caramuru** não são nada, também nesta Província, e fico rogando a Deus, que este exemplo seja boa lição, quer eles queiram, quer não”.

Outra questão interessante e que não foi recuperada suficientemente pela historiografia, foi a existência de uma intensa **movimentação em Poconé**, antes e depois da eclosão do movimento em Cuiabá, ocasião em que **palavras de ordem contra a Pedro II** também foram emanadas contundentemente:

“(…)na **Vila de Poconé**, em um jantar que aí se deu, por ocasião de se fazer uma saúde à Sua Majestade Imperial, o Senhor Dom Pedro II, levantara e gritara em altas vozes que = **nada de Pedro II**, e que todos os indicados na relação são sócios da Sociedade dos Zelosos da Independência”. (Depoimento de José de Melo e Vasconcelos)

Ainda a 6ª Testemunha, Joaquim José de Almeida, depois de referir-se à atuação, segundo ele criminosa, da Sociedade dos Zelosos da Independência, citou com detalhes a **movimentação em Poconé**, para onde o movimento se expandiu, tendo sido nessa vila fundada uma **sociedade filial** à de Cuiabá:

“(…)que se reuniram na Casa de Joaquim de Almeida Falcão, ou na de José Alves Ribeiro, o qual se mostrou tão interessado nos sucessos de Trinta de Maio, que partindo para **Poconé**, com Brás Pereira Mendes, reuniram-se ao Vigário José Joaquim de Vasconcelos, e aí organizou uma **nova sociedade filial da primeira**, e para os mesmos fins, e tomando a si o Governo daquele município, fez sair patrulhas para o assassinato dos adotivos e extorsões dos miseráveis moradores que foram vítimas do furor daqueles bárbaros canibais”. Mais adiante, aventa sobre a rejeição dos revoltosos às autoridades constituídas, especialmente a figura de Pedro II:“(…)tanto era dotado de perversidade o dito José Alves Ribeiro, que em um jantar público que assistiu de depoente, e fez uma saúde à Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro II teve ele o arrojo de gritar no meio dos vivos que **nada de Pedro II**(…)”

Depois do depoimento deste último, que era Juiz de Paz, seguiu-se a anexação de uma carta escrita por Eusébio Luís de Brito. Nela, cujas informações não foram incorporados pela historiografia, Eusébio nos fornece a **sua versão sobre o movimento** e, invertendo a “fábula” anunciada pelo auto-sumário crime, colocou os revoltosos como vítimas e não como réus: o movimento foi deflagrado em revide às **ameaças feitas aos brasileiros**:

*“Dia trinta de Maio, às oito horas da noite arvorou-se nesta Cidade o pendão do patriotismo. Cansados já os bons Brasileiros de suportar os insultos dos vis e infames bicudos, já com negações de vultos mascarados para assassinares aos membros mais influentes da nossa Sociedade, já com plano para **fazerem carniça nos Brasileiros** à custa do veneno do dia da posse do Imperador do Espírito Santo, cujo novo emplasto era o bicudo Ramos e Costa, já traçando a **deposição do nosso amante Chefe do Batalhão Nacional**, enfim, tudo produziu à deliberação de grande pega, e foi principiado como faço ver abaixo. Cidadãos reunidos no Campo do Ourique, oitenta, comandados por Sebastião Rodrigues da Costa, quarenta, e por este seu amigo quarenta: Meditou-se o cerco do Quartel, e no primeiro assalto felizmente apoderamo-nos dele, porque eram todos amigos, que tinham iguais sentimentos, à vista do que em silêncio logo escolta por toda Cidade, e guarnecidas as embocaduras”.*

Na leitura que Eusébio Luís de Brito fez da ação do Bispo, D. José Antônio dos Reis, para conter o movimento, deixa claro o **número dos revoltosos**, omitido na versão oficial do fato histórico: “(...)achando-se nosso Exmo. Bispo em frente do Povo para acomodar, nada pode conseguir porque a Soberania Nacional residia na massa popular, pois quantos se reuniam, eram a favor da causa, de modo que em uma hora tínhamos mais de oitocentos homens. Reuniu-se o Conselho, e o Vice-Presidente pediu esclarecimento ao Povo sobre a pretensão e em massa, se lhe respondeu, que a morte aos Bicudos indistintamente, sem o que se não largariam das armas”. Até no texto das Atas adulteradas do Conselho do Governo, transcritas no processo, esse aspecto fica claro, assim como incorpora um dado novo: a existência de uma **outra Sociedade** que se opunha politicamente à do Zelosos da Independência:

“(...)o amor da Pátria foi quem unicamente moveu os povos a conspirarem-se contra os Adotivos por estes serem afetos à restauração do Duque

*de Bragança no Império Brasileiro. (...)e já proclamado em favor do mesmo Partido rebuçado com a capa de **Filantropo** como bem recoligia de suas expressões por cujos ponderosos motivos é reputado perturbador da tranqüilidade da Província."*

Eusébio Luís de Brito, na mesma carta, evidenciou os procedimentos utilizados na movimentação, assim como circunscreve os limites impostos ao movimento, quanto à **escravatura**, que se encontrava fora do dele e devidamente policiada, deixando transparecer, no final da missiva, a alienação da maioria da população: "*Antônio Rodrigues da Costa foi enviado para o Rio abaixo com dezesseis homens a pilhar uma súcia deles (bicudos), que se reuniram no capitão Oliveira, mas já não os encontrou, e só pode no caminho podar a quatro dos quais trouxe as orelhas, neste entretanto, que eu e o Rodrigues saímos cá na Cidade descobriu-se José Joaquim Vaz Guimarães, seu genro, e Domingão, que foram logo a eles, e decidiram-lhes a pauta, de maneira que por cá a poda só foram de quinze, e nada mais se pode fazer, mas as diligências continuam, e estamos de força armada no Quartel desta Cidade, com cento e cinquenta homens, a cargo do Major da Praça e do Batalhão dos Guardas Nacionais Caetano Xavier, Sebastião Rodrigues da Costa, Comandante do Quartel, e este seu amigo Ajudante da Praça em efetivo serviço: Polícia forte sobre a escravatura, e no mais muito sossego na Cidade, bem que o Povo soçobrado do susto que tiveram, isto é, o amável sexo feminino."*

Outro dado muito recorrente no depoimento das testemunhas foi o de que o matar e roubar era lícito naqueles dois meses, pois uma **Anistia** tinha sido decretada pela Regência:

"(...)estando na Vila de Poconé em ocasião que nesta Cidade arre-bentou a rusga chamada de trinta de maio, arrogaram-se a si o poder de Juiz de Paz, e passaram a expedir Escoltas em procura de Brasileiros adotivos, e ambos diziam publicamente que a Regência tinha mandado uma Anistia por dois meses a fim de se matar durante este tempo todos os adotivos e Caramurus, por isso que o matar e roubar, durante esse tempo, não era crime, e por esta forma conduziu parte do Povo a que não respeitassem as Autoridades legítimas, ficando por cujo motivo os Juizes coactos sem poder dar providência a semelhante caso". (Joaquim Soares dos Santos Barbolina - 5ª testemunha).

Outra idéia nova, não incorporada pela historiografia, foi a **questão**

de Cor, muito recorrente a fala dos inquiridos. No depoimento de João de Arruda Oliveira, 7ª Testemunha referida, foi citada e transcrita uma carta escrita por Brás Pereira Mendes, na qual este último dizia textualmente:

*"(...)e todo aquele que sofrer agora algum ataque (por meu conselho) não procure desafogo na Lei, porque esta se cala à vista da **Anistia** concedida pelo poder Legislativo por dois meses aos que cometerem crimes no sentido de que se trata. O que é verdade é que na Casa do Luís Luciano se acharam **três bacalhaus**, um branco para os brancos, um vermelho para os mulatos e outro preto para os crioulos. Achou-se cartuchame e armamento pronto para fazerem-se fogo aos brasileiros, e pelo que diz a Ata do Conselho, estávamos às portas de sermos sepultados depois de surrados, e tudo o mais".*

No depoimento de outra testemunha (8ª referida), Francisco Xavier de Fontes, a questão de cor ganha contornos claramente políticos:

*"(...)tendo ouvido ele em conversação dizer que, se a Regência não levasse a bem os atos por eles praticados, que nesse caso não queriam saber da Regência, e aqui formariam seu Governo, porque tinham homens para isso, e que não careciam de Presidentes e Comandantes de Armas de fora. Disse mais, que ele testemunha ouviu João Ferreira Mendes dizer por vezes, que os **brancos já tinham governado, e que agora nada mais dessa gente, e devia só governar os Caibras.**"*

A 9ª testemunha, igualmente, reforçou este aspecto:

*"(...)ele ouviu no quartel por vezes dizerem os acima indicados, que **nada mais de couves brancas, pois que era muito preciso acabarem todos os Caiados.** (...)Pelo que ele testemunha conhece a nova tentativa contra cores brancas porque já se principiava a vozear que se pretendia acabar com os Caiados, termo este que se enviam os Anarquistas de cores inferiores". (Testemunha referida, José Caetano Metelo)*

Além desses aspectos, aviva nas falas das testemunhas a questão da articulação do movimento com outros similares, como os **federalistas da Bahia**:

"(...)estando ele testemunha no Quartel desta Cidade por muitas e repetidas vezes presenciou estar Luís de França Limeira, Sargento-Ajudante do Batalhão dos Guardas Nacionais dirigindo ou esclarecendo aos Anarquistas os meios que deviam tomar para que os amantes da Ordem não chegassem a surpreendê-los e assenhoriarem-se das Armas, com que

*eles Anarquistas se achavam, trazendo exemplo para isso dos **sucessos da Bahia**, e das guerrilhas que lá tiveram lugar, cuja influência e instruções dava a todos os Oficiais do seu partido, que se achavam então no Quartel(...)*”

Por outro lado, uma **nova conotação** do movimento, emanada pelo indiciado João Ferreira Mendes, descaracteriza a questão de ter sido a Rusga um movimento que teve por moto a rivalidade entre brasileiros e estrangeiro, caracterizando-a como uma **luta de classes: pobres contra ricos**:

*“Diz João Ferreira Mendes, Tenente da Guarda Nacional, e Comandante da Guarnição do Quartel desta Cidade que vulgarizando-se ontem um boato aterrador de rusga para se **assassinarem trinta e três Brasileiros ricos para se roubarem**, e não sabendo o Suplicante d’onde nascia tal boato tomou todas as medidas de cautela que da sua parte estiveram(...)*”

Ao encerrar, o processo deliberou pela condenação, à prisão, de mais de 30 pessoas, sendo que destes, apenas 3 foram julgados e condenados pelo Júri à prisão perpétua com trabalhos forçados.

Os 5 elementos, enviados para o Rio de Janeiro a fim de serem julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça, voltaram em 1837 à Cuiabá, munidos de *habeas corpus*, e já num momento em que o governo da Província estava sendo transferido, de Antônio Pedro de Alencastro, responsável pela instauração da repressão, para o jurista José Antônio Pimenta Bueno. Essa súbita alteração no governo provincial teve como moto um **contragolpe** desfechado pelos 5 revoltosos enviados para o Rio de Janeiro que, na Corte, articularam politicamente a saída de Alencastro e a perseguição a João Poupino Caldas, considerado por eles, como traidor. Tudo se consumou com o assassinato de Poupino que, não se sentindo mais em condições de permanecer na Província, visto o contragolpe desfechado pelos “cabeças”, foi morto, sem que processo algum fosse instaurado para averiguação desse assassinato. Assim, a Rusga em Mato Grosso, iniciada em 1834 só vai terminar em 1937, incluindo em seu bojo, dois momentos marcantes: o da eclosão do movimento (maio/1834) e o do contragolpe (1837).

Concluindo esta fala, gostaríamos de elencar, resumidamente, algumas representações que emergiram a partir da ótica vencida:

- A datação da Rusga se deslocaria para antes de 30 de maio;
- A personalidade de Antônio Luís Patrício da Silva Manso - cognominado “Tigre de Cuiabá”- se despiria da capa de mentor do movi-

mento, para a de elemento responsável pela cisão do grupo liberal (em moderado e exaltado). Por este viés, Manso representaria a facção que desejando o movimento, não compactuava, explicitamente, com a movimentação armada, visto que fora eleito Deputado Geral, meses antes da eclosão da Rusga. Dessa forma, não desejando se misturar a eles, sairia encenando o papel de apaziguador. A saída de Manso, da Província, antes de 30 de maio, parece explicar tal rompimento político;

- A Rusga manteve estreita aproximação com demais movimentos regenciais - especialmente os federalistas da Bahia -, sendo o segundo deles na ordem cronológica;

- A histórica discriminação de cor se colocava como um ingrediente importante na determinação para a escolha dos regentes da Província de MT;

- A existência de duas sociedades políticas e não apenas uma: Zelosos da Independência e Filantrópica;

- A Guarda Nacional fora a condutora do movimento armado, aliada à Guarda Municipal, o que aponta para um novo olhar sobre estas duas forças armadas que, em outros movimentos, atuaram no sentido de reprimi-los e jamais de conduzi-los;

- Os revoltosos, para conseguir maior adesão popular à causa, utilizaram, como alibi, a anistia, segundo a qual - de acordo com os planos pré-traçados - não haveria, por dois meses, punição, por parte do Conselho do Governo, aos atos praticados.

Nossa dissertação de Mestrado teve como meta, não a reinterpretação do movimento, mas sim, a produção de um Instrumento de Pesquisa sobre a Rusga. Dividida em 3 partes, buscamos, na primeira, tecer uma análise bibliográfica e anunciamos o aporte metodológico; na segunda, foram transcritos na íntegra, 151 documentos, sendo o mais extenso o auto-sumário crime da Rusga; a última parte é, basicamente, instrumental, incluindo um Dicionário Biográfico das personalidades referidas no conjunto da documentação, assim como uma completa indexação do corpus documental - por assunto, geográfica e onomasticamente (personalidades e instituições).

O exercício que fizemos nesse artigo, objetivou lançar uma provocação para uma retomada da temática Rusga, assim como ensejou um convite para o conhecimento de nosso trabalho que, certamente, pelo volume

de informações que oferece sobre o tema, se apresenta como um excelente desafio para um debruçar teórico-metodológico renovado.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta - *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*. Brasília, Ministério da Fazenda, 1984.

_____. *Vozes do silêncio*. Cuiabá, UFMT, 1995.

ALVES, Gilberto Luiz $\frac{3}{4}$ "Mato Grosso e a História: 1870-1929 (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro)". *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, 1984, 2(6): 5-81.

_____. *Educação e história de Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande, Imprensa Universitária, 1964.

BRESCIANI, Maria Stella - *Liberalismo, ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo entre 1850 e 1910)*, USP, Tese Doutorado, 1976.

CORRÊA, Philogônio de Paula - "A significação da Rusga". *RIHGMT*, 1934.

CORRÊA, Valmir Batista - *Mato Grosso - 1817/1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. Dissertação de Mestrado. USP, 1970.

CORRÊA FILHO, Virgílio $\frac{3}{4}$ *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL, 1969.

_____. *Notas à margem*. São Paulo, Secção de Obras Raras, s.d.

_____. "Portugueses em Mato Grosso". *RIHGB*, 1945.

_____. "Antecedentes e consequentes do movimento nativista", *RIHGMT*, 31/32, p. 491.

COSTA, Jurandir Freire - *Ordem médica e norma familiar*. 2.ed., Rio de Janeiro, Graal, 1983.

DE DECCA, Edgar - *O silêncio dos vencidos*. Campinas, Unicamp, 1988.

DIAS, Maria Odila L. da Silva - *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, Ivan - *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. B. Horizonte, UFMG, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. RJ: Forense Universitária-

ria, 1987.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.

GINZBURG, Carlo - *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco - "Vida política, 1848-1868". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) - *História Geral da Civilização Brasileira*.

JUCÁ, Pedro Rocha - "A Rusga em Cuiabá não foi um fato isolado". *RIHGMT*, 1984.

MATOS, Ilmar R. - *O Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec/INL, 1987.

MENDONÇA, Estêvão de - *Datas matogrossenses*. Niterói, Salesianas, 1976. (2 vol.)

MENDONÇA, Rubens de ¾ - *História do Poder Legislativo em Mato Grosso*. Bauru, Bandeirante, 1969.

_____. *História de Mato Grosso*. Cuiabá, Fundação Cultural, 1981.

_____. *História das Revoluções em Mato Grosso*. Goiânia, Rio Bonito, 1970.

_____. *Roteiro histórico e sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*. Cuiabá, Escola Industrial de Cuiabá, 1952.

_____. *Dicionário biográfico matogrossense*. São Paulo, Mercúrio, 1953.

MESQUITA, José Barnabé de ¾ *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá, Pref. Municipal, 1978.

_____. "João Poupino Caldas". *RIHGMT*, 1934.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira ¾ *Notícia sobre a província de Mato Grosso*. São Paulo, Henrique Schroeder, 1869.

PÓVOAS, Lenine Campos - *História de Mato Grosso*. São Paulo, Resenha Tributária, 1985.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et. alii. - *O processo histórico de Mato Grosso*. 2.ed., Cuiabá, Guaicurus, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira - *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá, MEC/SEDUC, 1997.

TAUNAY, Visconde de - *A cidade do ouro e das ruínas*. São Paulo, Melhoramentos, 1924.

_____. "A cidade de Mato Grosso". *RIHGB*, 54, p. 3-180.

- THOMPSON, Edward - *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (Oficinas da História, v.1,2,3)
_____. *Senhores e Caçadores* - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- VESENTINI, Carlos - *A teia do fato*. Tese de Doutorado. USP/História, 1981.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci - *conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo, Hucitec, 1987
_____. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá, Hucitec/UFMT, 1993.
- VOVELLI, Michael - *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- ZENHA, Celeste - "As práticas da justiça no cotidiano da pobreza". *Revista da ANPUH*, nº 10, p. 123-146.

* Mestre em História pela USP/FFLCH/Dep. História - Profa. aposentada pela UFMT/ICHS/Dep. História - Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e doutoranda em História da Educação da UFMT/IE, sob a orientação do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá.

¹ CORRÊA, Valmir Batista - *Mato Grosso - 1817/1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. Dissertação de Mestrado. USP/FFLCH, 1970.

² MOUTINHO, Joaquim Ferreira. op. cit. p. 111,112.

³ Essa versão pode ser melhor explicitada nas obras: CORRÊA FILHO, Virgílio - *História de Mato Grosso, Notas à margem, e Antecedentes e conseqüentes do movimento nativista*; CORRÊA, Philogônio - *A significação da Rusga*; MESQUITA, José de - *Gente e coisas de antanho*; MENDONÇA, Rubens de - *História das revoluções de Mato Grosso e História de Mato Grosso*; PÓVOAS, Lenine Campos - *História de Mato Grosso*, sendo que nas obras de TAUNAY, Visconde de - *A cidade do ouro e das ruínas e A cidade de Mato Grosso*.

⁴ A dissertação de Mestrado intitula-se *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*", defendida na USP/FFLCH/Dep. de História, tendo sido orientada pela Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo e defendida em abril de 1992.

A ESCRITA DE MARIA DO CARMO DE MELLO REGO, NO SÉCULO XIX

Yasmin Jamil Nadaf

Buscando preencher a lacuna existente na historiografia literária de Mato Grosso, no que diz respeito à contribuição da mulher à escrita daquela região, vimos desenvolvendo há anos o Projeto “A Escrita da Mulher em Mato Grosso — Imprensa e Literatura — Séculos XIX e XX”, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso.

O exercício desse Projeto tem-nos revelado gratas surpresas, entre elas, a oportunidade de sustentar a tese de que a mulher, em Mato Grosso, deixou rastros na história da escrita, no século XIX, e uma fecunda produção, no século XX. Temos trazido a lume autoras e obras até então desconhecidas pela historiografia oficial, fazendo justiça aos seus escritos e ao público leitor que passa a desfrutar de um novo manancial.

Não foi, assim, por mero acaso, que chegamos ao nome de Maria do Carmo de Mello Rego, que nos surgiu quando efetuamos uma leitura do estudo “Dados para a Bibliografia Mattogrossense”, publicado pela Revista do Centro Mattogrossense de Letras, em 1928. Nele consta que Maria do Carmo, nascida na Estancia de Lencho, departamento de Cerro-Largo (Uruguay), possivelmente no ano de 1840, publicou os títulos literários ou científicos Guido (1895); Lembranças de Matto Grosso (1897) e Artefactos Indígenas de Matto Grosso (1899).⁽¹⁾

Com base nessa informação, ainda que sucinta, enveredamos em busca da produção dessa autora, a quem inserimos na historiografia mato-grossense a partir de seus escritos voltados para o interesse dessa região. Percorremos o corredor da memória regional de Mato Grosso — arquivos, bibliotecas públicas e de particulares —, sem obter sucesso algum na localização de

* Yasmin Jamil Nadaf é Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela UNESP/Campus de Assis; Técnica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT; Membro da Academia Matogrossense de Letras e autora do livro Sob o signo de uma flor (Sette Letras, 1993)

sua obra. Daí, saltamos para o que entendemos ser o centro da memória nacional, a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Império e da República — Biblioteca Nacional, Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Pública do Estado, Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, Biblioteca do Museu Nacional, etc.

Na Biblioteca Nacional, localizamos o livro Lembranças de Matto Grosso e a Revista Brasileira, de 1895, que publica a primeira versão do texto “Rosa, a Bororó”, também da autora, e que foi posteriormente reeditado nesse livro. Já, no rico acervo do Real Gabinete Português de Leitura, encontramos as obras Guido e Lembranças de Matto Grosso. E, por fim, na Biblioteca do Museu Nacional, tivemos acesso à revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, de 1899, onde se imprime o artigo “Artefactos Indígenas de Matto Grosso”. Havendo percorrido os demais acervos e vendo que nenhuma outra obra sua foi localizada, presumimos serem estas as únicas que chegaram a ser publicadas.

De posse dessa bibliografia, resultado de anos de busca, tornou-se possível assinalar alguns aspectos da contribuição escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, no século XIX. Tal cometimento é tarefa que se segue.

Guido ⁽²⁾, a primeira obra de Maria do Carmo, impressa no Rio de Janeiro, em 1895, é um relato da curta existência de um pequeno índio da tribo dos Bororós, lá chamado de “Piududo” (beija-flor), a quem a autora fizera seu filho adotivo, quando residiu temporariamente em Cuiabá. Maria do Carmo esteve em Mato Grosso nos anos de 1887 a 1889 para acompanhar o esposo, o Coronel Francisco Raphael de Mello Rego, designado para presidir aquela Província, naquele período.

Quando o casal Mello Rego retornou ao Rio de Janeiro, para fixar residência, levou consigo o pequeno selvagem, por eles batizado com o nome de Guido. Na capital do país, ainda menino, é acometido por uma grave doença e morre, deixando nos pais adotivos uma dor profunda. Foi essa dor, segundo confessa a autora, em uma das páginas do livro, que a impulsionou a escrever a história de Guido, no ano do seu falecimento, ocorrido em 1892.

O livro foi impresso em 42 páginas, em formato que reforça uma imagem de singeleza — 18,00 x 11,50 cm. Apresenta-se dividido em três capítulos, escritos em linguagem clara, sentimental e espontânea, cuja nar-

rativa gira em torno de três pontos: a convivência maternal da escritora-narradora com o filho, desde o momento de sua adoção em Mato Grosso até a sua morte na Fazenda de São Paulo, em Mendes; a personalidade “vivaz” e “perspicaz” de Guido, aliada à sua alma “gentil, meiga e afetuosa”; e a tristeza e inconformidade de Maria do Carmo diante da perda desse filho.

Para editar a obra, a autora recebeu um estímulo afetuoso do Visconde de Taunay, a quem ela enviou o relato sobre a história de Guido. Por sinal, coube ao próprio Visconde o curto e amável “Prefácio” do livro, que se inicia com o seguinte comentário: “Para que palavras de recommendação a cousas singelas e pungentes? Como analysar, aliás, e encarecer sentimento tão profundo e tão bellamente expresso no desalinho da dôr?”.

Ainda em seu “Prefácio”, Taunay sugere “aos que tiverem a felicidade de alcançar este precioso livrinho, destinado a bem limitado círculo”, que o leiam com os “olhos d’alma” e o coração aberto “à ternura e a piedade”.

Nas páginas do livro, Maria do Carmo deixa claro que pretendia fazer dessa obra um tributo à memória do filho amado. Confessa que só se viu animada a acatar a sugestão do Visconde de Taunay de tornar pública tal história, porque pretendia “firmar o seu nome (de Guido) de um modo que resista ao tempo” (p. 30); e, que, para reforçar tal intento, presenteou um museu, que ela não especifica qual é, com uma coleção de artefatos de índios que reunira e guardara para o filho, “com a condição de lhe conservarem o nome (de Guido) no lugar onde ella fora colocada” (p. 41-42).

Essa coleção, conforme verificamos, realmente ainda existe e faz parte do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ainda que se encontre, atualmente, desmembrada.

Dois anos após a publicação de Guido, surge a obra Lembranças de Matto Grosso ⁽³⁾ que, a exemplo do primeiro livro da autora, também foi editado no Rio de Janeiro. Nele, Maria do Carmo gravou, em linguagem clara e objetiva, as impressões da viagem que fez do Rio de Janeiro a Mato Grosso, em 1887, e da curta permanência experimentada na capital daquela Província.

É uma obra escrita com maior rigor estético, nela inexistindo os arroubos de caráter sentimental presentes em Guido. O relato inicial registra os acontecimentos que marcaram o percurso da viagem da autora do Rio de Janeiro até Cuiabá, a bordo do vapor inglês “Trent”. Seguidamente são

descritos o espírito festivo do cuiabano, a geografia de Cuiabá — prédios, ruas, condições de higiene pública, etc. —, o comportamento sociável da mulher cuiabana e lendas e fenômenos naturais específicos daquela região.

Dessa obra de Maria do Carmo, chamamos a atenção para os Capítulos “Rio Paraguay — Villa Maria” e “Rosa a Bororó”. No primeiro, a autora registrou, entre outras curiosidades, a sua descoberta de um possível cemitério de índios ao longo do trajeto de uma viagem que fez a S. Luiz de Cáceres. Diz a autora que, ao retornar a Cuiabá, contou o que viu ao Dr. von den Steinen — Chefe da Comissão Alemã Exploradora do Xingu —, mostrando-lhe os vários objetos da cultura indígena que recolheu naquela localidade, conhecida como barranca do “Tucum”. No seu artigo “Artefactos Indígenas de Matto Grosso”, Maria do Carmo transcreve esse mesmo relato e acrescenta a informação de que a sua descoberta foi considerada de tamanha importância pelo Dr. Steinen que ele próprio recomendou ao seu sucessor que se fizessem explorações naquela localidade, oportunidade em que se confirmou a existência do cemitério indígena, anteriormente suposto pela autora.

Já no Capítulo “Rosa a Bororó”, Maria do Carmo relatou a interessante história verídica de Rosa, índia da tribo dos “Bororós Coroados”, e a sua corajosa e eficiente missão de pacificar os índios de sua tribo. Esse texto, de narrativa muito bem elaborada, foi editado primeiramente, conforme citamos, na Revista Brasileira⁽⁴⁾.

Lembranças de Matto Grosso possui 79 páginas, impressas também num pequeno formato de aproximadamente 18,50 x 11,50 cm. O livro foi dedicado ao Visconde de Taunay, prefaciador de Guido, e mostra o conhecimento abrangente e curioso de Maria do Carmo de Mello Rego no que diz respeito aos aspectos históricos, sociais, geográficos, culturais, etc da região de Mato Grosso. Bagagem esta que também pode ser facilmente observada no seu último texto de que se tem notícia — “Artefactos Indígenas de Matto Grosso”⁽⁵⁾ —, que, como foi dito, encontra-se publicado na revista Archivos do Museo Nacional do Rio de Janeiro.

Esse texto, de apenas 10 páginas, é, no essencial, uma descrição dos objetos indígenas que integram a coleção “Guido”, doada por Maria do Carmo ao Museu Nacional. À medida que ela descreve tais artefatos, revela informações sobre a cultura e o comportamento dos índios com os quais teve a oportunidade de contactar, quando residiu em Mato Grosso. Reú-

nem-se na citada coleção objetos das tribos "Paricis", "Auités", "Guatós", "Chamacocos", "Bororós", entre outros.

A escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, como se constata, traz contribuições para o conhecimento da história e dos costumes de Mato Grosso. Por outro lado, enriquece os estudos que se ocupam da construção da memória da escrita de autoria feminina em nosso país.

(1) "Dados para a Bibliografia Mattogrossense". In: Revista do Centro Mattogrossense de Letras, Cuiabá, Ano VII, janeiro a junho de 1928, n. XIII, p. 111.

(2) REGO, Maria do Carmo de Mello. Guido. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895.

(3) REGO, Maria do Carmo de Mello. Lembranças de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1897. (A obra foi reproduzida em edição fac-similar pela Fundação "Júlio Campos" — Coleção Memórias Históricas, Várzea Grande - MT, 1993).

(4) REGO, Maria do Carmo de Mello. "Rosa, a Bororó". In: Revista Brasileira. Primeiro Anno. Tomo Segundo. Rio de Janeiro - São Paulo, Laemmert & C — Editores, p. 193-196, 1895.

(5) REGO, Maria do Carmo de Mello. "Artefactos Indígenas de Mato Grosso". In: Archivos do Museo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 10, p. 175-184, 1899

CAPELA DE SÃO GONÇALO DO PORTO

Moacyr Freitas

Após demorada busca histórica sobre a Igreja de São Gonçalo do bairro do Porto nos seus primórdios, quando a imagem do venerável santo fora transladada do arraial de São Gonçalo Velho no Coxipó, conclui que pouco se conhece sobre a primitiva capela que recebera aquela imagem. A presença do magnífico templo atual possivelmente tenha obscurecido ou apagado de vez a imagem da singela capela que ainda existia no início da década de cinquenta deste século.

A notícia mais antiga que se conhece sobre a velha igreja vem do “Compêndio Histórico Cronológico das Notícias do Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato Grosso (1778-1817), onde seu autor Joaquim da Costa Siqueira conta o que ocorrera em 1781 nas seguintes palavras:

“Como o Dr. José Carlos Pereira desejava ver concluídos os dois templos de Santa Ana e S. Gonçalo, para este fim se demorou nestas minas muitos meses, aplicando-se com excessivo desvelo em uma e outra obra, de sorte que se não pode ver, dourado e pintado o de Santa Ana antes de se retirar, deixou a obra justa e consignado o pagamento dela e de São Gonçalo, cuja imagem desejava deixar colocada na sua capela antes de sua marcha para o corte, verificou com efeito o seu designo, porque 15 de novembro se cantou nele missa solene, e de tarde colocada a imagem do santo com outras mais que haviam sido da capela velha, que foram conduzidas em canoas ao porto de Cuiabá, e daí postas em andares ricamente ornados em solene procissão recolhidas à sua capela; depois do que, preparado o seu comboio e feitas as cortesias de despedidas, e partiu no dia 18 seguinte a sua jornada para Lisboa, onde foi despachado para o lugar de Intendente e Provedor da Real Fazenda da Capitania de Goiás com beca honorária. Esse Dr. José Carlos Pereira foi o terceiro Juiz de Fora desta Vila. O mesmo sentimento religioso que levava a promover a edificação da igreja de freguesia da Chapada, também fê-lo cuidar da construção da capela de São Gonçalo, onde foi celebrada a missa inaugural em data de 15 de novembro de 1781”.

Portanto, não há dúvida de que não se refere à igreja atual.

Nasci no bairro do Porto, mais precisamente no quarteirão próximo ao da igreja de São Gonçalo, separado apenas pela travessa, cuja denominação era de Travessa São Gonçalo. De família católica, ainda menino, buscava com meus irmãos juntar aos outros amigos de infância nas divertidas brincadeiras promovidas pela paróquia. Mas não ficou apenas nisso, pois aquela aproximação resultou num vínculo maior: tornei-me coroinha da paróquia, ao lado de tantos outros amigos de saudosas lembranças, incluindo aí meus queridos irmãos.

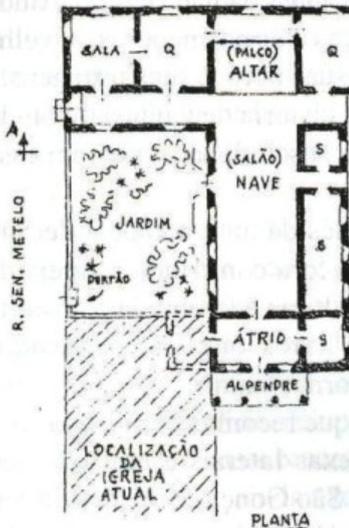
Os pormenores daquele lugar sagrado bem como das dependências anexas, como a casa antiga na continuidade do salão paroquial e outras laterais a este, tudo, no seu devido tempo, fora desvendado no cumprimento das tarefas do menino coroinha, durante vários anos.

Como pode parecer, ser coroinha não se resumia em comparecer à igreja apenas para ajudar nas celebrações religiosas com a presença dos fiéis, mas em executar outras tarefas como: ajudar o sacristão nos preparativos para as cerimônias diárias, e mais importante, para as grandes solenidades. Nas festas dos santos, com celebrações de grande público, tudo tinha de estar bom preparado. A festa de maio, por exemplo, requerida muita dedicação e assim era na preparação para o Natal e na Quaresma.

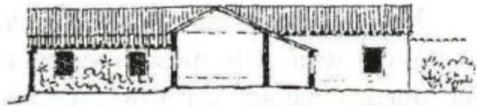
Com esta explanação quero enumerar os motivos que me levaram a conhecer todos os lugares onde frequentava para executar aquelas honrosas tarefas. Na casa dos fundos morava a professora Maricota em companhia de sua mãe. Era uma das dedicadas zeladoras da paróquia. Os coroinhas tinham liberdade de buscar sua ajuda sempre que precisassem. Sempre bem disposta, providenciava aquilo que fosse necessário. Brasas para o turíbulo era na cozinha daquela casa, assim como o carvão para mantê-las acesas, prontas para as cerimônias. Notadamente, aquela cozinha era muito frequentada pelos coroinhas. Outras vezes pedíamos passagem por dentro daquela casa para irmos tocar os sinos, principalmente aos sábados e domingos ao meio-dia, quando a porta da igreja encontrava-se fechada. Era uma das obrigações tocar o sino à quela hora, um costume da época. Assim eu pude conhecer toda a casa. Das outras dependências, como o salão paroquial, onde eram realizadas as reuniões dos marianos, dos vicentinos e de outras irmandades, conhecia cada palmo. As salas menores, onde eram guardados os andores, as imagens do presépio, materiais de ornamentações da

TRAY. SÃO GONÇALO

CAPELA DE SÃO GONÇALO



PLANTA

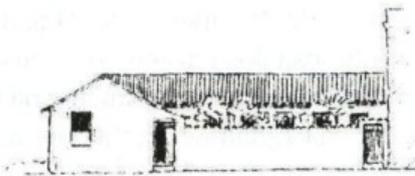


SEÇÃO AA'

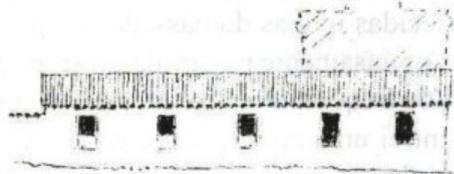


FACHADA

FACHADA FRONTAL



FACHADA LATERAL



FACHADA FUNDOS



76 97

igreja e objetos de representações do teatro, cadeiras articuladas de ferro, bancos... tudo enfim, eram conhecidas pelos coroinhas daquele tempo. Ainda conservo bem vivos na memória aqueles espaços e os pormenores da velha edificação: suas paredes grossas, suas janelas, suas portas, suas ferragens...

Dedicando-me ao estudo minucioso da história de Cuiabá, levando maior atenção para a paróquia, no bairro onde nasci, deparo-me com essa parte que me envolve profundamente.

Nos documentos antigos não há detalhes da antiga capela de São Gonçalo, construída no mesmo tempo em que fora construída a Igreja de Santa Ana da Chapada, em 1781. Apenas esta última é lembrada com certa frequência, merecendo maiores referências em livros, onde são destacados seus pormenores construtivos, arquiteturais e ornamentais.

Nada mais natural, como arquiteto, do que reconhecer naquela casa velha, no salão paroquial com suas salas anexas laterais e em todo seu detalhamento construtivo, a primeira capela de São Gonçalo do Porto, mandada construir pelo ex-Ouvidor Dr. José Carlos Pereira, pelo seu zelo religioso, nos idos de 1781. Não se trata de construção provisória. Sua arquitetura, pelas características e técnica construtiva, enquadra nas tão conhecidas igrejas do passado, vistas na cadeira de Arquitetura no Brasil, mais precisamente no estudo da arquitetura religiosa dos tempos coloniais, quando frequentava a Faculdade. No meu reconhecimento, certamente não encontrei uma arquitetura nos moldes daquela da Igreja de Santa Ana da Chapada, com seus requintes ornamentais, nem mesmo daquelas outras projetadas e construídas na mesma época, nos vários lugares do Brasil Colonial. Reconheci nela tão somente uma capela singela, que guardava em planta a forma aproximada de uma cruz, lembrando o simbolismo das igrejas cristãs primitivas. Como aquelas, era desprovida de torres. Provavelmente, os sinos estariam fora, em alguma estrutura de madeira armada para esse fim. Um átrio precedia a nave, como nas igrejas primitivas, à semelhança do "piristilo" da casa romana antiga. Na frente, o alpendre colonial das primeiras igrejas paulistas, já observadas por Belmonte no seu livro "No Tempo dos Bandeirantes". A cobertura deste alpendre era apoiada sobre quatro colunas cilíndricas de alvenaria de tijolos. O particular destas colunas era sua construção, a justaposição das peças em forma de semicírculo, que superpostas aos pares cruzados davam a forma cilíndrica do fuste. As salas laterais foram construídas encostadas no lado esquerdo da nave,

como muitas igrejas desse tempo. Do lado direito não havia salas. O telhado não era muito alto e amplas janelas abriam-se para um pátio interno ou jardim, que davam muita iluminação e ventilação ao interior. Abrindo para este jardim, uma porta confrontava-se com outra do lado oposto, ampliando a ventilação. O jardim era fechado por muro alto de taipa com um portão que abria para o exterior. No meu tempo de coroinha, havia ali uma pequena gruta de pedras num canto deste jardim, que abrigava uma imagem de louça de N.S. de Lourdes. Na fachada da capela havia o óculo, buraco redondo muito comum nas igrejas coloniais, centrado no alto do tímpano. Da casa nos fundos, como se pode ver na reconstituição da planta anexa, dava acesso direto à nave da capela pelos lados, na frente do presbitério. Após a construção da igreja grande atual, certamente transformaram este presbitério em palco para as saudosas realizações teatrais e projeções cinematográficas, de passado mais recente. Essa casa fora moradia de muitos párocos do passado, quando ainda não existia na Vila Real os padres salesianos, que chegariam 88 anos depois de sua construção.

Na obra "Um Bandeirante de Cristo", seu autor padre Wanir Delfino César escreve, referindo-se ao frei José Maria de Macerata, que foi residente da antiga casa anexa à capela:

"Ao lado da Igreja de São Gonçalo deu início à construção do seminário o qual ficaria assim debaixo de suas vistas, pois estava ali também a sua modesta residência".

Esse frade italiano viveu em Cuiabá e veio a falecer em 1846. O "Álbum Gráfico de Mato Grosso" (1914) informa que em 1781, quando fora construída a capela de São Gonçalo já havia a Prelazia de Cuiabá, criada em 1745 por Benedito XIV pela Bula "Candor Lucis Aeternae", mas somente em 1782 mereceu seu primeiro Prelado, Padre José Nicolau d'Azeredo Coutinho Gentil com as honras de Bispo de Zoara; portanto, 37 anos depois. Conforme escreveu Virgílio Correa Filho: "Antes, porém, que entrasse em exercício no cargo, a transferência para Goiás, em 1788, de novo abriu a vaga, que somente seria preenchida em 1803, quando a escolha recaiu em D. Luis de Castro Pereira, a 10 de setembro". Como se encontrava em Portugal, o Vigário da Vara e Freguesia de Cuiabá, Rev. Agostinho Luis Gularte Pereira o representou na posse, a 8 de dezembro de 1807. Depois, com a chegada do Bispo D. Luis, este fora nomeado Vigário Geral e Provisor da Prelazia. Com a deposição do Capitão General Magessi, am-

bos, o Bispo D. Luis como o Vigário Geral foram participar da Junta Governativa Provisória. Em agosto de 1822 falecia D. Luis, vindo a substituí-lo Frei Carlos de S. José Azevedo, mas este frei carmelita declinou da investidura que recaiu em Frei José Maria de Macerata. Assim, temos notícia que em 29 de agosto de 1823 fora nomeado Prelado de Cuiabá e Mato Grosso, Frei José Maria de Macerata, religioso Capuchinho, italiano, que desde 1819 estivera na Província. Entrou nesta Cuiabá como novo Prelado no dia 27 de maio de 1824, por escolha popular e decisão do monarca. Ele nunca obteve o título de bispo e o Governo Imperial julgou-o impedido de ocupar esse cargo por ser estrangeiro, dando por nula a sua nomeação. Estaria ali, nessa ocasião, morando na casa contígua à Igreja de São Gonçalo, como referiu-se a ele padre Wanir Delfino César? E antes dele, os 42 anos, desde a construção, quais foram os residentes na casa paroquial? Depois do seu afastamento da Diocese, Frei Macerata foi para Diamantino prosseguir seu apostolado.

Quando Hercules Florence esteve em Cuiabá em 1827, portanto, quatro anos depois da nomeação do Frei Macerata, assim descreveu num dos seus parágrafos relativos à Cuiabá:

“Há uma cadeia, em cujo sobrado trabalha a Câmara Municipal; um quartel para a tropa, uma casa da moeda e quatro igrejas: a de Bom Jesus, que é a catedral, sem nada exteriormente que a recomende, a de Nossa Senhora do Bom Despacho, a de Nosso Senhor dos Passos e a da Boa Morte, além de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário”.

Noutro parágrafo ele continua:

“Outra capela fica no hospital da Misericórdia, edificio não concluído e onde mora o bispo. Para os morféticos há uma casa, situada a meia légua S da cidade. A meio quarto E vê-se perto do porto grande construção que havia sido começada para quartel. Por enquanto não é senão um corpo de guarda”.

Este senhor, que chegara ao centro da cidade subindo pelas vias de acesso ao “porto geral” no rio Cuiabá, certamente enxergaria uma grande igreja, se nesse tempo estivesse construída a de São Gonçalo atual. Porém, existia a antiga, que não notara, a singela capela com sua casa de moradia anexa, sem nenhuma torre alta que chamasse atenção de alguém. O ilustre viajante não notara aquela capela, mas notou o primeiro pavilhão da “grande construção” que havia ali próximo... começada para quartel, certamente que se referia ao Real Trem de Guerra, nosso conhecido Arsenal de Guerra.

Encontram-se mais tarde notícia da Igreja de São Gonçalo, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança já em 1864, quando, após uma épica resistência de dois dias, os brasileiros do Forte de Coimbra, impossibilitados de prosseguirem na resistência ao ataque paraguaio, sem recursos de munições e alimentação, decidiram, por ordem do seu comandante Portocarrero, deixar o Forte conduzindo, silenciosamente, a imagem de N. S. do Carmo, a sua padroeira. Sem serem percebidos, embarcaram num pequeno navio, que rumou rio acima para Corumbá e depois para Cuiabá. Nesta cidade, aquela imagem fora recolhida na Igreja de São Gonçalo, após solene procissão com outras imagens igualmente salvas do Forte:

“... foram conduzidas em procissão solene desde a beira do rio Cuiabá, debaixo de pálio, nos braços do bispo Dom José Antônio dos Reis, que fez o trajeto com os pés nus”.

Assim escreveu Rubens de Mendonça no seu livro “Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá”. Certamente isto aconteceu na igreja antiga, a capela, pois, pelas suas características já descritas atrás, vem ajustá-la às palavras de Joaquim Ferreira Moutinho em 1868, apenas quatro anos depois:

“Não temos o que admirar nesta Igreja de merecimento artístico, mas ela é vasta, simples e asseada, devendo quase tudo aos cuidados do seu pároco, que morreu de bexiga”.

Moutinho não conhecia a igreja atual, que fora cosntruída bem mais tarde, um templo de grande beleza arquitetônica.

Pouco mais de duas décadas depois da observação de Joaquim Ferreira Moutinho, chegavam os salesianos a Cuiabá. Em 1882 o bispo de Cuiabá Dom Carlos Luiz d’Amour solicitara a Dom Bosco os missionários salesianos. Em 1893 o próprio Presidente do Estado Dr. Manoel José Murtinho escrevera à Dom Luiz Lasagna, Bispo Titular de Tripoli, pedindo padres salesianos para fundarem em Cuiabá um estabelecimento de educação, oferecendo a estes apoio moral e material. Em 18 de junho de 1894 foram recebidos em Cuiabá, onde Sua Excia. o Sr. Bispo Diocesano Dom Carlos entregou-lhes a direção da Igreja Paroquial de São Gonçalo e a casa contígua. Abriram logo o “Oratório festivo de S. Luiz” frequentado por duzentos e mais e mais meninos e moços de todas as classes da sociedade e depois as primeiras aulas, como embrião do atual Colégio Salesiano São Gonçalo:

“Em 1 de Setembro instalaram-se as aulas elementares, inferiores e superiores, bem como os cursos complementares, lecionando-se a diversos alunos do primeiro e segundo ano de ginástico”.

“As pequenas salas do edifício da Matriz de São Gonçalo haviam-se tornado já angustas para o número sempre maior de alunos que diariamente se matriculavam”. (Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso - 1914)

Não existia ainda nada no lugar onde hoje se encontra o Colégio Salesiano, apenas uma grande adquirida pelos salesianos com auxílio do Governo. Portanto, a capela antiga de São Gonçalo e casa anexa serviram-lhes para o seu primeiro estabelecimento de ensino em Cuiabá.

Na revista “Mato Grosso”, publicada no início deste século, no seu número 7 de julho de 1907, encontra-se em “Notícias”:

“Festa de N. S. Auxiliadora na Paróquia de S. Gonçalo - Como encerramento do mês mariano solenizado pela Benção cotidiana do Santíssimo Sacramento, sem pompa exterior considerável que foi suprida por um indescritível fervor religioso, celebraou-se a 9 do mês p.p., na Capela interina da Sede Paroquial de S. Gonçalo, a simpática festividade da gloriosa Auxiliadora dos Cristãos.

O Rvmo Sr. Pe. Diretor do Liceu Salesiano desta Capital, dignou-se rezar a Missa de comunhão. O celebrante proferiu “infra Missan” fervorosa prática de ocasião, e ao ressoar do inspirado motete religioso “Ecce Panis” de Mozart, distribuiu as Partículas Sagradas a muitos fiéis e a diversos meninos pertencentes ao Oratório Festivo da Imaculada Conceição dos quais doze pela primeira vez, tiveram a felicidade de receber nos seus corações o Deus Sacramentado pelo amor dos homens. Pelas 8,30 horas, deu-se começo à Missa Solene celebrada pelo Rvmo Pe José Galbusera, então digníssimo Pároco da localidade, que durante o mês de Maria, com a palavra da verdade, exortou aos seus benévolos paroquianos ao verdadeiro culto da Corredentora da humanidade.

A incipiente “Schola Cantorum” do mencionado oratório exibiu satisfatoriamente a missa uníssona de Renner, composta segundo o “moto proprio” do Pontífice atual.

À tarde, procedeu-se solenemente à Benção do Santíssimo, antes da qual o Rvmo Pe José Solari exaltou, com sua palavra ardente as prerrogativas da Celeste Égide da Igreja militante.

As frases musicais das mais belas ladainhas do Mestre Caetano

Capocci, executadas pela supracitada "Schola Cantorum", entrelaçadas pelas ladainhas ordinárias cantadas pelo povo - elevam-se aos pés da Virgem Imaculada em ondas vaporosas, como as nuvens de balsâmico incenso ao refulgente Ostensório, onde repousava a Hóstia três vezes santa. Em seguida cantou-se, por duas robustas vezes, o "Tantum-Ergo" do Mestre Salesiano Cav. José Dogliani. Qual nota final da festa entoou-se o significativo cântico "Com minha Mãe estarei" e, no auge do entusiasmo, todos os meninos oratorianos, com suas vozes altisonantes, encheram o ambiente perfumado do sacro recinto, deixando nos circunstantes a mais bela e suave impressão".

Salientei no texto acima, sublinhando "Capela interina", para destacar a identidade do local, onde se realizava a festa. Provavelmente estaria em construção, a igreja atual. Na mesma Revista, no seu nº 1 do ano seguinte, ainda com data de 22 de dezembro de 1908, portanto, no final do ano em que realizara a festa de N.S. da Conceição, o mesmo autor O. de Barros escreveu uma outra crônica, desta vez descrevendo o Porto e suas edificações:

"Porém, prezadíssimos leitores, desviais os vossos olhares, conduzi as vossas vistas ao quadro onde se vê a Igreja de São Gonçalo. É pela rua 15 de Novembro que se vão dissipando as tristes impressões ao estranho; as casas de escultura já um tanto elegante, uma linha de bonde para a pronta comunicação com o centro da cidade e finalmente, um bolício mais vivo, um borbórinho mais ativo, se notam, de lugar civilizado. Mais adiante colossalmente demora a igreja. Adornam-na um frontispício artístico e uma arquitetura engenhosa e elegante. Mas, como quase todas as coisas tem seu reversível, é de se lamentar verdadeiramente que obra semelhante, merecedora de aplauso geral, tenha ficado em abandono, menos curada como infelizmente se acha. Plenamente sente-se e há assaz razões para senti-lo, de estar exposta a intempéries, já desfigurando-se uma das obras primas do talentoso e incansável Padre Solari. Portanto, prezadíssimos leitores, apelamos para o vosso espírito progressista, afim de que em poucos anos as transformações para o progresso se sucedem e o nosso Porto, o nosso árido Porto torne-se revestido de simpatia nos que chegam, mormente ao contemplar consumada a emérita obra - a Igreja de São Gonçalo".

Acredito que continuava inacabada e paralizada a obra da Igreja. Salientei também a expressão acima “contemprar consumada”, com a qual o cronista apelava para o espírito progressista dos leitores da época, com desejo de ver a igreja acabada, pronta, consumada.

O historiador Estevão de Mendonça escreve que houve uma grande reforma na igreja em 1916. Provavelmente quando construíram o globo no alto da torre, pois em 1910 este ainda não estava lá e a igreja já estaria concluída. Assentaram a imagem do Cristo Redentor no final do ano (17/dez/1916) a 36 metros de altura, solenidade onde fez vibrante alocação o então Bispo auxiliar Dom Aquino Correa.

Todas estas referências vêm situar no tempo a construção dos dois templos religiosos para a devoção dos fiéis ao mesmo santo - São Gonçalo. Deverão, também, esclarecer aos pesquisadores da história de Cuiabá, a particular existência dos queridos templos da paróquia do Porto nos seus primeiros tempos de existência.

Infelizmente, aquela antiga capela do Porto, contemporânea da Igreja de Santa Ana do Sacramento, da Chapada dos Guimarães, ambas construídas no Séc. XVIII, não existe mais. Começava a desaparecer a antiga moradia do pároco, que fora demolida na década de cinquenta, para dar lugar a um magnífico auditório, no mais santo propósito do vigário daquela paróquia, Pe Luiz Maria Ghizoni. Não houve nenhuma interferência institucional na época para a preservação daquela importante relíquia do passado tão distante, mesmo porque, pouco se importava com a conservação da memória histórica regional. Hoje, nada mais existe daquela capela e em seu lugar a paróquia de São Gonçalo do Porto tem dependências em dois pisos, incluindo o grande espaço da Sacristia da atual igreja. São outros, os tempos agora.

25 ANOS DE IMPLANTAÇÃO DA UFMT

Benedito Pedro Dorileo

Admita-se, portanto, o ano de 1972, como o 1 da implantação da Universidade e 1970, como o da criação. In Pensar Para Fazer.

Criada em 10 de dezembro de 1970, a Universidade Federal de Mato Grosso, pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, encontrou o nosso Estado íntegro em seu território político, havendo na Capital cuiabana o Instituto de Ciências e Letras, e, em Campo Grande, o Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, criados pelo governador Pedro Pedrossian, como núcleos primeiros das duas futuras universidades.

Na Capital, a Universidade Federal absorve o ICLC e a Faculdade Federal de Direito, e, na cidade campo-grandense surge a Universidade Estadual, com base no seu Instituto, no mesmo ano.

Escreveu-se, ultimamente, que a UFMT teve sede própria em 1971, com seus cursos, inicialmente, funcionando “em prédios cedidos por outras instituições públicas”. Não é bem assim. Instalações diversas e esparsas deram-se, antes, com o ICLC. A Faculdade de Direito possuía, no centro da cidade, suntuosa sede própria, onde, hoje, se abriga a Delegacia do MEC.

Em agosto de 1970, antes portanto da criação da Universidade Federal, a Faculdade de Direito e o ICLC foram transferidos para o Campus de Coxipó da Ponte. O berço estava pronto, ainda que outros arranjos estivessem em obras. As duas Administrações com todos os seus cursos superiores já estavam integrados no Campus à espera da hora decisiva para acolher a Universidade Federal, que estava para chegar.

Chegou, recepcionou e envolveu no cerrado coxiponés os cursos de graduação preexistentes e funcionando: Direito, Economia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Matemática, Física, Química, História Natural, Letras, Pedagogia, Geografia e Serviço Social. A licenciatura em História estava criada, implantada ulteriormente.

Estavam em plena atividade, assim, doze cursos superiores em

Cuiabá, quando surgiu a Universidade. E não, apenas, oito. É preciso de acuidade para uma leitura correta.

Em 25 de novembro de 1970, o Campus é visitado pelo Ministro da Educação e Cultura Jarbas Gonçalves Passarinho, Governador Pedro Pedrossian e seu sucessor Governador José Fragelli. A inauguração oficial da cidade Universitária aconteceria em 12 de março de 1971, nas últimas horas de administração do governador, filho de Miranda.

A Lei nº 5647/70, que instituiu a UFMT, determinou a reestruturação das entidades absorvidas em unidades universitárias, em cumprimento à chamada lei da reforma universitária, nº 5540/68.

Para coordenar a implantação da novel Universidade foi designado o médico Gabriel Novis Neves, então Secretário de Estado da Educação e Cultura, Reitor “pro tempore”, em ato ministerial de 16 de março de 1971. Dirigiam, na época, a Faculdade de Direito, Alcedino Pedroso da Silva, depois Hélio Jacob; e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, Benedito Pedro Dorileo e Atílio Ourives.

Houve, no País, casos de largo hiato entre o ato de criação de Universidade e sua implantação, como o da Universidade Federal do Piauí, instituída em 1968 e somente, a partir de 1971, teve início a sua concretização. Em Mato Grosso foi ato contínuo, imediatamente tudo prosseguiu, sem trégua. A Universidade saía do papel.

O Conselho Diretor foi composto por ato presidencial, em 5 de maio de 1971. O projeto de Estatuto da Fundação Universidade já estava pronto, aprovado e em vigor, em 18 de outubro desse ano, por ato do Governo Federal.

Isto é narração? É, mas é um aceno, ao mesmo tempo, para reflexão sobre a luta cuiabana, de um povo esquecido centenariamente, resignado como guardião do centro-geodésico da América do Sul, sem meios de comunicação, salvo por águas dos rios e mar, em demorada viagem para alcançar a capital federal, passando pela bacia do prata.

Os primórdios não podem ser enterrados.

A nascente Fundação Universidade, naturalmente, não dispunha em 1971 de orçamento para executar, não possuía recursos federais.

O Governador José Fragelli, dirigindo o Mato Grosso indiviso, sensibilizou-se e garantiu financeiramente o funcionamento regular dos órgãos da Instituição que se definia, sem prejuízo algum de continuidade, e

pondo disponível pessoal do serviço público estadual, nesse ano. Salários parcos, mas ideal gigantesco de toda a comunidade universitária.

Logo no início elaborou-se o orçamento plurianual para o triênio de 1972/73/74, entregue ao MEC no mês de abril/71.

Tudo célere, o governador José Fragelli, em maio de 1971, sanciona lei que faz doação da Cidade Universitária, com mais de 60 hectares, transferindo, ainda, bens imóveis e móveis para a incipiente Fundação Universidade, em organização.

Pedrossian e Fragelli demonstraram na soma de nove anos dos seus governos, altíssima capacidade de trabalho e tornou evidente, para a história, que era possível administrar o Mato Grosso íntegro, rico em potencial e viável economicamente, até a sua divisão em 1977.

Não houve interrupção na edificação do Campus universitário, o campus-sede, onde se situa a reitoria. O que se criou, após, naturalmente, é fruto da interiorização, da expansão prevista com “campi” avançados. O Centro Pedagógico de Rondonópolis aderiu à UFMT por força da legislação que dividiu o Estado.

O Reitor fundador Gabriel que recebeu, após, os seus mandatos regulares, começa, em 1971, a construir, a partir dos três blocos térreos e do parque aquático preexistentes. Já em agosto expedia-se concorrência pública de nº 001/71 para a edificação do bloco de Tecnologia e a de nº 002/71, para construção do ginásio coberto de esportes, o maior do Estado.

E assim prosseguiu, como anotei logo após: ... multiplicação acelerada de metros quadrados edificadas, obrigando-nos a trabalhar permanentemente em meio a canteiros de obras - cérebro e cimento, papel e ferro, idéia e pedra, acerto e erro, construindo sempre.

Aprovamos no Conselho Diretor o quadro de pessoal da Fundação Universidade, com o Plano de Cargos e Salários, através da resolução nº CD 24/71, de 28 de dezembro de 1971. O clima era de plena autonomia universitária. O Governo Federal, o MEC propiciaram todos os meios adequados. A constituição jurídica da Fundação Universidade estava definida em escritura pública no cartório do 1º ofício, em 23 de dezembro de 1971.

Neste ano de 1997, são passados 25 anos da implantação definitiva da Universidade Federal de Mato Grosso.

Anotei na época: A oração do Natal de 1971 foi a de agradecimento e de trabalho, pois a poucos dias depois, em 4 de janeiro de 1972, através da

Resolução nº CD 02/72, da qual fui relator, o Conselho Diretor aprovava a estrutura da Universidade, simplificando o quanto possível o organograma. Definiram-se os órgãos: reitoria, vice-reitorias acadêmica e administrativa, os colegiados e os setores das administrações meio e fim.

Na implantação, as instituições anteriores ficaram reestruturadas em dois Centros Universitários: o de Humanidades e o de Tecnologia, coordenando Departamentos, correspondendo cada qual a um curso de graduação. Organizou-se a Coordenação Geral do Primeiro Ciclo de Estudos, o básico, como pré-requisito do segundo, o ciclo profissionalizante. As atividades de ensino, pesquisa e extensão distribuídas nos Centros.

Poderíamos ter tido estrutura maior, prevaleceu o bom senso. Cada órgão novo, cada chefia no momento certo, nenhuma “multiplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”.

Já na metade do ano de 1972, o Reitor propunha a Uni - Selva: “raciocínio demográfico (responsabilidade geográfica e histórica); uma ótica educacional (coleta de informações, manipulação de pesquisas e manuseio de recursos técnicos) e por uma dimensão sócio - antropológica”. E a cidade-laboratório Humboldt, na época, “era o mais novo dos instrumentos criados pelo governo federal para corrigir a ocupação acelerada e predatória da Amazônia”. Batia-se pela inversão do binômio para pesquisa e ensino.

Ainda que a UFMT não constasse nos planos de capacitação docente do MEC, conseguia-se, no início, enviar o primeiro grupo de professores para a pós-graduação, como o foi no programa internacional do LASPAU, nos Estados Unidos da América.

É impossível prosseguir neste espaço diante da generosa oferta de dados de atos e obras dos primeiros tempos, que, naturalmente, prosseguiram, em menor ritmo, até nossos dias.

O Fazejamento foi uma verdade, o planejamento pôde ter existido, mas foi tragado pelo fazer. E deu certo. Disto não se fez apologia, pois o planejamento foi, após, intensamente perseguido.

A estrutura da Universidade cresceu progressivamente no tempo, acompanhando a sua expansão, mas se observa algo a mais, com ranços de repartição pública comum, em certos setores. O espírito de classe ou de corpo é necessário e salutar, o corporativismo exacerbado é pernicioso.

A autonomia didático-científica, administrativa e financeira existiu e o MEC apoiou. Hoje, não existem mais as duas últimas.

A UFMT, hoje, está alcançando grande parte do Estado, expande-se, mas a interiorização não deve ceder à queda de qualidade.

Em suma, a UFMT tem cumprido o seu desiderato. É extremamente importante saber em que medida a Universidade se liga à sociedade, ou aos seus campos tecnológicos, em que medida ela é informada dos planejamentos globais da sociedade.

Assim, neste processo, como já asseverei, a atitude deve ter ambivalente: em vez de a sociedade esperar e criticar a Universidade, dizer a ela, compor-se com ela. E, então, é a composição planejada das necessidades sociais do povo - com o governo estadual, municipal, entidades não governamentais, empresas, proporcionando indicadores para a criação ou supressão de curso, de graduação ou pós-graduação. E, ainda, a adequação curricular, a demanda necessária a exigir os profissionais habilitados e a otimização dos recursos.

Nessa ambivalência, a Universidade, além dos freios academicistas do ensino de repetição, lança-se no campo da investigação, como já se vê apreciável o acervo de teses desenvolvidas em cursos de excelência. Muitos são os óbices de aproveitamento dessas pesquisas e sua aplicação na realidade social: ora a falta de recursos financeiros, ora as síndromes de reforma no serviço público, que amedrontaram muitos docentes pós-graduados e empurraram-nos para casa, aposentados. Aliás, alguns deles ruidosos defensores do “ensino público e gratuito”, depois se engajaram no ensino particular e pago.

Creio na Universidade pública, defendámo-la como agência primeira de audiência do desenvolvimento do País.

Creio na UNI-SELVA, inacabada pela essência, pisando a soleira do terceiro milênio, com as marcas da sua origem sertaneja, do seringueiro, do canoeiro, do garimpeiro, do vaqueiro, do oleiro, do mateiro, do índio, com quem aprendeu a índole da sobrevivência.

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO FESTIVAL DE CHAPADA

Benedito Pinheiro de Campos

Em 1983, o governador Júlio Campos, através da Secretaria Estadual de Educação na época sua titular professora Maria das Graças Pinto (de saudosa memória) convocou o professor Benedito Pinheiro de Campos, então professor da Rede Oficial de Ensino e da Divisão de Cultura do Estado, para, junto da Prefeitura de Chapada dos Guimarães, organizar o 1º Festival de Inverno, sendo escolhido por aquela comunidade, como coordenador do festival.

O citado governador, motivado pelo Festival de Inverno de São José dos Campos (SP), criou o Festival de Chapada, para fomentar o eco-turismo cultural daquela região matogrossense.

Através do prefeito, na época, Sr. Silvino Moreira da Silva, da atuante Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães e da operante comunidade, estruturou-se o 1º Festival de Inverno. Durante o festival, os circos eram armados nas praças para a execução das programações artísticas, culturais e literárias. Usávamos, também, o centro comunitário, clube de mães e logradouros públicos culturais existentes na cidade, para outras funções. A Chapada começou a se estruturar, o comércio se tornou mais ativo e eficiente, assim como os hotéis existentes, além de outros que apareceram e se tornaram mais funcionais para receber os turistas do Estado e de todo território nacional. O festival teve sempre, preocupação com a poluição sonora e ambiental da cidade; por isso, todas as atrações aconteciam em locais próprios, com horários determinados, sem extrapolar os limites permitidos pela legislação vigente.

A programação do Festival de Inverno era feita e impressa com antecedência de quase seis meses, tendo participação não só da coordenação do festival como, também, dos representantes da comunidade chapadense.

Objetivo primordial do festival de inverno era fundamentado, principalmente, para fomentar a cultura regional, a música, artes cênicas, artes plásticas, literatura, dança, educação ambiental.

No início dos primeiros festivais, foram realizadas oficinas com grandes expressões nacionais, como: “o Grupo Tá na Rua”, com Hamir Hadad, Celso Garcia e Tôquinho Macedo, artistas do eixo Rio/São Paulo.

Sempre trazendo pessoas com propostas inovadoras nas áreas, dessa forma foram realizadas várias oficinas com: Bené Fontelles (artes plásticas), Diva (reciclagem de papel artesanal), Adir Sodré, Marco Aurélio, Nilson Pimenta e outros. Na área musical, tiveram nomes importantes como Lu e Luciana, Almir Sater, Tetê Spíndola, Renato Teixeira, Alceu Valença e outros. Divulgamos em primeira mão, a prata da casa: Roberto Lucialdo, Henrique e Claudinho, Guapo, Marques Icarai, Vera e Zuleika, Bolinha, Ronaldo Muniz, Pescuma, Enio e Lessio e tantos outros que enobrecem, hoje, a musicalidade regional. Há, ainda, um preconceito em relação aos cachês (nível nacional e regional); essa discrepância entre valores é grande! É injusto! Ainda há tempo dos organizadores do festival estabelecerem um cachê digno aos regionais.

Na dança, tivemos grandes movimentos com as academias se revezando nos palcos dos festivais; os grupos de danças populares sempre marcaram presença (o siri, o cururu, a dança de mascarados, a dança do congo), sendo o ponto alto dos festivais de Inverno de Chapada. Conferências e palestras nos primeiros festivais foram de alto nível cultural, assim como assuntos referentes à nossa cultura enfocaram temáticas que vieram transformar Chapada dos Guimarães num importante pólo turístico, hoje conhecido a nível nacional e internacional. A ecologia, através dos festivais, desencadeou-se num movimento liderado por artistas nacionais e regionais e ambientais, para transformar Chapada num Parque Nacional e, durante os festivais, os ambientalistas, artistas e comunidade, estudantes e educadores, realizarem várias ações para conscientizar os turistas e frequentadores, sobre as nascentes e cachoeiras numa comunicação harmonizadora entre homens e natureza, com distribuição de sacos de lixo, coletas de detritos jogados nas cachoeiras, pequenos esquetes e performances feitos por ambientalistas e artistas; dessa forma fomentaram a criação de uma escola ecológica no Santuário de Chapada dos Guimarães. Na área de cinema e vídeo foram levadas, para as comunidades, filmes e vídeos abordados a preservação ecológica e outras linguagens foram usadas para a abordagem desse tema, tais como: o teatro, artes plásticas e outros; todas essas ações foram desencadeadas durante os Festivais de Inverno, realizados sob a co-

ordenação da Prefeitura Municipal de Chapada, UFMT, Fundação Cultural do Estado e de diversos órgãos.

Com o decorrer do tempo, o festival começou a perder sua proposta inicial por falta de recursos, de apoio dos organizadores do festival e até mesmo do Governo do Estado. Em decorrência desses fatores, por ocasião dos “500 anos da descoberta da América” a comunidade cobrou, da Universidade Federal de Mato Grosso, uma ação efetiva na reestruturação do Festival de Inverno de Chapada em todos os seus aspectos. Foi aí que a UFMT propôs, com recursos próprios, reestruturar o já decadente festival. Para essa empreitada foi convocado o Pró-Reitor da UFMT, o professor Abílio Camilo Fernandes que montou uma equipe dos variados setores da UFMT para desencadear ações que possibilitassem a retomada do festival na sua essência e na sua história com auxílio de alguns patrocinadores. Foi dada uma infra-estrutura ao festival possibilitando, dessa forma, sua internacionalização. O processo democrático para escolha da programação, minuciosamente discutida pelos poderes constituídos e a comunidade possibilitou, dessa forma, que o evento retomasse a sua proposta inicial. A programação foi organizada com participação de vários representantes dos artistas locais, nacionais e dos países convidados que integram o Continente Latino Americano. Aqui estiveram: Bolívia, Paraguai, Argentina, Peru, Cuba, Uruguai, México, dando ao festival caráter internacional. Lamentavelmente outras comissões posteriores, além de não assimilarem a proposta levantada pela UFMT, deixaram que o festival perdesse essas características, transformando-o num emaranhado de shows e nada mais. Durante os “500 anos de América” foram realizadas várias oficinas, na área de teatro, no centro comunitário da cidade, sob a supervisão dos teatrólogos Luis Carlos Ribeiro e Carlinhos Ferreira, espaço esse que possibilitou a encenação de várias peças teatrais, shows, apresentação de corais e do quinteto da orquestra sinfônica da UFMT. No período de quinze dias passaram pelo espaço do teatro mais de 4.000 espectadores. O ponto alto desse festival, foi a realização de uma amostra de cinema e vídeo, coordenada pelo cineasta Luiz Carlos Borges. Na área de vídeo, foram feitas oficinas de argumentação e roteiro, sob a supervisão da “Vídeo-Maker” Glorinha Albuês. Na oportunidade, também foi realizada uma exposição de artes plásticas, com obras dos artistas locais, abordando o tema alusivo ao festival, sob a coordenação da crítica de arte, professora Aline de Figueiredo. Durante o festi-

val dos 500 anos, a UFMT se fez presente com o teatro, a orquestra, o coral, o museu de artes e cultura popular, o museu do índio e com todo apoio administrativo. O Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Turismo, a Prefeitura Municipal de Chapada e outros órgãos, está seriamente interessado em retomar o verdadeiro espírito do Festival de Inverno, transformando Chapada no Santuário Ecológico do Eco-sistema Mato-grossense.

O festival de Inverno, depois de todos os prós e contras, toma uma outra fisionomia: será transformá-lo num movimento sério, voltado para as propostas iniciais, fazendo de Chapada dos Guimarães, um pólo irradiador da cultura mato-grossense. Felizmente o Governo do Estado de Mato Grosso, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, o empresário Jaime Okamura - coordenador do evento deste ano, que esteve sempre ao lado dos Festivais de Inverno, juntamente com outros órgãos, unem-se para retomar o Festival de Inverno com propostas que, realmente, poderão transformar Chapada na verdadeira Meca do Turismo. Está de parabéns a Prefeitura Municipal de Chapada, a comunidade chapadense e toda a comunidade mato-grossense.

PARTE III

DOCUMENTAÇÃO

CONSULTA

(Este impresso é absolutamente reservado, exclusivamente para consultar a diversos advogados).

PRIMEIRA PARTE

Fim Dezembro, 1880 O Diário Official do Governo Imperial Brasileiro, em virtude de Lei, chama concorrentes para o abastecimento d'agua à capital da Província de Matto Grosso; a chamada é assignada pelo general Visconde de Maracajú, Presidente da Província.

28 Maio, 81 Em virtude de Lei, o Governo assigna contracto com os empresários Frick e Zanotta, para execução do projecto. No art. 21, é facultado aos empresários o derivarem até 8 pennas d'agua para serviço particular.

10 Abril, 82 Os empresários começam officialmente as obras.

18 Abril, 82 Vencida a primeira prestação, o governo officia em 18 de abril, sob a presidência do General Alencastro, não ter fundos para pagar^a

6 Maio, 82 Já prevista no contracto esta eventualidade, o governo entra n'um accordo 25 dias depois do começo dos trabalhos, fazendo modificações no contracto, e authorizando os emprezarios a dar maior desenvolvimento às obras; em compensação o governo estende a faculdade do art. 21 do contracto primitivo sobre a collocação de pennas d'agua, e concede-lhes durante cinco annos, $\frac{3}{4}$ da renda d'ahi proveniente.

30 Novembro 82 Os emprezarios cumprem os seus compromissos, o Governo acceta as obras. Ficam pendentes pequenas restricções com referencia a chafarizes.

14 Dezembro, 82 O governo agradece officialmente o *valioso serviço*, de terem os emprezarios, sem que a isso fossem obrigados, fazendo as despesas à sua custa, fornecido água à capital, durante trez mezes, para minorar os males da grande secca que então assolava a provincia.

Mesma data O Presidente agradece officialmente a co-operação dos emprezarios ao esforço do governo, attribuindo o êxito da empresa, à boa vontade com que elles se houveram na execução do contracto.

2 Janeiro, 83 A imprensa noticia a inauguração das obras. No discurso do Director do Arsenal de Guerra são altamente elogiados os

empresarios pela grande rapidez com que realizaram o melhoramento.

7 Janeiro, 83 O Dr. Malhado, chefe ostensivo do partido liberal, escreve ao Dr. Carvalho, Deputado à Assembléia Geral: *“A agua jorra em quasi todas as ruas; V.cê não avalia a obra gigantesca que fizeram os empresarios. O largo do palacio foi transformado n’um bello jardim, com um magestoso chafariz que lhe serve de utilidade e adorno. A vinda de Frick (um dos empresarios) a Cuyabá, foi uma felicidade para nós, que lutavamos todos os annos com difficuldades immensas para obter uma das principaes necessidades da vida: a agua”*.

Mesma data Os empresarios tem sua contas saldadas com o governo. Tem porém de dar maior desenvolvimento às obras pelo accordo de seis de maio 82; pelo excesso de trabalho serão pagos com a renda d’agua a que ficaram com direito por um período determinado (cinco annos).

20 Junho, 83 Está reunida a Camara de Deputados, considera esta em pleno vigor as modificações feitas no contracto, incluindo no orçamento a renda que lhe provém das pennas d’agua, em virtude d’essas modificações, e não do primeiro contracto.

30 Junho, 83 Fecha-se a Assembleia dos Deputados, os empresarios preparam seus trabalhos para augmento das obras.

Agosto, 83 O General Alencastro tendo sahido da provincia, em carta particular escreve ao empresario Frick: *“Sou-lhe grato pela co-adjuvação, que sempre me prestou em Cuyabá como bom amigo”*.

Mesma data Os empresarios expõem ao Governo a conveniência de augmentar as obras para augmentar a renda d’agua. O Marechal de Campo Barão de Batovy, reúne em palacio as principaes authoridades da provincia: O presidente da Camara Municipal; o 1º. Vice Presidente da Provincia; o presidente da Camara dos Deputados; o Inspector da Thezouraria Provincial; O Secretario do Governo; o engenheiro de obras publicas; discute-se o projecto, e chega-se a um accordo sobre authorização aos empresarios, para augmentar as obras.

24 Agosto, 83 Lavra-se novo accordo entre Governo e empresarios para augmento das obras, sem que a provincia entre com capital algum; é-lhe estendido o prazo da renda d’agua de cinco para vinte annos.

Agosto 83 a Fevereiro 84 Os empresarios dão todo o desenvolvimento às obras conforme os seus compromissos.

8 Fevereiro, 84 Os empresarios informam ao Governo da conclusão

das obras, e pedem que sejam examinadas e aceitas.

11 Fevereiro, 84 O Governo manda examinar as obras pelo engenheiro das obras publicas.

14 Fevereiro, 84 Este declara que tendo examinado o trabalho encontra que os empregarios melhoraram extraordinariamente as obras do contracto primitivo, *quadruplicando* a capacidade do supprimento d'agua, sem que a provincia para isso contribuisse, o que estenderam os encanamentos em muitos sentidos além dos seus contractos.

18 Fevereiro, 84 O governo officia aos empregarios, que estão preenchidos os seus compromissos, *recebe as obras definitivamente*, e authoriza-os a levantar as fianças respectivas.

21 Fevereiro, 84 Antes de retirar-se, os empregarios agradecem pela imprensa da capital o bom auxilio que lhes prestaram as authoridades para o bom desempenho da empresa, declarando que poucas vezes se dá o agradavel factó, de se executar uma obra grande, de principio a fim, durante trez annos, sem que jamais houvesse senão a mais perfeita harmonia entre governo e empregarios.

3 Março, 84 Os empregarios retiram-se; deixam seu pessoal, e seu escritorio montado; pelo contracto tem de cuidar da conservação das obras durante vinte annos; durante esse periodo, tem direito à renda d'agua dos particulares, da qual uma quarta parte é para o governo.

RESUMO

Na forma mais cordial de harmonia e consideração recíproca, entre Governo e empregarios, executa-se, em trez annos, uma obra importante que abasteceu d'agua uma cidade tropical, onde os soffrimentos eram intoleraveis durante a frequente secca que esolava a cidade. Os empregarios de conformidade com um contracto, desempenharam os seus compromissos a contento do governo e do publico.

DEPOIS DISTO, sem nada receberem do governo, quadruplicaram a capacidade do supprimento d'agua, desenvolveram largamente o conjunto das obras, sendo tudo approvedo pelo governo, e ficam com direito a $\frac{3}{4}$ da renda da agua durante 20 annos, em virtude do art.21 do 1º. contracto, e das modificações de 6 de Maio 82 e 24 agosto 83.

SEGUNDA PARTE

Outubro, 84 O empresario Frick, chefe tecnico da empresa, está em Londres, 21 Thavies, Holborn; estuda os meios de aliviar o custeio do supprimento d'agua em Cuyabá, assim o comunica ao governo, projecta substituir as maquinas e estabelecer novos depositos. Zanotta reside na Italia; reúnem-se em Turim, e fazem combinações para este fim; contractam Z. David, de Como, Lombardia, para seguir com a familia (5 pessoas) para o Brazil, para administrar a empresa e cobrança no escriptorio de Cuyabá.

Dezembro, 84 O empresario Frick recebe em Londres aviso de que a assmbléa de deputados pretende anullar os acordos feitos, cujos compromissos estão de há muito satisfeitos pelos empresarios.

5 Fevereiro, 85 Comunica o occorrido para a Italia e segue para o Brazil.

22 Janeiro, 85 Chega ao Rio de Janeiro; encontra o Jornal Official do Governo de Matto-Grosso (núm. 316) com o parecer de uma comissão da Assembléa Provincial, aconselhando esta a mandar annular os contractos, e fazendo apreciações de que tal facto valerá para a provincia uma vantagem de Rs 399.553\$400 (cerca de £ 40.000). Frick é também officialmente informado de que o governo em virtude de lei, baseada sobre esse parecer, e devidamente sancionada, annullou os accordos feitos; que tomou conta de obras e renda d'agua, dando ordem official e expressa em 9 de janeiro, aos empregados dos empresarios, para entregar, material e agua, a uma comissão composta de dois engenheiros e um official da fazenda, declarando que serão indemnizados posteriormente pela desapropriação, *sem que seja attendido o augmento que tiveram as condições geraes da obra*, e que para esse fim deverá contrahir um empréstimo. (*)

Março, 85 O empresario Frick segue para Matto-Grosso para examinar os factos e comprehender taes acontecimentos que o sorprendem.

(*) **CÓPIA DO OFFICIO DO GOVERNO - Cuyabá em 9 de janeiro de 1885 - Por não ter sido approved pela assembléa provincial, o contracto celebrado pelo meu antecessor com os Srs Frick e Zanota, em 24 de agosto de 1883, para collocação de pennas d'agua a domicilio, foi esta presidência authorizada pela Lei n. 658 do mez findo, a indemnizal-os do valor do material por elles empregado em virtude do**

mesmo contracto, mas sem attender às alterações que sofreu o encanamento primitivo, quer na sua direcção, quer no diametro, devendo para esse fim ser emmitidas apolices de um conto de reis (Rs. 1.000\$000).

E, como para execução da dita lei faz-se preciso desde já receber o indicado material, e as pennas até agora collocadas, tenho resolvido encarregar esse serviço a uma comissão que ora nomeio, e composta do engenheiro provincial, do capitão d'engenheiros Caetano Manoel de Faria Albuquerque e de um empregado da Thezouraria provincial, aos quaes prestará V.cê todos os esclarecimentos que lhe forem exigidos para o bom desempenho do indicado serviço.

Deus guarde, etc Floriano Peixoto

Março, 85 Em Montevideo encontra cartas e avisos confirmantes so mencionado. Desde o 1º. de Janeiro o governo entrou na posse total da renda d'agua, do material, tudo em virtude de nova lei núm. 658 de 31 de dezembro ultimo, indemnizando prèviamente os emprezarios com a promessa de que vae contrahir um empréstimo.

R E S U M O

Os emprezarios desempenharam todos os seus compromissos; o governo convencionou por accordos devidamente legalizados nos livros officiaes, com assignatura constituida, representada por officiaes generaes do exercito, com assento na presidência da provincia, que as obras fossem largamente desenvolvidas, sem que a provincia contribuisse para esse fim, com fundos alguns; antes de um anno o governo, sem outra forma de processo, mais do que um officio em que se refere a uma lei (de effeitos retroativos), toma conta de tudo; deixa os emprezarios sem o capital empregado, sem renda, sem material, e informa-os de que vae contrahir um emprestimo para indemnizar, *sem que seja attendido o desenvolvimento que deram à capacidade das obras.*

Buenos Ayres, 10 abril, 85

João Frick

TERCEIRA PARTE

2 Maio, 1885 Frick chega a Cuiabá

Maio Junho Falla por vezes com o presidente da provincia general Floriano Peixoto sobre esta pendencia, expondo-a com o maior cuidado; vê que S.Exa. altamente occupado com os negocios, não está sciente dos factos; Frick explica-os convenientemente; menciona que a desapropriação, se ella era de beneficio publico, deveria proceder indemnisação, referindo-se de leve ao § 22 do art. 179 da constituição. S.Exa. com a maior bondade promete que os empzarios não terão prejuizo nenhum, e que os mandará indemnizar, cingindo-se à lei provincial que annullou os accordos feitos.

Esta lei, base dos actos do presidente n'este negocio, é do theor seguinte:

Lei n. 658 O general Floriano Peixoto, bacharel, etc, faço saber que a Assembléa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1- Ficam sem effeito os contractos celebrados pelo governo da provincia com João Frick e Carlos Zanotta, em 6 de maio de 1882, e 24 de agosto de 1883 para derivação de pennas d'agua destinadas a serviço particular.

Art. 2- É o mesmo governo authorizado a emittir apolices de um conto de réis, ao juro maximo de oito por cento ao anno, e até a quantia de trnta contos de réis, para imndenizar aquelles contractantes da despesa que fizeram para execução dos referidos contractos.

Art. 3- A importancia das aploces emittidas em virtude do art. Antecedente será amortizada logo que o permittirem os recursos financeiros da provincia.

Art. 4- Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto etc,

Palacio do Governo em Cuyabá em 31 de dezembro de 1884

Floriano Peixoto

Frick ouve que esta lei é classificada por algumas pessoas de apocripha, e posthuma; ouve que foi feita e redigida como está, depois de encerrada a Assembléa. Não considera tal facto possível, embora a disparidade entre a letra da lei, e o officio do governo que a põe em execu-

ção, claramente indiquem, ou que o officio não foi feito à vista da lei, ou que a lei foi feita independente do officio.

24 Dezembro, 1884 Esta suspeita de posthumidade da lei ainda é fundada nos factos que:

Devendo esta lei que anulla direitos adquiridos estar em discussão na assembléa a 2 de dezembro, n'essa mesma data a assembléa reconhecia esses direitos em lei n. 654 e o governo sancionava esse reconhecimento (*).

Os deputados que em 31 de dezembro faziam essa lei que começa por: *Ficam sem effeito os contractos celebrados com Frick e Zanotta*, são os mesmos deputados que 5 dias uteis antes faziam a lei 654 para novos abastecimentos d'agua e cujo art. 1º. é: *Fica o presidente da provincia autorizado a contractar com Frick e Zanotta taes e quaes obras.*

Para que esse facto se tenha dado, como elle se apresenta na confrontação das duas leis (654 e 658) é necessario admitir que os mesmos deputados, no periodo em que os dois projectos, que deram estas duas leis, estavam necessariamente em discussão na Câmara, tivessem a crença de que os empregarios estariam sempre promptos a fazer contractos, com quem mostrava tanta facilidade em os annullar depois de cumpridos.

Dezembro e Janeiro Tratando-se d'um assumto da maior gravidade, como o de annullar o contracto mais importante que a provincia tem tido, nenhum dos jornaes da capital noticiou que tal projeto tivessido sido apresentado na Assembléa.

31 Dezembro 84 Esta lei (n.558) manda o governo contrahir um empréstimo de 30 contos para indemnização aos empregarios; do mesmo dia é a lei do orçamento (n.560), com numeração posterior. A mesma Assembléa, que no mesmo já tinha decretado um emprestimo, ignora ou esquece tal facto, não abre verba no titulo Emprestito provincial para attender aos juros d'este novo compromisso.

1 Fevereiro 85 O Diario Official do governo suspende a publicação do expediente da Assembléa provincial; a ultima sessão de que dá noticia (em 1º Fevereiro) é a de 17 Outubro, tendo a assembléa funcionado até 31 Dezembro.

(*) O art. 5 de lei 654 diz: *Salvo o direito já adquirido pelo empregario sobre as pennas d'agua de que reza o contracto de 24 de agosto de 1883*

8 Fevereiro 85 O Diario Official altera o numero de ordem na publicação das leis sancionadas; justifica esta irregularidade com a urgencia de se fazer conhecer a lei do orçamento.

15 Fevereiro 85 Concluida a publicação da lei do orçamento ainda não parece a lei em questão, nem d'ella se falla; sendo o assumpto mais importante da occasião, publicam-se poesias e muitas frivolidades durante mais de um mez na folha official.

22 Março 85 Nesta data é que o Diaria Official publica pela primeira vez a lei com data de 31 de dezembro, tendo sido posta em execução mais de dois mezes antes, a 9 de janeiro, pelo mencionado officio que não diz com a lei.

18 Janeiro Nesta data aparece no Diario Official o parecer d'uma comissão da assembléa provincial sobre o assumpto em questão; nada elucida sobre a epocha em que de tal se tratasse na assembléa, pois traz a mais extranha das datas, *hoje*; tendo a publicação sahido truncada, o governo manda reimprimil-a no mesmo diario 7 dias depois, rectificando-a, conserva-lhe porém a mesma perpétua data de *hoje*.

Janeiro 25 Esse parecer aconselha a assembléa a anullar os acordos, baseando-se em que os presidentes Alencastro e Batovy favoreceram os empregarios, authorizando-os a extender os encanamentos que então existiam (em 6 de maio 82), quando não havia nem um palmo de tubos em Cuyabá n'essa data, e só havia decorrido um mez desde que os empregarios chegaram à provincia.

Estas disparidades e anachronismos não se harmonizam senão admittindo que a Assembléa lá até 31 dezembro, apresentou e deu para ordem do dia um projeto que não passou pelos trâmites determinados no art. 11 do acto adicional, e que o presidente sancionou uma lei que recebeu o n. 558, e isto em 4 dias úteis; que essa lei estava até ao dia 9 de janeiro nos termos do officio do governo, que reproduzido o effeito de authorizar o presidente a lançar mão da propriedade particular dos empregarios, foi alterada muito depois de encerrada a assembléa para os termos em se publicou a 2 de março, dois mezes e meio depois de posta em execução.

A confrontação do officio com a lei, como ella aparece agora, dá as seguintes disparidades.

O officio só falla do accordo de 23 de agosto de 1883, e a lei falla também do de 6 de maio de 1882.

A lei diz: *ficam sem effeito os contracto*; o officio diz que *a assembléa não approvou o contracto*.

O officio diz que a indemnização será *sem attender às alterações que soffreu o encanamento primitivo* (que nunca existiu), a lei não menciona *taes alterações* (que se não fizeram).

A lei manda indemnizar como se se tratasse de *desapropriação para beneficio publico*, e o officio mandar *tomar conta immediata*, como se a propriedade pertencesse à provincia.

Junho 1885 O governo imprime um folheto com a collecção das leis de 1884, que traz grande luz à questão:

Declara que no livro 8º do Registro das leis provinciaes, as tres leis mencionadas se acham entradas pela seguinte forma:

à fl. 83 Lei n. 660 de 31 de dezembro de 1884

à fl. 95 Lei n. 654 de 24 de dezembro de 1885

à fl. 99 Lei n. 658 de 31 de dezembro de 1884

Pelo que, ou as datas estão invertidas, ou a numeração é de diante para traz, ou o livro escripto de traz para diante. Em 14 de dezembro escrevia-se na pag. 95; a 31 de dezembro na pag. 83; a lei 660 está em pag. 83; a lei 669 a pag. 99.

Este anachronismo esclarece tudo, basta confrontál-o com os factos que precedem.

Não fallando do art. 1º da lei, que anulla contractos depois de integralmente desempenhados por uma das partes, sem consideração alguma para com a legislação nacional, que determina os casos e a forma em que taes nullidades podem dar-se, há os outros dois artigos que estabelecem a forma de contrahir o emprestimo de indemnização, com uma clausula inteiramente nova nas transacções de credito; isto é, a amortização da divida *para quando os recursos da provincia o permittirem*.

18 Junho 85 Frick recebeu aviso de Z. David, que, vindo da Italia, chegara a Montevideo com a sua familia (esposa, filha edois filhos) e que está surprehendido com a ordem que encontrou de não seguir para Cuyabá.

9 Junho 85 O governo nomeia uma commissão composta de dois officiaes do estado maior d'artilheria, e um empregado da fazenda provincial, *para procederem a minucioso exame no material da empresa, e fazerem um relatorio circunstanciado para se realizar a indemnização determinada na lei n. 658 de 31 de dezembro, com a maxima exactidão, e sem*

prejuizo das partes interessadas.

Este processo militar de indemnização, só do lado de quem tem de indemnizar, é da mesma natureza do processo que cinco mezes antes desapropriou por um officio; e assim como no officio que desapropriou, houve a promessa de indenmização, na comissão nomeada há a promessa de que os empregarios não soffrerão prejuizos: Os interesses dos empregarios, os direitos adquiridos, o capital, o material tem de ser avaliado por uma commissão de que so faz parte um dos interessados, a fazenda provincial; a outra parte (os empregarios) é excluida, entrando na commissão dois officiaes do estado maior d'artilheria com ingerencia n'um assumpto puramente civil, e de natureza inteiramente estranho à sua profissão.

9 de junho 85 Frick tendo conversado por vezes com o presidente da provincia, não obstante a amabilidade com que S.Exa. lhe promette, durante dois mezes, que os empregarios não terão prejuizos, vê impossibilidade de compor os negocios; resolve seguir o conselho d'um seu importante advogado da corte, e, tendo-se documentado convenientemente, retira-se; chega a Buenos Ayres e faz o seguinte protesto no Consulado do Brazil:

TERMO DE PROTESTO

Aos desesseis dias do mez de julho de mil oitocentos e oitenta e cinco n'esta cidade de Buenos Ayres e consulado geral do Imperio do Brazil compareceu João Frick, empregario e chefe tecnico das obras de abastecimento d'agua à capital da provincia de Matto Grosso, declarando que sendo n'esta empreza socio de Carlos Zanotta, de Como, Italia, e achando-se em Londres a 31 de dezembro ultimo, a assembléa provincial em Cuyabá fez uma lei com o n.658, que foi sancionada n'esse mesmo dia; que essa lei foi posta em execução a 6 de janeiro ultimo pelo general Floriano Peixoto, presidente da provincia; que esta acto administrativo privou os empregarios da renda dos seus capitaes; cassou-lhe direitos adquiridos, e reconhecidos pelo proprio governo com a promessa de indemnização; e porque tal acto administrativo seja contrario à constituição, e cause graves prejuizos aos empregarios, vem protestar contra essa infracção das leis do

Império, fazendo responsável a quem de direito, pelos damnos, lucros cessantes e perdas, provenientes da forma como foi violentada a sua propriedade pelo governo da referida provincia de Matto Grosso; e tendo assim protestado requereu-me, etc. Consulado Gera; do Imperio do Brazil em Buenos Ayres, 18 de julho de 1885.

João Adriano Chaves - Consul Geral

Agosto 1885 Tendo chegado a Corte a 8, Frick envia o seu protesto a S.Exa. o Ministro do Imperio. Manda imprimir esta exposição para a fazer chegar às mãos de S.M. o Imperador.

RESUMO GERAL

Os emprezarios, garantidos por leis de que tem pleno conhecimento, e na boa fé dos contractos, empregaram seu capital, seus conhecimentos e seu trabalho, n'uma obra que a provincia nunca pode realizar com os proprios recursos; tendo desempenhado seus compromissos sem que jamais houvesse a menor reclamação, estando no gozo da sua propriedade, acham-se sem outro processo mais do que o que fica exposto, esbulhados dos direitos adquiridos; e por uma lei decretada pela forma mais irregular, por um officio que a põe em execução pela forma mais extranha, estão privados desde 31 Dezembro 1884 da renda que adquiriram por meio inteiramente legaes; tem de retirar seus materiaes de promptidão e sobrecellentes, que se acham no interior de Matto Grosso; Tem Z. David e sua familia em Montevideo, contractados na mais perfeita boa fé., e com direito a reclamação pelos prejuizos causados.

O Governo, por seu lado, está no gozo d'uma renda e na posse de materiaes, que não adquiriu por forma alguma conhecida em direito, diz aos emprezarios que não terão prejuizos, que vai contrahir um emprestimo que será resgatado no mais obscuro vencimento conhecido em finanças, *quando as circunstâncias da provincia o permittirem.*

Frick abstem-se de fazer publico este facto, imprime-o com toda a reserva para o fazer conhecer exclusivamente dos poderes competentes, não o communica nem aos seus proprios amigos, espera que o Governo

Imperial tomará providências, para que sejam desfeitos aquelles actos administrativo, tão contrarios à ordem e à boa fé que deve haver em quem governa.

Rio de Janeiro, 14 Agosto 1885

João Frick

Mensagem enviada pelo Exmo Sr General Cândido Mariano da Silva Rondon, para ser lida, a seu pedido, pelo Sr. Diretor Regional dos Correios e Telégrafos - Dr. Abrahão Beloniel, por ocasião da inauguração do retrato enviado por Sua Excia. para ser colocado no Instituto de Alfabetização "General Rondon", a ser inaugurado no próximo domingo, dia vinte e um de outubro, na futura Vila de Rondonópolis

Povo de Rondonópolis !
Meus caros conterrâneos !

Emocionado diante de mais esta homenagem, que, por excessiva bondade dos meus coestaduanos e das autoridades de Mato Grosso, acabam de prestar-me, tomando o meu modesto nome para a honrosa investidura de paraninfo do Instituto de Alfabetização ora inaugurado, dito, do leito hospitalar em que me encontro em tratamento no moderno Hospital dos Servidores do Estado, as poucas e toscas palavras que me permite formular o meu ainda precário estado de saúde, para vos agradecer, do íntimo d'alma, de todo o meu coração de mato-grossense e de brasileiro, mais esta afetuosa demonstração que, só por um ângulo, apresenta laivos de Justiça, quando se reconheça ter-me obstinado sempre, com o máximo de entusiasmo e de eficiência de que fui capaz, com as mais sã dedicação pela causa pública, a servir ao Brasil através do Índios e do meu Estado natal !

Neste mesmo local em que acabais de cantar um marco indestrutível, com que julgastes necessário e oportuno testemunhar aquele esforço e o elevado objetivo das minhas atividades, quase todas desenvolvidas em pleno sertão; há alguns anos passados, por proposta do saudoso militar, então Deputado à Assembléia do Estado, Major Octávio Pitaluga, tomou esta Vila a denominação com que hoje é conhecida na corografia de Mato Grosso - o que representa mais uma excessiva demonstração de apreço e de gratidão que tanto me desvanece. E, vem a pêlo registrar, todavia,

que me insurgi contra a generosa idéia de Pitaluga, que constituiu projeto aprovado naquela Assembléia e sancionado pelo Poder Executivo Estadual, abrilhantados, ambos, por figuras exponenciais de compatriotas e amigos que se comprazeram em rejeitar a minha contraproposta de dar a este futuroso recanto o nome de Borória, para relembrar a sua posição no vale do São Lourenço, enxameado de silvícolas da grande e importante nação dos índios Borôro.

= X =

Ocorrem-me alguns dados históricos que me parecem dignos de rememorar:

A Vila de Rondonópolis, antiga povoação do rio Vermelho, constituída em terras da Fazenda de Francisco Lucas, está situada à margem direita do Rio Poguba, na latitude de 16° 28' 50" 70 Sul e na longitude 54° 37' 35" a 0 do meridiano de Greenwich. A Vila, capital do Distrito do igual denominação, na região centro-oeste do município de Poxorêu, é banhada também pelas águas do rio Arareáú, que cai no Poguba, vindo de Norte para Sul.

Deve-se a duas expedições organizadas, em 1897 por Antonio Cândido de Carvalho e Celso Pasini, o desbravamento das cabeceiras do rio Tadarimana ou Vermelho, o reconhecimento sumário do divisor de águas entre os afluentes do Poguba e o rio das Garças e a travessia do dito divisor, com saída no Alto Rio das Garças, que foi assim descoberto e navegado.

Ficou então conhecida a prodigiosa riqueza vegetal da frondosa mataria que cobre toda a região, desde o Itiquira, Tadarimana e Cogueiáu até o leito do Garças. Foi esta a causa inicial da instalação e progresso do povoado do Rio Vermelho. Custou o desvendamento dessa privilegiada região, as vidas de José Francisco Vilela, do seu cunhado Bonifácio de Ribeiro Macedo, ambos fazendeiros na região do rio Caiapó e ainda a do camarada Balduino Jose da Silva, vitimados pelos valentes índios Borôro, nos recontros em que estes reagiram contra a invasão, a ferro e fogo, de suas terras, na 1ª. expedição, logo que um dos dois grupos em se dividiram os exploradores se separou do outro, que preferira retroceder, descendo em canoas o rio Tadarimana. Tentavam os do 1º. grupo passar para o rio das

Garças e, segundo consta, usavam de violência para amedrontar e afugentar o gentio.

Por decreto de 10 de agosto de 1915 de D. Francisco de Aquino Corrêa, então bispo de Prusiade e Presidente do Estado de Mato Grosso, o povoado do Rio Vermelho, pertencente naquela época ao Município de Santo Antonio do Rio Abaixo, passou à categoria de Juizado de Paz.

A planta do Patrimônio da antiga Povoação do Rio Vermelho foi levantada pelo destemeroso e patriota Capitão Octávio Pitaluga, a quem já nos referimos, com o auxílio do 1.º Tenente e hoje General da Reserva, Ramiro Noronha. Ficou concluído em fevereiro de 1918.

Pela atual divisão administrativa, também o povoado de Rondonópolis passou à categoria de Vila e seu Distrito, que forma o entreposto natural entre as riquezas minerais dos vales dos rios das Garças e Araguaia e a expansão da pecuária e da Agricultura nas baixadas do São Lourenço e Cuiabá, assinala-se como um dos mais futurosos, o município de Poxorêu, estando bem situado na competição geral dos distritos mato-grossenses.

O rápido progresso de Rondonópolis exigiu o lançamento dum pequeno ramal telegráfico, que partiu da estação de São Lourenço para a vila, com um desenvolvimento de 63, 458 quilômetros e cuja construção colaboraram Pitaluga e o ativo e competente ajudante da Comissão da Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, Emanuel Silvestre do Amarante, falecido no posto de Major de Engenharia, em 7 de agosto de 1929, quando exercia o cargo de Chefe do Distrito Telegráfico do sertão e se encontrava no Amazonas, em trabalho da Parte Norte do mesmo Distrito.

= X =

Felicito vivamente aos pioneiros de tão vantajoso empreendimento, que vem concorrer sobre e praticamente, para a solução de um dos problemas básicos do progresso do nosso caro Brasil, o combate ao analfabetismo, em cuja noite de ignorância vegetam ainda, mais de vinte e cinco milhões de concidadãos e de crianças, e que representa uma percentagem superior à metade do número total de habitantes, como o demonstram a última estatística e os cálculos aproximados do crescimento médio da população do País.

Congratulo-me, portanto, com o povo de Rondonópolis pelo notável e útil evento que um tal Instituto lhe proporcionará, incrementando a instrução e elevando assim o nível cultural da zona urbana desta vila, como dos pequenos núcleos de povoação em derredor.

Particularmente cumpro o dever de salientar a iniciativa tomada pelo Dr. Abraão Benoliel, Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, em Cuiabá, no sentido de levar avante a fundação do “Instituto de Alfabetização General Rondon”, em cujas demarches foi grandemente auxiliado por Lima Brito, proprietário da escola que tem o nome do Presidente do Estado, em Rondonópolis; assim como, de manifestar a minha grande simpatia pelo gesto fidalgo com que ocorreu, trazendo a aparelhagem radiofônica, para a difusão, por todos os recantos do Brasil, desta singela, mas sincera mensagem, o Partido Trabalhista Brasileiro, que constituiu o estaqueamento de cimento armado sobre o qual foi erigida a catedral dos vitoriosos da candidatura que levou o eminente e ponderado Chefe de Estado que é o Dr. Getúlio Dornelles Vargas.

Salve Mato Grosso ! Viva a República ! Viva o Brasil !

Disse:

Rio de Janeiro, Hospital dos Servidores do Estado, 18 de outubro de 1951

General Cândido Mariano da Silva Rondon

INDICAÇÃO DO PADRE JOAQUIM JOSÉ GOMES DA SILVA ACERCA DAS VANTAGENS DA MUDANÇA DA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO PARA VILA MARIA (CÁCERES) - 13 DE OUTUBRO DE 1826

INDICAÇÃO

Se convém a Povos espalhados, mas reunidos debaixo de um só chefe, que o princípio vital de seus movimentos e energia exista na parte mais central e poderosa da grande Máquina Social, para que o impulso se comunique a toda a periferia com a maior presteza e vigor, de certo Vila Maria tem o incontratável direito de ter dentro de si o assento do Delegado do poder e outros, de ser denominada Capital desta Província, porque colocada ali a sede do Governo por ser o centro de toda a província, pode-se dar prontas providências às cidades de Mato Grosso e Cuiabá, Forte Imperial, Vila de Nossa Senhora da Conceição do Diamantino, Arraial de São Pedro e prestar os precisos socorros a todas as fronteiras que estão expostas as Províncias limítrofes em caso de algum rompimento, como por outras vantagens, que adiante esporei.

Como ainda concedida a Capital naquele Distrito, não pode verificar-se logo a mudança, por falta dos edificios indispensáveis; deve portanto marchar quanto antes, para aquele lugar a Tropa da 1ª. Linha, e nele firmar o seu quartel o Governador das Armas da Província, visto que essa mudança, longe de ser onerosa à Fazenda Nacional, porque pode verificar-se em canoas conduzidas por Pedestres, é da maior importância, tanto para poupar despesas e promover o andamento dos novos edificios, que se devem edificar à expensas da Fazenda Nacional, em razão de poderem ser empregados nos mesmos, os serviços pessoais dos Pedestres, como pela grande diminuição das despesas com as etapas da mesma tropa, que estando no centro das Fazendas de Sua Majestade Imperial, escusado fica a condução dos bois para a cidade do Cuiabá, que pela longa distância ficam muitos pelo caminho, perdem-se os serviços dos vaqueiros, e quase todos os cavalos, que devem ser empregados no diário e necessário custeio das

mesmas fazendas, que por cuja causa se acham inteiramente deterioradas, e o gênero sal de absoluta necessidade para o municiam^{to} da tropa e de maior importância certamente para a Fazenda nacional. Ali se pode fabriEstado, e para o Público: Podendo-se então contar com certeza, que os nossos vizinhos espanhóis, sabendo que a nossa Força se acha estacionada naquele solo, não intentarão invadir-nos pela fronteira do Jauru, lugar mais fraco e fácil de por ele sermos acometidos; e se pelo contrário obrarem, serão prontamente repelidos.

2ª.- Que o clima daquele distrito é o mais benigno, saudável, fecundo e propriamente criador, de sorte que, não havendo nele socorro alguns médicos, nem cirurgiões, é a sua população a proporção de seus habitantes progressiva, pois há um ano que ali residido em qualidade de Pároco, tenho batizado cem crianças, tendo morrido apenas 20 pessoas, e quase todas velhas.

3ª.- Que tem ferro e salitre em tanta abundância e extensão, que se pode edificar duas fábricas por conta da Fazenda Nacional, uma de pólvora, outra de ferro, que supra as urgências da Província, sem que seja preciso virem estes gêneros de fora, revertendo-se o capital que neles se emprega em utilidade das Rendas Públicas.

4ª.- Que tem naquele distrito imensas matas devolutas e baldias, nas quais podem se estabelecer muitas fábricas e outros gêneros de cultura que os Armazéns Imperiais, dos que com as que existem, podem-se estabelecer comestíveis precisos, sem alterações de preços como experimenta na cidade de Cuiabá, já por serem escassos, já porque os monopolistas atravessam os efeitos aos lavradores para os vender à Fazenda Pública, digo, Nacional por preço superior ao que se vende geralmente ao povo.

5ª.- Que a concorrência dos povos franqueara a extração do ouro das grandes e ricas minas do Cabaçal, que até agora se não tem conseguido; porque os lavradores e mineiros poderosos, que em seus estabelecimentos percebem utilidade, não querem deixá-los, e os fracos que têm tentado aquela mineração; a mesma fraqueza os impossibilita, dificultando-se-lhes até os meios de subsistência, e por cuja causa se retiram; mas dos que têm entrado para aquelas minas, ainda nem um saiu sem trazer ouro, e com muita conta; podendo outrossim conseguir-se a extensão de um grande quilombo de escravos situado naquelas matas, para onde efetivamente foge um grande número, causando graves prejuízos a seus senhores.

6ª.- Que tem muita abundância de madeiras para construir-se modicamente barcos artilhados para a defesa das fronteiras, quando seja preciso, e botes comerciais; e quando haja franqueza de comércio com a Província limítrofe do Paraguai, oferecendo o rio franca navegação, sem obstáculo algum, o terreno abundante, e próprios efeitos, não deixa lugar a duvidar-se que, a Fazenda Nacional perceberá grande aumento em suas rendas por meio de alfândega.

7ª.- Que as fazendas de Sua Majestade Imperial que se acham na maior decadência, por falta de pastos, de animais cavалares, e daquelas providências, que a distância lhes dificultam, poderão reproduzir-se com o gado manso existente em uma outra nova além do rio Jauru, que tendo os melhores campos conhecidos, deve-se esperar um feliz resultado, maiormente empregando o Governo maior assiduidade em satisfazer as requisições do Administrador, e que sejam bem pagos os empregados, pois assim os livra da deserção, e os obriga a trabalhar com gosto, zelo e utilidade da Fazenda Nacional, servindo ao mesmo tempo de uma guarda vigilante, para dar parte de qualquer movimento que os nossos vizinhos intentem. E o gado vacum bravo é melhor dar-se aos credores da Fazenda Nacional a pagamento, para não danificarem ao manso, descarçar os pastos, a fim de que para o futuro continuem a dar utilidade.

8.- Que facilmente se reduzirão ao grêmio da Igreja os índios Bororos do Cabaçal, que não descontinuem de procurar hostilizar-nos tornando as vezes intransitável a estrada de Mato Grosso, e causando graves prejuízos às Fazendas de Sua Majestade Imperial, e tanto eles como os Bororos da Campanha, hoje nossos amigos, se poderão soldear, causando com este projeto felicidade aqueles miseráveis e vantagens ao Estado, que tanto se interessa na catequização dos índios, para salvar do paganismo, e aumentar o número de súditos úteis e prestáveis.

9ª.- Que todas as maiores fazendas de gado vacum e cavalар, estão estabelecidas naquele distrito; e rio [...] o ano é abundantíssimo de pescados, o campo fertilíssimo de caça quadrúpede, e as matas de aves de toda a sorte; circunstâncias estas que concorrem para o aumento de uma nova cidade, cuja fertilidade e riqueza atrairá em pouco tempo imenso número de habitante.

10ª.- E finalmente que tendo sido a causa das dissensões da cidade de Mato Grosso e Cuiabá, a qual de ambos se daria a proeminência de Capital,

ficam assim sem ciúmes e amigos; e a cidade de Mato Grosso quase extinta deve esperar aquela prosperidade que o Governo residente na nova capital Vila Maria, pode prestar-lhe, por ficar mais ao alcance de suas maiores necessidades, e igual melhoramento devem esperar a guarnição e colonos do Forte Imperial, que por serem demasiadamente amantes do Trono, não têm desamparado aquele ponto, que lhe foi confiado, ainda vivendo no maior desamparo e miséria, sem aquela consideração que mui seriamente se lhes devia prestar.

Vila Maria, 13 de outubro de 1826

José Joaquim Gomes da Silva

PS: Anotação após a assinatura: *Padre e pai do Barão de Vila Maria*